

UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO REGIONAL E GESTÃO  
DA CIDADE  
CURSO DE MESTRADO EM PLANEJAMENTO REGIONAL E GESTÃO DA CIDADE

SILVANA COUTINHO DE ANDRADE RIBEIRO

**IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS DOS PROJETOS DE EXTENSÃO DO  
INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE - IFF, BOM JESUS DO  
ITABAPOANA/RJ**

CAMPOS DOS GOYTACAZES, RJ

2021

UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO REGIONAL E GESTÃO  
DA CIDADE  
CURSO DE MESTRADO EM PLANEJAMENTO REGIONAL E GESTÃO DA CIDADE

Silvana Coutinho de Andrade Ribeiro

**IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS DOS PROJETOS DE EXTENSÃO DO  
INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE - IFF, BOM JESUS DO  
ITABAPOANA/RJ**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Planejamento Regional e Gestão da Cidade, da Universidade Candido Mendes – Campos dos Goytacazes/RJ, como requisito para a obtenção do grau de MESTRE EM PLANEJAMENTO REGIONAL E GESTÃO DA CIDADE.

Orientador: Prof. Valdir Júnio dos Santos, DSc.

CAMPOS DOS GOYTACAZES, RJ  
2021

## Catálogo na fonte

Preparada pela Biblioteca da **UCAM – CAMPOS** 023/2021

Ribeiro, Silvana Coutinho de Andrade.

Impactos socioeconômicos dos projetos de extensão do Instituto Federal Fluminense – IFF, Bom Jesus do Itabapoana/RJ. / Silvana Coutinho de Andrade Ribeiro – 2021.  
168 f.

Orientador(a): Valdir Júnio dos Santos.

Dissertação de Mestrado em Planejamento Regional e Gestão da Cidade – Universidade Candido Mendes – Campos. Campos dos Goytacazes, RJ, 2021.

Referências: f. 159-168.

1. Desenvolvimento regional. 2. Impactos socioeconômicos. 3. IFFluminense. I. Santos, Valdir Júnio dos, orient. II. Universidade Candido Mendes – Campos. III. Título.

CDU – 332.146:377

Bibliotecária Responsável: Flávia Mastrogirolamo CRB 7<sup>a</sup>-6723

SILVANA COUTINHO DE ANDRADE RIBEIRO

**IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS DOS PROJETOS DE EXTENSÃO DO INSTITUTO  
FEDERAL FLUMINENSE - IFF, BOM JESUS DO ITABAPOANA/RJ**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Planejamento Regional e Gestão da Cidade, da Universidade Candido Mendes – Campos dos Goytacazes/RJ, como requisito para a obtenção do grau de MESTRE EM PLANEJAMENTO REGIONAL E GESTÃO DA CIDADE.

Aprovada em 19 de julho de 2021.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Valdir Júnio dos Santos, D.Sc - Orientador  
Universidade Candido Mendes

---

Prof.<sup>a</sup> Ana Paula Serpa Nogueira de Arruda, D.Sc  
Universidade Candido Mendes

---

Prof. Leandro Pereira Costa, D.Sc  
Instituto Federal Fluminense

CAMPOS DOS GOYTACAZES, RJ  
2021

Dedico este trabalho a minha família que sempre esteve ao meu lado, nas horas difíceis, nos momentos de cansaço, sempre me dando forças para continuar e sendo pacientes e compreensivos nos momentos de ausências. E por serem o meu alicerce em todos dos momentos de minha vida. Amo vocês.

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar, à Deus pelo dom da vida, e por me permitir concluir mais essa conquista em minha jornada.

À Nossa Senhora Mãe do Infinito Amor, por toda a proteção de mãe da fé recebida, e a Santa Terezinha do Menino Jesus, que sempre cumpre sua promessa de que ninguém a invoca em vão.

Em especial, ao meu esposo Henrique, pela parceria, cumplicidade e apoio que sempre me deu durante todo esse período.

Às minhas filhas, Thaynára e Laryssa, que sempre me inspiraram a ser uma pessoa melhor para ser um bom exemplo, e pela compreensão de minha ausência em tantos momentos.

À minha mãe, Dona Erli, por ter sido tão compreensiva nesse período de muitas ausências, e por sempre torcer e vibrar com minhas conquistas.

À equipe da Coordenação de Execução Financeira e Orçamentária do IFFluminense campus Bom Jesus do Itabapoana, pela amizade, parceria e colaboração de todos. Sem vocês, teria sido muito mais difícil concluir essa etapa.

Agradeço a todos que participaram da pesquisa dando entrevista, respondendo perguntas no WhatsApp, respondendo e-mail ou me passando informações pelo celular. A colaboração de vocês foi essencial para a pesquisa, e a forma como fui recebida e tratada, foi extremamente agradável, receptiva, educada e muito profissional. Sem contar que tive a oportunidade de conhecer pessoas incríveis.

Agradeço ao professor Valdir por ter aceitado ser meu orientador. Obrigada pela parceria, esforço, paciência, compreensão e dedicação para com a minha pessoa e minha pesquisa.

Ao Instituto Federal Fluminense, pela oportunidade de aprendizado.

## RESUMO

### IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS DOS PROJETOS DE EXTENSÃO DO INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE - IFF, BOM JESUS DO ITABAPOANA/RJ

Sendo os Institutos Federais equiparados às universidades, estes também trabalham com atividades de extensão universitária, compartilhando o conhecimento desenvolvido na instituição com a sociedade com a finalidade de promover o desenvolvimento local e regional. Com isso faz-se necessário averiguar como tem sido os reflexos das atividades de extensão na localidade e em seu entorno. O presente trabalho tem como objetivo analisar os impactos socioeconômicos dos projetos de extensão desenvolvidos no Campus Bom Jesus do Itabapoana- RJ, os quais incorporam as linhas de extensão que melhor se identificam com as características da região e por se sustentarem na proposta institucional, no sentido de proporcionar o desenvolvimento socioeconômico, assegurados pela Lei de criação dos Institutos Federais (Lei n.º 11.892, de 29/12/2008) e outros documentos normativos internos (Estatuto, Deliberações e Resoluções), abrangendo o período desde sua criação em 2009 até o ano de 2019. Foi desenvolvido estudo de caso de três projetos de extensão, em que foram feitas entrevistas com representante da Instituição, extensionistas, alunos e comunidade envolvida. E através dos dados coletados, foi possível identificar a percepção da comunidade envolvida, quanto aos projetos de extensão implantados, se estão correspondendo às expectativas e demandas; verificar se estão cumprindo a legislação e documentos normativos internos que regulamentam as atividades de extensão; verificar se há interação com os segmentos e atividades econômicas e/ou sociais ligados a eles, disseminando assim maior conhecimento nas regiões. E por fim identificar pontos a serem reforçados, superados, acrescentados e/ou retirados. Foi constatado que os projetos de extensão têm proporcionado impactos sociais e econômicos positivos na região onde tem sido implantados, tem conseguido atender as demandas da comunidade e proporcionado a disseminação do conhecimento. No entanto constatou-se que existem uma necessidade de adequar a execução da extensão para melhor atender a sociedade, com um contato mais próximo com a população, e também por meio de planejamento à longo prazo.

**Palavras-chave:** extensão; impactos socioeconômicos; desenvolvimento regional.

## ABSTRACT

### SOCIOECONOMIC IMPACTS OF THE EXTENSION PROJECTS OF INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE-IFF, BOM JESUS DO ITABAPOANA/RJ

Federal Institutes are equivalent to universities, they also work with university extension activities, sharing the knowledge developed in the institution with society in order to promote local and regional development. Thus, it is necessary to investigate how the extension activities have been reflected in the locality and its surroundings. The present work aims to analyze the socioeconomic impacts of the extension projects developed in the Campus Bom Jesus do Itabapoana-RJ, which incorporate the extension lines that best identify with the characteristics of the region and because they are supported by the institutional proposal, in the sense to provide socioeconomic development, ensured by the Law for the creation of Federal Institutes (Law No. 11,892, of 12/29/2008) and other internal normative documents (Bylaws, Deliberations and Resolutions), covering the period from their creation in 2009 to the year 2019. A case study of three extension projects was developed, in which interviews were conducted with the institution's representative, extension workers, students and the community involved. And through the collected data, it was possible to identify the perception of the involved community, regarding the implemented extension projects, if they are corresponding to expectations and demands; check if they are complying with the legislation and internal normative documents that regulate the extension activities; check if there is interaction with the segments and economic and/or social activities linked to them, thus disseminating greater knowledge in the regions. And finally, identify points to be reinforced, surpassed, added and/or removed. It was found that the extension projects have provided positive social and economic impacts in the region where they have been implemented, have been able to meet the demands of the community and have enabled the dissemination of knowledge. However, it was found that there is a need to adapt the execution of the extension to better serve society, with closer contact with the population, and also through long-term planning.

**Keywords:** extension; socioeconomic impacts; regional development.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização do município de Bom Jesus do Itabapoana no estado do Rio de Janeiro .....	79
Figura 2 - Momento da assinatura do convênio do CTAIB.....	90
Figura 3 - Colégio Técnico Agrícola Ildfonso Bastos Borges (CTAIBB), na década de 70 .....	91

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Mapa da divisão dos habitantes em seus respectivos distritos .....	78
Gráfico 2 - Pirâmide etária - 2010 .....	82
Gráfico 3 - Atividade econômica em Bom Jesus do Itabapoana (2018).....	84
Gráfico 4 - IFDM e áreas de desenvolvimento .....	85
Gráfico 5 - IDHM – Município de Bom Jesus do Itabapoana, 1991-2000-2010 .....	87
Gráfico 6 - Evolução da Educação da População Adulta de Bom Jesus do Itabapoana	88

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
CEFETs	Centros Federais de Educação Tecnológica
CENPE	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CEPERJ	Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro
CODAE	Coordenação de Atividades de Extensão
CONIF	Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação
CONSUP	Conselho Superior do Instituto Federal Fluminense
CRUB	Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras
CRUTAC	Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária
CTAIBB	Colégio Técnico Agrícola Ildefonso Bastos Borges
DEPES	Departamento de Políticas de Ensino Superior
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
FAPERJ	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro
FIC	Formação Inicial e Continuada
FIRJAN	Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
FORPROEXT	Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IES	Instituições de Ensino Superior
IFDM	Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal
IFF	Instituto Federal Fluminense
INCAPER	Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MEC	Ministério da Educação e Cultura
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PIB	Produto Interno Bruto
PNE	Plano Nacional de Educação
PROEXT	Programa de Fomento a Extensão Universitária
RENEX	Rede Nacional de Extensão
SESU	Secretaria de Educação Superior
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SUAP	Sistema Unificado da Administração Pública
TAEs	Técnicos Administrativos em Educação
TCE-RJ	Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro
TCH	Teoria do Capital Humano
UFF	Universidade Federal Fluminense
UNE	União Nacional dos Estudantes

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
1.1 Metodologia.....	26
<b>2 A EXTENSÃO E OS DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL</b>	<b>33</b>
2.1 A extensão universitária no Brasil .....	33
2.2 Políticas públicas de extensão.....	46
<b>3 DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL NA CARACTERIZAÇÃO DA LOCALIDADE E O PAPEL DA EXTENSÃO NA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA.....</b>	<b>63</b>
3.1 Desenvolvimentos local e regional .....	63
3.2 O papel do Iffluminense no desenvolvimento local e regional.....	70
3.3 Caracterizando a microrregião .....	77
3.3.1 Aspectos demográficos .....	81
3.3.2 Aspectos econômicos .....	83
3.3.3 Aspectos sociais.....	86
3.4 O contexto histórico de implementação do Iffluminense campus Bom Jesus do Itabapoana .....	89
3.4.1 Extensão na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e o Papel da Extensão .....	93
<b>4 ESTUDO DE CASO DOS PROJETOS DE EXTENSÃO DO CAMPUS BOM JESUS DO ITABAPOANA .....</b>	<b>104</b>
4.1 Visão institucional .....	104
4.2 Projeto 1: Diagnóstico inicial das boas práticas de fabricação (BPF) de panificadoras do município de Bom Jesus do ITABAPOANA – RJ .....	111
4.2.1 O projeto de extensão pela perspectiva do Coordenador .....	112
4.2.1.1 Construindo o projeto .....	112
4.2.1.2 Territórios e redes: tecendo conhecimentos .....	113
4.2.1.3 Ações desenvolvidas e a Participação .....	114
4.2.2 A Comunidade: onde o ensino e a pesquisa se concretizam.....	117
4.2.2.1 Perfil da população beneficiada com os projetos.....	117

4.2.2.2 A Participação social .....	117
4.2.2.3 Os Impactos na realidade da comunidade .....	118
4.2.3 A visão dos discentes nos projetos de extensão.....	120
4.2.3.1 Participação e Formação .....	120
4.2.3.2 Avaliação e Percepções .....	122
<b>4.3 Projeto 2: Avaliação das boas práticas de fabricação de derivados lácteos em agroindústrias familiares do município de Guaçuí-ES.....</b>	<b>123</b>
4.3.1 O projeto de extensão pela perspectiva do Coordenador .....	123
4.3.1.1 Construindo o projeto .....	123
4.3.1.2 Territórios e redes: tecendo conhecimentos .....	124
4.3.1.3 Ações desenvolvidas e a Participação .....	127
4.3.2 A Comunidade: onde o ensino e a pesquisa se concretizam.....	129
4.3.2.1 Perfil da população beneficiada com os projetos.....	129
4.3.2.2 A Participação social .....	129
4.3.2.3 Os Impactos na realidade da comunidade .....	130
4.3.3 A visão dos discentes nos projetos de extensão.....	132
4.3.3.1 Participação e Formação .....	132
<b>4.4 Projeto 3: Transferência de tecnologia agro sustentável para agricultura familiar da comunidade de serrinha município de Bom Jesus do Itabapoana – RJ .....</b>	<b>135</b>
<b>4.5 Projeto 3.1: Produção de mudas de café de qualidade para pequenos agricultores .....</b>	<b>135</b>
4.5.1 O projeto de extensão pela perspectiva do Coordenador .....	137
4.5.1.1 Construindo o projeto .....	137
4.5.1.2 Territórios e redes: tecendo conhecimentos .....	138
4.5.1.3 Ações desenvolvidas e a Participação .....	141
4.5.2 Comunidade: onde o ensino e a pesquisa se concretizam .....	142
4.5.2.1 Perfil da população beneficiada com os projetos e o curso FIC .....	142
4.5.2.2 A Participação social .....	143
4.5.2.3 Os Impactos na realidade da comunidade .....	144
4.5.3 A visão dos discentes nos projetos de extensão.....	147

4.5.3.1 Participação e Formação .....	147
4.5.3.2 Avaliação e Percepções .....	148
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>150</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>159</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação tem como objetivo analisar os impactos socioeconômicos dos projetos de extensão do Instituto Federal Fluminense, campus Bom Jesus do Itabapoana, na área de “Tecnologia e Produção”, os quais incorporam as linhas de extensão que melhor se identificam com as características da região. Por se sustentarem na proposta institucional, proporcionam o desenvolvimento socioeconômico assegurados pela Lei de criação dos Institutos Federais (BRASIL, 2008a), e outros documentos normativos internos (Estatuto, Deliberações e Resoluções), desde a sua criação em 2009 até 2019.

Sendo as atividades de extensão um importante instrumento de diálogo entre a instituição e a comunidade, é relevante identificar e compreender quais os impactos que esses projetos de extensão possuem junto à população do município, e em seu entorno, além de verificar se conseguem atender as demandas e necessidades dos segmentos a que eles se dirigem dentro da área que são implementados.

Os Institutos Federais são equiparados às universidades, conforme art. 2º, § 2º, da Lei 11.892 de 2008 (BRASIL, 2008a), princípio esse presente na Constituição Federal de 1988 em seu art. 207 (BRASIL, 1988), em que trata da autonomia concedida a essas instituições sobre obedecerem ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Isso demonstra o compromisso dessas instituições em expandir o conhecimento para as comunidades, até então distantes de uma oportunidade de qualificação aliada à educação profissionalizante de qualidade, conforme Deliberação nº 15 (IFFLUMINENSE, 2014) do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CENPE).

Compreende-se a melhor definição de extensão como Nogueira (2000, p. 11), ao ensinar que:

A extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade da elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Este fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados/acadêmico e popular, terá como consequência: a produção de conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional; e a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da universidade.

Ainda sobre a extensão como via de mão dupla, Melo Neto (2014) analisa que parte de uma visão holística em que a universidade possui como uma de suas principais funções sociais o serviço à sociedade, e que este se realiza, com maior ênfase, na extensão universitária, o que caracteriza uma via de mão única reconhecendo apenas a contribuição ofertada pela universidade. No entanto, foi se desenvolvendo outra compreensão, a qual buscava a possibilidade de permutas nessas relações entre universidade e sociedade. Dessa forma, percebeu-se que é por meio da extensão que a universidade troca conhecimento com a comunidade, e a comunidade também traceja a mesma postura em relação à universidade, o que caracteriza a condição da extensão como uma via de mão dupla.

A função de dialogar com a sociedade é exercida pelas atividades de extensão, onde o conhecimento produzido pela instituição retorna à comunidade, contribuindo, assim, para o seu desenvolvimento socioeconômico, e também o engrandecimento em outros aspectos, levando em conta as peculiaridades e questões culturais da região onde são desenvolvidas. Essa é uma das maneiras em que a instituição tem de participar e colaborar com a sociedade, desempenhando também seu papel social, enfatizando as premissas dos Institutos Federais de territorialidade e interiorização, ofertando educação a todos, principalmente aos menos favorecidos (IFFLUMINENSE, 2014).

Para Melo Neto (2014), a extensão como trabalho social cria um produto constituído a partir da realidade humana que abre a possibilidade de se criar um mundo mais humano. Por esse trabalho social, é possível transformar a natureza e criar a cultura<sup>1</sup>.

A extensão, tendo como dimensão principal o trabalho social, será produtora da cultura. Trabalho social não se exerce apenas a partir dos participantes da comunidade universitária, servidores e alunos. Ele tem uma dimensão externa à universidade, que é a participação dos membros da comunidade e de movimentos sociais, dirigentes sindicais, associações, uma relação “biunívoca”, na qual participante da universidade e participantes desses movimentos confluem. (MELO NETO, 2014, p. 15).

---

<sup>1</sup> Conjunto dos hábitos sociais e religiosos, das manifestações intelectuais e artísticas, que caracteriza uma sociedade: cultura inca; a cultura (...) Normas de comportamento, saberes, hábitos crenças que diferenciam um grupo de outro: provêm de culturas distintas. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/cultura/>. Acesso em: 20 nov. 2020.

Importante a ser mencionado, também, sobre a concepção da extensão no IFFluminense, pois é reconhecer a polissemia contida no conceito de território, onde nos diversos grupos sociais existem identidades culturais distintas interagindo entre si, em um mesmo local e tempo específico, compreendendo as constantes construções que se processam nas relações sociais de um determinado território. Além de ser condição essencial para o desenvolvimento de ações de extensão, as quais permitem caminhar na direção de um desenvolvimento local e regional, baseada na premissa da sustentabilidade (IFFLUMINENSE, 2014).

Ainda sobre considerar as características regionais, a Resolução nº 27 de 28 de abril de 2020 do Conselho Superior do Instituto Federal Fluminense (IFFLUMINENSE, 2020), traz em seu Anexo II, Capítulo I, art. 1º, o conceito de extensão como um processo educativo, cultural, político, social, científico e tecnológico que promove a interação dialógica, e transformadora entre a comunidade e a instituição, respeitando sua territorialidade.

Conforme a mesma Resolução, as ações de extensão possuem cinco classificações: programa, projeto, curso, evento e prestação de serviços. Dentre as ações existentes, optou-se por abordar como objeto desta pesquisa os projetos de extensão implantados no campus Bom Jesus do Itabapoana. De acordo com o art. 3º, eles são descritos no inciso II como:

Projetos: conjunto de atividades processuais contínuas (mínimo de três meses), de caráter educativo, científico, cultural, político, social ou tecnológico com objetivos específicos e prazo determinado que pode ser vinculado ou não a um programa, envolvendo a participação de discentes. (IFFLUMINENSE, 2020, on-line).

Para Gadotti (2017), numa perspectiva de ação transformadora pela visão de Paulo Freire, menciona que os projetos de extensão supõem um conjunto de atividades inter-relacionadas que se realizam num dado território para resolver determinadas problemáticas, por meio de estratégias explícitas.

Essas ações de extensão, que durante um período foram identificadas como uma das funções características apenas das universidades, tiveram ampliação de oferta à sociedade, mediante a expansão da Rede Federal, por meio da criação dos Institutos

Federais em 2008. Essa característica de associar as atividades de extensão com a educação profissional e tecnológica foi abordada na publicação do Decreto 6.095 (BRASIL, 2007), que estabeleceu as diretrizes para a constituição dos Institutos Federais, no plano acadêmico referente ao projeto do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), conforme seu art. 4º, § 2º, inciso V:

Desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o setor produtivo e os segmentos sociais e com ênfase na difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos. (BRASIL, 2007, on-line).

A expansão da Rede Federal trouxe maior oferta da educação profissional e tecnológica, que são uma das vertentes de identidade dos Institutos, as quais estão associadas ao desenvolvimento socioeconômico local e regional, conforme seu artigo art. 7º, inciso V, da Lei 11.892 (BRASIL, 2008a).

A importância da educação profissional e tecnológica para o desenvolvimento foi mencionada no Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado em 2007, e publicado no ano de 2008, ao delinear que “na educação profissional e tecnológica [...] os vínculos entre educação, território e desenvolvimento se tornem mais evidentes e os efeitos de sua articulação, mais notáveis” (BRASIL, 2008a, p. 18).

A utilização da educação tecnológica para atender o mercado, com vistas a alcançar o desenvolvimento econômico, já existia no governo militar, demonstrando a preocupação com a ampliação da oferta desse tipo de educação, com intuito de atender a demanda pela mão de obra técnica para assegurar a produção nas indústrias, garantindo, assim, o crescimento econômico, conforme salientam Giorgi e Almeida (2014, p. 267):

O Governo Militar impõe um novo modelo econômico; a internacionalização da economia em prol da hegemonia do capital financeiro substitui o nacionalismo-desenvolvimentista. O crescimento econômico é fundamental para a inserção do Brasil no bloco do Primeiro Mundo e para tal gera-se uma demanda pela qualificação de mão de obra técnica, pois é preciso adequar a educação brasileira a esse tipo de desenvolvimento.

De acordo com Giorgi e Almeida (2014), nesse período, o regime militar utilizou-se da Teoria do Capital Humano (TCH<sup>2</sup>) para criar propostas de reconstrução de suas políticas, que buscavam estabelecer uma linha direta, imediata e de subordinação explícita da educação à produção. Segundo Saviani (1994), essa proposição teórica articula-se a compreensão de que a educação deveria ser entendida como algo não meramente ornamental, mas decisivo para o desenvolvimento econômico. Considerava-se que esta potencializava o trabalho, sendo funcional ao sistema capitalista, não apenas como ideologia, mas também economicamente, enquanto qualificação de mão de obra.

Embora ainda exista esse discurso empresarial, o qual aborda a educação profissional apenas como oferta de mão de obra para o mercado no sentido relacionado à técnica, os Institutos Federais vêm trazendo esse tipo de educação sob um novo panorama, conforme mencionam Pereira e Cruz (2019, p. 4):

No discurso empresarial, instrumental, a formação do técnico é restrita à técnica, como única e melhor contribuição ao desenvolvimento. (...) no entanto, destaca-se o diferencial perseguido pelos Institutos Federais que é promover formação técnico de base holística, humanística, multidisciplinar, para um desenvolvimento com distribuição de renda, direitos e segurança no trabalho e na vida, justiça social e cidadania plena.

No entanto, até que se chegasse nesse entendimento abordado pelos institutos, sobre oferta desse tipo de ensino dentro do contexto histórico da educação profissional e tecnológica, predominou a existência dessa relação de educação e trabalho, sendo reconhecida de outra forma, indicando apenas o envolvimento desses dois elementos.

Destaca-se sua excelência para a sociedade, visto que ambos fazem parte da condição humana desde muito tempo atrás, e acompanha, de certo modo, desde sua origem. De acordo com Saviani (1994), a educação praticamente coincide com a existência humana, e se confunde com as origens do próprio homem. O trabalho, por sua vez, define o âmago do homem.

---

<sup>2</sup> Teoria formalizada por Theodore Schultz a partir de 1950. Foi considerado o formulador e da ideia por suas colocações sobre o fator humano. Coloca o conhecimento como forma de capital e a decisão de investir na capacitação do trabalhador passam a ser uma deliberação individual ou das partes interessadas em melhorar e/ou aumentar a produtividade. A educação passa a ser valorizada como um elemento de investimento e importante no processo de desenvolvimento da nação. Cabe agora ao estado investir e possibilitar aos trabalhadores o acesso à educação (KELNIAR; LOPES; PONTILI, 2013).

(...) diferentemente dos animais, que se adaptam à natureza, os homens têm que fazer o contrário: eles adaptam a natureza a si. O ato de agir sobre a natureza, adaptando-a às necessidades humanas, é o que conhecemos pelo nome de trabalho. Por isto podemos dizer que o trabalho define a essência humana. (SAVIANI, 1994, p. 2).

Para continuar existindo o homem precisa estar continuamente produzindo sua existência através do trabalho, e o que vai determinar a vida do homem é o modo como ele produz sua existência. Essa parceria “educação e trabalho” se completam na própria natureza do desenvolvimento do ser humano (SAVIANI, 1994).

No debate entre a relação educação e trabalho, Saviani (1994) estrutura em sua análise a existência que, antes do surgimento da divisão de classes, predominava o modo de produção comunal, quando tudo era feito de modo comunitária: os homens produziam sua existência em comum, e se educavam nesse próprio processo. Lidavam com a terra e com a natureza, se relacionavam uns com os outros e se educavam dessa forma e também educavam as novas gerações. A educação coincidia completamente com o próprio processo de trabalho.

Frigotto (1998) acrescenta que o ser humano se contrapõe e se afirma como sujeito num movimento e ação finalística sobre a realidade objetiva, modificando a si mesmo e a realidade que o circunda. Além de produzir objetos, e, simultaneamente, alterar sua própria maneira de existência, de percepção, produzindo, assim, sua própria história.

Posteriormente, com a divisão de classes mediante a apropriação privada da terra, que era o principal meio de produção, surge uma classe trabalhadora e uma classe ociosa. A primeira, tendo que trabalhar para se manter e também manter seus senhores. A classe ociosa, ou seja, uma classe que não trabalha, para viver, detinha a terra e se mantinham com o trabalho alheio (SAVIANI, 1994).

Essa divisão de classes resulta numa diferença na educação a ser ofertada para cada uma. Os trabalhadores, na maioria das vezes, se educavam com o próprio trabalho. Era o aprender fazendo. A escola se tornou um lugar apenas para os detentores de terra, da classe ociosa. A forma como essa classe ocupava seu ócio é que constituía seu tipo específico de educação (SAVIANI, 1994).

Segundo Frigotto (1998), de acordo com a tradição Marxista, o conflito deriva da própria materialidade das relações sociais, e não de uma escolha de vontades. Há uma mediação de primeira ordem que supõe a centralidade do trabalho como criador da condição humana, o qual recebe historicamente mediações de segunda ordem que transformam o trabalhador criado em alienação, mercadoria e força de trabalho.

As mediações de primeira ordem dizem respeito às necessidades imperativas (historicamente variáveis) da espécie humana, que na sociedade capitalista são redefinidas pelas mediações das necessidades do capital (mediações de segunda ordem). (FRIGOTTO, 1998, p. 28).

A educação, ficando restrita ao grupo social dominante, acaba por excluir os menos favorecidos, dando oportunidade apenas à classe dominante, colaborando para o aumento das desigualdades sociais. Conforme Gramsci (2001), todos os homens são intelectuais, mas nem todos desempenham tal função. Acrescenta, ainda, que:

Não existe trabalho puramente físico, e de que mesmo a expressão de Taylor, do “gorila amestrado”, é uma metáfora para indicar um limite numa certa direção: em qualquer trabalho físico, mesmo no mais mecânico e degradado, existe um mínimo de qualificação técnica, isto é, um mínimo de atividade intelectual criadora. (GRAMSCI, 2001, p. 18).

Nesse contexto de igualdade de educação, Gramsci (2001) sugere a criação do modelo de escola única, pública, sem diferenciar classes, onde todos tenham acesso a mesma educação que é ofertada a cultura dominante, a qual foi construída de forma privada.

A importância em ofertar educação a todos é de se alcançar o desenvolvimento, e expandir a liberdade de escolha, no que diz respeito à propriedade que cada indivíduo tem sobre sua força de trabalho (SAVIANI, 1994). Conforme a concepção marxista, que critica a oferta de modos diferentes de educação para grupos sociais diferentes, mesmo que nem todos venham a ser dirigentes, todos têm o direito a ter acesso a educação da cultura dominante (GRAMSCI, 2001). Santos (1989), ainda, dissertando a respeito da dicotomia educação-trabalho, afirma que a relação sequencial entre educação e trabalho pressupõe uma correspondência estável, entre a oferta de educação e a oferta de trabalho, entre titulação e ocupação.

De acordo com Gramsci (1982), a compreensão marxista sobre a existência do ser humano, e posteriormente abordada por Frigotto (1998), é entendida como o resultado de um processo histórico nas relações sociais concretas, e não como sujeito individual. A questão não é o que é o homem como sujeito, mas, sim, como se produz o ser humano e o sujeito social histórico, por isso a importância da valorização das relações sociais, pois se caracteriza como um dos três elementos fundamentais para a produção do ser humano, juntamente com a natureza e indivíduo, sintetizados por Gramsci (1982). O indivíduo e a natureza estão subordinados concretamente as relações sociais, que é a dominante. Isto é, a natureza e a individualidade são criadas pela materialidade concreta do conjunto de relações sociais historicamente possíveis.

No campo educativo, percebe-se a necessidade em intensificar as relações sociais, com intuito também de valorizar todos os conhecimentos existentes, seja o científico ou popular. O conhecimento científico nem sempre é ofertado de forma que esteja ao alcance de todos. Já o conhecimento popular, é mais evidente nas pessoas de classe baixa, as quais muitas das vezes não tiveram a oportunidade de acesso ao conhecimento científico. No entanto, como qualquer ser humano, essas pessoas possuem intelecto e se especializam em tarefas de seu trabalho no cotidiano, e adquirem seu aprendizado com a própria sobrevivência (GRAMSCI, 2001).

Fatores como instabilidade econômica, modernização e as próprias mudanças que ocorrem no mercado, fazem com que o trabalhador fique vulnerável com relação a manter seu emprego ou seu autoemprego, o que traz mudanças no processo educativo, embasadas em tais necessidades de adequação ou mesmo atendimento ao processo de globalização. Frigotto (1998) menciona sobre a necessidade de questionar os ajustes da educação com relação à formação profissional, frente a reestrutura produtiva concebida, a qual é consequência da nova base técnica e dos processos de globalização. Acrescenta, ainda, que essa perspectiva parte de uma visão de desenvolvimento, ciência e tecnologia despidas de relações sociais e no pressuposto do pleno emprego.

Nesse contexto, Gurgel (1986, p. 21) analisa que:

A escola, em sua formação, é o instrumento para a elaboração de níveis intelectuais diferenciados profissionalmente, em cumprimento às exigências da diversidade funcional do mundo moderno. Quanto mais complexa a organização

social, mais diversa a exigência de camadas intelectuais e a estrutura e hierarquia das escolas existentes.

Percebe-se, então, uma necessidade se adaptar e flexibilizar cada vez mais rápido para conseguir corresponder a essas constantes mudanças, na tentativa de garantir seu provento.

Conforme Ramos (2006, p. 245), “com o fim da promessa do pleno emprego, que seria cumprida mediante um processo educacional coerente, a perspectiva integradora da educação consubstancia-se, agora, na promessa de empregabilidade”. Nessa mesma linha analítica, Kuenzer (1998, p. 69) menciona que:

Reforçar, pura e simplesmente, a tese oficial de que a escolarização complementada por alguma formação profissional confere “empregabilidade”, é, no mínimo, má fé. Por outro lado, afirmar que não adianta lutar por mais e melhor educação, é, mais do que matar a esperança, eliminar um espaço importante para a construção de um outro projeto, contra-hegemônico.

A educação profissional auxilia nesse processo, no sentido de oferta de educação continuada, proporcionando alternativas de atualização para se manterem ou se inserirem no mercado (RAMOS, 2006). Gurgel (1986), ainda, afirma com Marx e Gramsci, a importância da educação técnica ressaltando, contudo, no mundo moderno, tem que estar associada ao trabalho intelectual, e não criando uma separação com o trabalho manual.

Destaca-se a figura dos Institutos Federais na Rede Federal de Ensino em seus princípios basilares de criação, voltada a minimizar essa diferença de oportunidades que são ofertadas à população de modo universal. Dentro de suas premissas, está a de promover o desenvolvimento, com ênfase a educação profissional e tecnológica, mas não apenas visando a formação de mão de obra qualificada para o mercado de trabalho, mas, sim, com intuito de formar indivíduos críticos, os quais terão oportunidade de adquirir uma possível liberdade de escolha diante dos desafios e mudanças do mercado de trabalho. Conforme Pacheco (2011, p. 11) ensina:

Nosso objetivo central não é formar um profissional para o mercado, mas sim um cidadão para o mundo do trabalho – um cidadão que tanto poderia ser um técnico quanto um filósofo, um escritor ou tudo isso. Significa superar o preconceito de classe de que um trabalhador não pode ser um intelectual, um artista.

Ainda sobre a educação profissional e tecnológica, o mesmo autor analisa a função social como política pública que é exercida por pela instituição, a qual deve contribuir para o progresso socioeconômico, pois os institutos atuam com estruturas multicampi que possibilitam sua atuação em abranger o local e regional, dialogando com a sociedade em uma dimensão maior de territorialidade, como aduz:

Dessa maneira, essas estruturas possuem maior mobilidade, pois estão inseridas no cenário local e regional. Tal característica permite a articulação entre a formação do trabalho voltado ao arranjo produtivo, atendendo à vocação da região, gerando maior inserção da mão de obra qualificada e incremento de novos saberes. (PACHECO, 2011, p. 93).

Dentro desse contexto, sobre a abordagem da educação, Frigotto *et al.* (2013, p. 45) salienta que:

Trata-se de uma educação e formação que desenvolvam habilidades básicas no plano do conhecimento, das atitudes e valores, produzindo competências para gestão de qualidade, para a produtividade e competitividade e, conseqüentemente, para a “empregabilidade”.

Com relação ao papel que os institutos podem assumir para promover o desenvolvimento regional, estes necessitam interagir com a realidade ao seu entorno, de modo a compreendê-la e a integrá-la no processo de desenvolvimento socioeconômico enquanto política pública propulsora de ações de cidadania e de justiça social, nas suas diversas formas de atuação (PEREIRA; CRUZ, 2019).

Nos Institutos federais, a educação profissional e tecnológica ofertada, além de produzir conhecimentos, também é utilizada como processo de democratização da educação frente às classes menos favorecidas, utilizando e valorizando o conhecimento popular. É um processo que visa possibilitar a aplicabilidade dialógica entre o ensino e a prática possibilitada pelas pesquisas realizadas nas comunidades, constituindo, assim, as bases ontológicas da extensão. Conforme aborda Melo Neto (2014, p. 16):

A devolução dos resultados do trabalho social à comunidade caracterizará a própria comunidade como possuidora de novos saberes ou saberes rediscutidos e que serão utilizados pelas lideranças comunitárias em seus movimentos

emancipatórios e reivindicatórios. Isso faz crer a extensão exercendo e assumindo uma dimensão filosófica fundamental, que é a busca da superação da dicotomia teoria e prática. Estas, também se constituem como bases ontológicas da extensão.

Silva (2009, p. 10-11), ainda, acrescenta que:

Os conhecimentos produzidos pelas pesquisas devem estar colocados a favor dos processos locais. É nessa via que a extensão pode possibilitar a segmentos e setores – que tradicionalmente estão excluídos das atividades desenvolvidas nessas instituições – o acesso ao conhecimento científico e tecnológico a fim de criar condições favoráveis à inserção e permanência no trabalho, de geração de trabalho e renda e exercício da cidadania, ao mesmo tempo em que aprende o conhecimento construído pela sociedade enriquecendo os currículos de ensino e áreas de pesquisa. Assim, os institutos federais tornam-se espaço privilegiado para a democratização do conhecimento científico e tecnológico e valorização do conhecimento popular.

Nesse escopo, a extensão ganha destaque por potencializar a importância de complementação do conhecimento científico e o popular. Melo Neto (2014), aborda a extensão como um trabalho social útil sobre a realidade, que realiza um processo dialético de teoria e da prática dos envolvidos nesse trabalho, revelando um produto que é o conhecimento novo, o qual sua produção e aplicação conseguem proporcionar o exercício do pensamento crítico e do agir coletivo.

A extensão é abordada como uma troca de conhecimento entre a instituição e a comunidade, de forma que ambas as partes são beneficiadas, quando a extensão desempenha o papel de articuladora, conforme salienta Nogueira (2000, p. 31):

A extensão universitária é concebida como articuladora das atividades de ensino e pesquisa com as demandas da sociedade. É, portanto, o momento de devolução e articulação do saber, o qual deve ser (re)construído, testado e realimentado permanentemente, a partir do confronto com as situações concretas.

A extensão é a prática da pesquisa sendo executada, e, ao mesmo tempo, proporcionando saber a sociedade. Dessa forma, a comunidade educa a própria escola e a escola é educada pela comunidade, assumindo um papel mais amplo na superação da exclusão social (PACHECO, 2011). Sobre a exclusão social, Pereira e Cruz (2019, p. 5) acrescentam que:

A aderência territorial faz com que o conjunto das instituições da Rede potencialize suas ações no ensino, na pesquisa e na extensão, para contribuir na dinâmica das diferentes regiões brasileiras, buscando articular e integrar, em múltiplas escalas espaciais, as potencialidades locais nos territórios ainda não contemplados pelo movimento econômico dominante no país com os programas e equipamentos educacionais e produtivos.

Diante da importância de articulação e interação das potencialidades territoriais ainda não contempladas no contexto econômico, percebe-se a necessidade em estudar e compreender a extensão, pois ela configura-se como ponto de articulação dialógica entre as instituições e a comunidade. Depois da promulgação da Lei n.º 11.892 (BRASIL, 2008a), os Institutos Federais receberam maior força, pois sendo equiparados às universidades, também se tornaram palco no protagonismo do desenvolvimento das atividades de extensão.

Conforme já mencionado anteriormente, o local da pesquisa será o campus de Bom Jesus do Itabapoana. Segundo informações do Portal do IFFluminense, o campus faz parte dos doze campi que integram o Instituto Federal Fluminense, desde dezembro de 2008, através da Lei n.º 11.892 (BRASIL, 2008a). Atualmente, atende a uma comunidade diversa no município onde possui sua estrutura física, além dos municípios vizinhos, próximos a ele na região Noroeste do Estado do Rio de Janeiro, no Sudeste de Minas Gerais e no Sul do Espírito Santo.

Mesmo a instituição estando localizada em um município do interior com vários desafios estruturais, sociais e econômicos, como tantos outros, exerce uma grande influência na região, estando presente em diversas formas de atuação e situações na sua localidade e entorno, seja na diversidade dos cursos ofertados em várias modalidades para toda a região, como também pelas várias parcerias com as prefeituras, escolas, empresas e pequenos produtores locais e regionais. Acrescenta-se, ainda, a oportunidade de empregos mediante a contratação de serviços terceirizados; apoio como local de pesquisa para alunos da rede municipal de escolas da região; parceira em intercâmbio para capacitação de professores do exterior, dentre outras.

Percebe-se ao longo de sua existência, uma intensa interação do referido campus com a comunidade. Dentro desse contexto de interações mencionadas, inclui-se as atividades de extensão. Por serem equiparados as universidades, os Institutos Federais

também obedecem ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e a extensão, conforme art. 207, da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988).

Desde que foram criadas, as atividades de extensão que vem sendo desenvolvidas pelas universidades e instituições equiparadas a estas, são asseguradas e regidas em vários documentos normativos, tendo em vista sua importância dentro das instituições como aparelho didático pedagógico, e também na sociedade como meio adquirir um maior aprendizado.

Com isso, a intenção da presente pesquisa surge por observar a necessidade em se averiguar como está sendo essa comunicação entre ambos os sujeitos sociais envolvidos, articulando o debate à função social da extensão tanto na escala local e regional, observando a comunidade acadêmica do Instituto e quais impactos socioeconômicos dentro das comunidades onde têm sido implantados os projetos de extensão. Além de averiguar como está sendo a contribuição da instituição para com a sociedade, visto que a extensão vai além de exigências em normas e alcança um patamar de responsabilidade social já existente e que relaciona alunos, sociedade e desenvolvimento, muito antes das existências de tais normativas, articulando o ensino e a pesquisa.

O interesse por esse assunto foi devido à pesquisadora fazer parte do quadro de servidores Técnicos Administrativos em Educação do IFFluminense campus Bom Jesus do Itabapoana, desde 2015, e ser moradora do município de Bom Jesus do Norte – ES, que faz divisa com o município onde está localizado o campus. Outro fato, é que ainda não há estudo sobre o assunto dentro da população desse campus, abordando os projetos de extensão, havendo a falta de um *feedback* por parte da população sobre sua percepção acerca dos projetos desenvolvidos pelos servidores do campus na região. Além disso, tem o interesse de averiguar se estão atendendo aos ordenamentos normativos internos, os quais regem as atividades de extensão, sendo o referido campus responsável pela implantação de vários projetos de extensão na comunidade e na região, no decorrer de sua existência.

Diante do exposto, a presente pesquisa busca identificar os impactos socioeconômicos em virtude da implantação dos projetos de extensão no campus Bom Jesus do Itabapoana, na área de “Tecnologia e Produção”, selecionando os projetos que

estão relacionados a utilização de tecnologia, para estar auxiliando a produção, tanto na zona rural como na zona urbana. Isto, pois o município, além de estar localizado no interior do estado, possui característica de um município de identidade agrícola, mas também possui comércio e estabelecimentos na zona urbana, que são responsáveis pela economia e oferta de mão de obra do município. Com isso, entendeu-se ser importante analisar a percepção desse grupo quanto aos projetos de extensão.

## **1.1 Metodologia**

O desenvolvimento da pesquisa foi iniciado em 2020, e em virtude da pandemia ocasionada pelo COVID-19 no início do ano, houve a necessidade de alterações no direcionamento em alguns pontos da pesquisa, pois a questão do distanciamento, tanto dos servidores em seus locais de trabalho, como também da população em sentido geral, concluiu-se que não mais seria possível aprofundar a pesquisa direcionando-se diretamente a comunidade beneficiada pelos projetos, para realização da pesquisa de campo, como havia sido planejado inicialmente. Em relação ao acesso a documentos dos projetos de extensão implantados no campus, também houve mudanças, em virtude de o trabalho nas Diretorias de Pesquisa, tanto do campus Bom Jesus do Itabapoana, quanto da Reitoria, estarem sendo feitos de forma remota, seguindo determinações legais publicadas no período.

Com isso, demandou adaptações para não perder o foco do objeto da pesquisa, que são os projetos de extensão, porém sendo abordados de forma adaptada à realidade que se vive no momento, dentro do permitido e de forma a não colocar em risco os envolvidos no processo de pesquisa.

No entanto, mesmo com tais adequações, a pesquisa permanece relevante por dialogar com os principais sujeitos e áreas articuladas ao desenvolvimento local. Sua importância alinha-se aos diálogos com o campo institucional, fortalecendo a comunicação com a sociedade; para a gestão municipal, como forma de análise de política pública voltada para o desenvolvimento socioeconômico que vem sendo executada pelo Instituto; para a sociedade, como um meio de analisar se estão

conseguindo atender suas demandas; e, por fim, para a academia, como mais um estudo desenvolvido em caráter científico, que possa estar auxiliando pesquisas futuras.

A referida pesquisa estrutura-se em estudos de casos de três projetos dentro da área de tecnologia e produção, de acordo com os projetos que constam publicados no site da instituição. A escolha da área foi devido à própria essência dos Institutos Federais, na questão da importância dada ao desenvolvimento tecnológico e o quanto este exerce influência na produção. Ambos os projetos possuem essa similaridade no sentido de estarem abordando a tecnologia com objetivo de auxiliar a produção no município e na região, e por entender que estes representam uma melhor identidade das características da região, visto que tanto o município de Bom Jesus do Itabapoana como os demais, em torno, são municípios pequenos localizados nas zonas rurais de seus estados.

Por isso, optou-se por escolher dois projetos implantados na área rural, onde há uma grande concentração de pequenos produtores, fazendo o uso da tecnologia para auxiliar a produção. Foi escolhido um projeto implantado na área urbana, porém com a mesma ideia de utilizar a tecnologia para auxiliar a produção, visando dinamizar o comércio no território urbano. Os projetos implantados na zona rural, também tiveram justificativas de escolha. Um, foi com base na grande quantidade de pequenos produtores leiteiros que somam quase que 60% da produção do leite na região, o outro projeto, foi relacionado a pequenos produtores rurais, buscando potencializar as propriedades do solo em suas propriedades.

Para alcançar esse objetivo, pretende-se: identificar a percepção da comunidade envolvida, quanto aos projetos de extensão implantados, se eles estão correspondendo às suas expectativas e demandas; verificar se estão cumprindo a legislação e documentos normativos internos que regulamentam as atividades de extensão; verificar se há interação com os segmentos e atividades econômicas e/ou sociais ligados a eles, disseminando, assim, maior conhecimento nas regiões. Por fim, identificar pontos a serem reforçados, pontos a serem superados e pontos que devem ser acrescentados e/ou retirados, a título de sugestões.

A seleção dos projetos para a pesquisa, dentro dessas características citadas, foi feita com base em informações sobre eles, que constam no site do IFFluminense e no antigo portal da instituição, em virtude de não ter sido possível conseguir o acesso aos

documentos físicos dos projetos selecionados e implantados desse período. Como houve mudança de gestão no campus no ano de 2020, o que, conseqüentemente, levou a modificações no quadro dos servidores frente às diretorias do campus, esse processo foi acompanhado por dificuldades de acesso às informações, devido à reorganização da nova gestão, e em função da pandemia, o que impossibilitou a busca física no acervo local.

De posse de informações obtidas via internet, no antigo portal e no endereço eletrônico atual do IFFluminense, foi feito um levantamento de todos os projetos de extensão do campus Bom Jesus do Itabapoana que constam em ambos os portais, e depois de uma análise detalhada, chegou-se à conclusão de que três dos projetos se enquadravam dentro dos moldes representativos necessários, o qual a referida pesquisa tinha intenção de abordar. Tanto a escolha da área, como a dos projetos, ocorreu com base no julgamento e entendimento de que esses possuem uma maior relação com as características da região, seguindo a orientação metodológica de que “as categorias que servem de critério de seleção e organização da teoria e dos fatos a serem investigados, a partir da finalidade da pesquisa, fornecendo-lhe o princípio da sistematização” (KUENZER, 1998, p. 62).

Seguindo esses critérios de definição da amostra, selecionou-se os seguintes projetos de extensão: 1) Diagnóstico inicial das boas práticas de fabricação (BPF) de panificadoras do município de Bom Jesus do Itabapoana – RJ; 2) Avaliação das boas práticas de fabricação de derivados lácteos em agroindústrias familiares do Município de Guaçuí – ES e 3) Transferência de tecnologia agro sustentável para agricultura familiar da comunidade de Serrinha município de Bom Jesus do Itabapoana - RJ.

O objetivo central foi o de identificar os impactos socioeconômicos resultantes da implantação dos projetos de extensão do IFFluminense, campus Bom Jesus do Itabapoana, no município e na região, no sentido de estar conseguindo atender as demandas e necessidades das comunidades onde são implantados, de acordo com os segmentos a que eles se dirigem e dentro da área que funcionam, conforme as diretrizes do IFFluminense. Devido à extensão ser um instrumento dialógico entre a instituição e a comunidade, é relevante estudar os impactos que os projetos de extensão têm trazido para a população, no período desde a sua criação até ao ano de 2019. Dessa forma, é

possível identificar as oportunidades a serem reforçados, as necessidades serem superados e pontos que devem ser acrescentados e/ou retirados, a título de sugestões.

O desenvolvimento da pesquisa será de natureza descritiva, com intuito de identificar como tem sido essa parceria entre a instituição e a comunidade, via projetos de extensão. Esse tipo de pesquisa visa descrever determinados fenômenos ou população, tendo como horizonte analítico a interpretação do espaço vivido. Além disso, “tem como principais objetivos: estudar as características de um grupo; levantar opiniões, crenças e atitudes de uma determinada população, descobrindo associações entre as variáveis” (LIRA, 2014, p. 23).

Sendo parte da pesquisa, explorar de forma específica os três projetos selecionados, a proposta da estratégia é realizar um estudo de caso, averiguando os resultados coletados por meio de entrevistas. Dessa forma, a principal vantagem do estudo de caso é que ele permite uma abordagem aprofundada de uma realidade, e dá condições para o pesquisador explicar suas questões. Com isso, a pesquisa terá uma maior flexibilidade no sentido de cruzamento de informações existentes e seus achados.

O estudo de caso não tem por objetivo proporcionar resultados generalizáveis do ponto de vista estatístico; ao contrário, seu desenho está voltado para a compreensão total e intensiva de um fenômeno, no que diz respeito à sua dinâmica de funcionamento, permitindo vislumbrar os processos sociais na sua complexidade, de tal forma que seja possível confrontar os achados da pesquisa com as teorias já existentes, possibilitando um diálogo entre ambos (COTANDA *et al.*, 2008).

Na tentativa de busca por uma maior essência na pesquisa, foi aplicada a abordagem com a utilização de método qualitativo. Essa abordagem busca compreender e interpretar os fenômenos “não utilizando instrumentos estatísticos para o processo de análise de um problema de pesquisa” (LIRA, 2014, p. 26). Para Lira (2014) a pesquisa qualitativa é “sempre descritiva, pois as informações que forem obtidas não são quantificadas necessariamente, mas interpretadas”.

Como instrumentos de coleta foram utilizadas entrevistas semiestruturadas realizadas pela plataforma *Google Meet* e por aplicativo de mensagem WhatsApp (principalmente com os sujeitos da ação localizados nos territórios rurais, em que a dificuldade de acesso à internet foi uma constante). Essas entrevistas foram direcionadas

a Pró-Reitora de Extensão, os coordenadores dos projetos, os discentes e a comunidade envolvida em todos os projetos selecionados e seus desdobramentos. A opção pela entrevista semiestruturada sedimenta-se na constatação de que o entrevistador vai elaborando suas indagações em construção, de modo que vai se esgotando o que deseja saber sobre o assunto, sempre na perspectiva de responder aos objetivos (LIRA, 2014).

Importante salientar que a escolha por cada grupo de entrevistado foi com base em sua importância dentro do contexto da pesquisa, sendo que a percepção da Pró-Reitora de Extensão possibilita conhecer uma visão institucional sobre a extensão dentro dos IFFs, apontando os principais pontos e a forma como é identificada e trabalhada. Além de também conhecer as conquistas, desafios e planos das atividades de extensão.

Quanto aos coordenadores, sua importância para a pesquisa sustenta-se no seu papel como responsáveis pela elaboração dos projetos de extensão, sendo os mentores da oferta de conhecimento técnico-científico ofertado a comunidade. Através de seu conhecimento, responsabilidade e comprometimento, desenvolvem propostas de melhorias para serem levadas a comunidade, além de coordenar a equipe do projeto em todas as etapas.

Foi possível também com as entrevistas averiguar a percepção dos alunos sobre a participação nos projetos. Esses sujeitos são importantes por integrarem dois momentos da extensão no processo de ensino e aprendizagem: fazem parte do grupo interno da extensão quando recebem o ensino dentro da sala de aula; e quando aplicam esse conhecimento no ambiente prático, ou sejam, se tornam sujeitos capazes de visualizar a realidade sobre uma nova percepção. Com essa percepção, os discentes tornam-se mais capacitados e preparados não só para o mercado de trabalho, mas também como indivíduos conscientes e próximos aos espaços que estão inseridos. Então, com isso, todas as influências que o discente auxilia a provocar na sociedade, quando integra um projeto de extensão, são refletidas nele também. Isso faz dele parte importante da análise, pois tem participação em diferentes momentos e movimentos da ação.

A comunidade envolvida é peça fundamental, sendo o próprio meio de materializar a extensão, onde são refletidos o ensino e a pesquisa, produzidos no espaço acadêmico. Nesse grupo que aparece o resultado das atividades de extensão aplicadas, e também a

outra parte do conhecimento a ser passado para os alunos, representado pelo conhecimento empírico. É importante conhecer os reflexos da extensão na comunidade, pois esse movimento possibilita a reflexão a respeito da demanda solicitada e atendida, assim como um conhecer do próprio espaço social, econômico e cultural da região onde a instituição está inserida.

Foi feita também a pesquisa documental dos projetos selecionados, retirados do portal da instituição. Nesse contexto, a pesquisa documental permitiu acessar informações que já foram produzidas por terceiros, e foram importantes no processo de pesquisa. A ideia inicial foi a de trabalhar com pesquisa documental, incluindo os relatórios finais dos coordenadores dos projetos. No entanto, como isso não foi possível, as consultas ficaram restritas apenas as informações contidas no portal da instituição.

A presente dissertação está estruturada em três capítulos, além desta Introdução. No capítulo 2 será apresentada a questão da extensão universitária no Brasil, trazendo dentro de seu contexto histórico/cronológico a visão de sua formação, abordado por autores e instituições, e pela perspectiva de diferentes interlocutores, até os dias atuais. As políticas públicas de extensão, compreendendo o Plano Nacional de Extensão, a Lei de Diretrizes e Bases da educação, o Programa de Fomento a Extensão Universitária (PROEXT), Constituição Federal, em seu art. 207, e também o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão (FORPROEXT). Nesse capítulo, ainda, será abordado a extensão na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica relacionado ao desenvolvimento local e regional, bem como o papel do IFFluminense dentro do desenvolvimento local e regional.

No Capítulo 3, será tratada a implantação do Instituto Federal Fluminense no Município de Bom Jesus do Itabapoana, onde será abordado o processo histórico do campus Bom Jesus do Itabapoana, a caracterização da microrregião, aspectos demográficos, econômicos e sociais, quando melhor se conhecerá a área do objeto de estudo, o que permitirá criar uma descrição mais detalhada das características gerais e também de suas particularidades sociais e econômicas, tendo como objetivo sedimentar o debate da importância da instituição alinhada a compreensão de sua importância para o desenvolvimento regional.

No Capítulo 4, será apresentado a análise dos projetos de extensão selecionados, descortinando visão institucional da extensão no IFFluminense, por meio de entrevista com a Pró-Reitora de Extensão. Por fim, a análise dos três projetos de maneira individual, os quais são objetos de estudo de caso, trazendo informação como título, resumo e analisando a percepção dos coordenadores, dos alunos e da comunidade envolvida de cada projeto.

Esta pesquisa possui como perspectiva articular e demonstrar a importância em se analisar os projetos de extensão implantados e a sociedade, intensificando a parceria já existente entre a sociedade e a instituição, de modo que seja possível obter maior conhecimento das necessidades e possibilidades de cada um, alcançando assim um maior desenvolvimento social e econômico para toda a região.

## **2 A EXTENSÃO E OS DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL**

### **2.1 A extensão universitária no Brasil**

Para abordar a história da extensão universitária, temos que primeiro iniciar sobre o entendimento da universidade como instituição social, que ao longo dos tempos tem incorporado em diversos contextos e funções diversas. Embora o ensino seja a função mais tradicional, pois é o que transmite o conhecimento, a ele também são atribuídas as funções de transmissão, de produção e de extensão do saber. Ainda, tem a função de socializar o saber produzido, e, dessa forma, também ser responsável pela integração social dos indivíduos. Com isso, percebem-se os sinais de existência da extensão, pois tanto a produção como a transmissão do saber serão formas de prestação de serviços dentro da sociedade (SOUSA, 2000).

Sousa (2000) identifica que na idade média a principal preocupação da universidade era o ensino, e cita, como caso típico, a Universidade Francesa, pois a pesquisa era desenvolvida fora de seus muros, sendo que a principal preocupação era o ensino especializado, com uma faculdade para cada profissão. A Universidade Brasileira serviu-se desse modelo na sua criação. Gurgel (1986) analisa a influência do padrão extensionista Norte-Americano na Educação Superior Brasileira como alternativa válida para a realidade brasileira, a qual se deu com a criação da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa, em 1920, sendo esta a responsável pela implementação da experiência de extensão, seguindo o modelo americano no país.

Com o início da revolução industrial no início do século XVIII, a universidade medieval passou a perder forças e ceder espaço para a universidade moderna, como forma de conseguir atender as despesas sociais que vinham surgindo no período (SOUSA, 2000).

Diante da mudança de cenário econômico e social no século XIX, as universidades começaram a se preocupar com a prestação de serviços que deveriam ter com a comunidade. Essa nova concepção passou a demonstrar a necessidade de uma educação continuada, a qual não se limitava a infância, mas por toda a vida. Foi nesse

contexto que surgiu a Extensão como atividade da Universidade como instituição (SOUSA, 2000).

No Brasil, a universidade sempre foi caracterizada pelo exercício de uma única função fundamentada na importância do ensino, e mesmo existindo uma preocupação da extensão desde a criação das universidades, essa não foi reconhecida como função primordial, nem mesmo institucionalizada. As primeiras experiências extensionistas foram geradas por interesse e atos de vontade de segmentos acadêmicos, mas não representavam as respostas das demandas sociais. Eram restritas a uma parcela da sociedade, o que se ausentava da visão necessária de sua ampliação, pois permanecia em constante vinculação com os interesses das classes dominantes (SOUSA, 2000).

Segundo Nogueira (2013), as primeiras experiências de extensão nas universidades do país foram identificadas no início do século XX, pois já existia oferta de cursos e conferências destinados à população em geral, que era ofertado pela antiga Universidade de São Paulo (USP), criada em 1911. As Universidades Federais de Viçosa e de Lavras, em Minas Gerais, no ano de 1920, já realizavam ações de assistência em áreas rurais, destinadas a fazendeiros e suas famílias. Gurgel (1986) analisa que a universidade popular, como estrutura vinculada ao sistema de ensino superior, aparece no Brasil com a criação da Universidade Livre de São Paulo, em 1912, por influência direta do médico Eduardo Augusto Ribeiro Guimarães. Essas universidades já existiam no país anteriormente, havendo referência aos trabalhos desenvolvidos no Rio de Janeiro (onde surgiu a primeira universidade popular do Brasil e da América Latina) e no Maranhão (onde localizava a universidade popular do Maranhão, que funcionava nas noites de terça-feira, visando disponibilizar o conhecimento científico e literário ao alcance de todos, ministrando igualmente conhecimentos de ordem prática). No entanto, o destaque para a universidade popular de São Paulo se dá por conta do regimento diretamente relacionado a uma instituição de ensino superior. Isso propicia o surgimento da primeira experiência de extensão universitária no Brasil, a qual funcionou, provavelmente, até do ano de 1917, chegando a ter um total de setecentos alunos matriculados e cem professores, além de possuir vários cursos. Foi fechada por pressão do governo estadual, apesar de ter o apoio da órbita federal.

Já no contexto legal, a extensão universitária, no Brasil, teve início com o Decreto nº 19.851 de 11 de abril de 1931 (BRASIL, 1931) - Estatuto das Universidades Brasileiras - que estabelecia as bases do sistema universitário brasileiro. A extensão aparece nesse documento como organismo da vida social da Universidade, sendo reconhecida pelo oferecimento de cursos e conferências de carácter educacional.

Segundo o Fórum de Pró-Reitores de Extensão (FORPROEXT), desde o primeiro registro oficial sobre a extensão, em 1931, até a Lei de Diretrizes e Bases da Educação em 1961:

(...) o entendimento sobre extensão permanece como uma modalidade de curso, conferência ou assistência técnica rural, destinada àqueles possuidores de diploma universitário. Percebe-se desta forma, que a extensão, naquele momento, voltava-se para os interesses da classe dirigente, fortalecendo, assim, as finalidades daquela Universidade: o progresso da ciência (por meio da pesquisa) e a transmissão do conhecimento (por meio do ensino). Nesse sentido. É possível compreender o distanciamento existente entre a população e tais ações extensionistas, bem como a “dicotomia” entre ensino, a pesquisa e a extensão. (FORPROEXT, 2006, p. 17).

Conforme menciona Nogueira (2013), essas primeiras experiências, durante décadas, foram realizadas como atividades secundárias, decorridas do ensino e da pesquisa. Se limitavam, muitas vezes, a divulgação dos resultados da pesquisa ou do reforço do ensino, alcançando uma parte da população que já possuía acesso aos cursos do ensino superior. Então o decreto veio a oficializar a legitimidade dessas atividades de extensão ofertadas por meio de cursos e conferências.

Em 1937, com a criação da União Nacional dos Estudantes (UNE), o movimento dos discentes deixou de ser regionalizado e passou a ser nacional, caracterizado pelo envolvimento social e político, tendo como registro mais antigo que se tem sobre a organização do Movimento Estudantil no Brasil, o primeiro Congresso Nacional dos Estudantes, realizado no ano de 1910, em São Paulo (SOUSA, 2000). Gurgel (1986) acrescenta que a UNE foi criada como forma de organização corporativa do segmento estudantil universitário. Em dezembro de 1938, aconteceu o Segundo Congresso Nacional dos Estudantes, onde, além da escolha da primeira diretoria da UNE, foi lançado o Plano de Sugestão para uma Reforma Educacional Brasileira.

Segundo Nogueira (2013), porém, o avanço na concepção da extensão só se consolidou no final da década de 1950 através do movimento estudantil UNE, que propunham uma atuação dos estudantes voltada para o compromisso com a classe trabalhadora, e que fosse voltada a atender principalmente no interior dos Estados, onde a carência de recursos humanos seria maior. Segundo o FORPROEXT (2006, p. 17-18),

No início dos anos 60, surge uma forma de extensão, especialmente promovida pelo Movimento Estudantil, que discutia os problemas político-ideológicos e a educação no contexto nacional. Algumas universidades públicas brasileiras realizavam ações voltadas para a população carente, com predomínio do assistencialismo. Tais ações eram esporádicas e pontuais, desvinculadas, portanto, do projeto acadêmico da universidade.

Ainda nesse campo analítico, Gurgel (1986, p. 54) salienta que:

O início da década de 60 assiste ao aparecimento de toda uma série de experiências no sentido de um relacionamento entre a universidade e a sociedade. Procurava-se disseminar ideias referentes a novos projetos para a sociedade brasileira bem como prestar serviços sociais. As atividades na maioria das vezes, restringiam-se ao nível local e tiveram duração episódica.

Na sequência, em 1961, foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 4.024 (BRASIL, 1961), que trouxe a questão da extensão, no sentido de ministrar cursos em estabelecimento de ensino superior, conforme seu art. 69, alínea c, “de especialização, aperfeiçoamento e extensão, ou quaisquer outros, a juízo do respectivo instituto de ensino, abertos a candidatos com o preparo e os requisitos que vierem a ser exigidos” (BRASIL, 1961). Nogueira (2005) acrescenta que essa lei se fez sentir, de forma acentuada, a distância entre o texto legal e a prática, pois mesmo institucionalizada, a extensão ainda se mostra reduzida a cursos ministrados por docentes, e dirigidos, de certa forma, a uma clientela já ligada a universidade.

Na visão de Santos (1989), ao longo dos anos sessenta ocorreu uma tentativa de confrontar a cultura de massas no próprio terreno, no processo de democratização da universidade. Era esperado que essa universalização possibilitasse atenuar notadamente a dicotomia entre a alta cultura e a cultura de massas, mas isso não aconteceu. Essa massificação não atenuou a dicotomia, apenas a deslocou para dentro da universidade, gerou o dualismo de universidade de elite e universidade de massas.

Assim, a produção da alta cultura permaneceu em grande parte dominada pelas universidades de elite, enquanto as universidades de massa se limitaram a distribuição da alta cultura ou, quando não a produziram, baixaram o nível de exigência e degradaram a qualidade. Este foi o preço pago pela universidade ao tentar manter sua centralidade na produção de cultura-sujeito.

Ocorreram modificações, também, no contexto da educação com o Golpe Militar de 1964, conforme menciona Nogueira (2013, p. 34):

Com o Golpe Militar de 1964 e a legislação promulgada nos anos seguintes, a UNE foi extinta e as universidades, tal como outras instituições, foram submetidas a um rígido controle ideológico. Dois programas de extensão desenvolvidos, ambos a partir de meados da década de 1960, merecem registro. Trata-se do Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC) e o Projeto Rondon. O CRUTAC inicia-se em 1965, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, visando dar aos alunos – inicialmente, os da área da saúde, expandindo-se depois para os cursos das demais áreas – a oportunidade do contato com as camadas mais carentes da população. Em cinco anos o programa chegou a ter 22 unidades CRUTAC ligadas a universidades em especial nas regiões Nordeste e Norte. O Projeto Rondon foi instituído oficialmente em nível nacional por meio do Decreto nº 62.927, de 23 de junho de 1968, vinculado ao Ministério do Interior, tem seu fundamento filosófico baseado em um decálogo de princípios marcado pelas ideias de desenvolvimento e segurança nacional.

Na visão de Gurgel (1986), o momento pós-1964, foi certamente o período mais difícil na história da universitária brasileira, associando a questão da extensão, pois foi quando o Estado assumiu intensamente um papel repressivo e autoritário, atingindo de forma violenta todos os envolvidos na questão de reforma ou transformação da sociedade. O que se buscava era atender novas exigências capitalistas ao novo rumo do processo de produção e distribuição do saber.

Gadotti (2017, p. 1) também analisa o reflexo do golpe civil-militar sobre tais conquistas, em que “a reação a essas conquistas veio com o golpe civil-militar de 1964, que foi também um golpe contra a Educação Popular. Vários movimentos de jovens e adultos foram desmantelados e a representação estudantil eliminada”. Ainda, o autor menciona que mesmo com esses acontecimentos, algumas iniciativas foram positivas, como o Projeto Rondon, que possibilitou a alguns jovens estudantes universitários a vivência com a comunidade rural necessitada do país, mas que não teve grande duração, devido sua concepção assistencialista e solidária (GADOTTI, 2017). FORPROEXT

(2006) relata que esse projeto tinha como objetivo colocar os estudantes a serviço do Estado, e se prendia a cooptação de estudantes para aderir ao modelo desenvolvimentista e tecnicista implantado no país naquele momento. Segundo Santos (1989, p. 25):

Qualquer que tenha sido a tradução real do período do capitalismo liberal e na primeira fase do capitalismo organizado, esta ideologia universitária entrou em crise no pós-guerra e nos anos sessenta viu-se confrontada com a reivindicação do envolvimento da universidade e do conhecimento por ela produzido na resolução de problemas econômicos e sociais prementes. Foi assim posta em questão a dicotomia entre a teoria e a prática, e as tensões daí decorrentes tem vindo a ser geridas com recurso a diferentes mecanismos de dispersão.

Santos (1989) cita que a vertente principal do apelo à prática foram as exigências do desenvolvimento tecnológico, em virtude da crescente transformação da ciência em força produtiva, da competitividade internacional das economias feita de ganhos de produtividade cientificamente fundados.

Importante mencionar que, em 30 de abril de 1966, foi criado o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB) por 28 reitores da época, os quais foram perseguidos e edificados ao longo de cinco décadas. Esse conselho, segundo o site do CRUB, visava:

Articular e consolidar o Ensino Superior no Brasil; pensar estrategicamente o sistema universitário no seu todo e propor medidas para o seu pleno desenvolvimento; promover o intercâmbio e a cooperação entre todas as universidades; e levar a que todas as instituições de Educação Superior contribuíssem eficazmente para o desenvolvimento nacional. (CRUB, 1966, on-line).

Gurgel (1986) destaca que a maior influência no sentido de aproveitamento da experiência americana foi a chegada de Rudolph Atcon ao Brasil. Ele foi o responsável pela constituição do CRUB, e foi seu primeiro secretário executivo de 1965-1968. Sua concepção em relação à estruturação e organização da universidade brasileira colocava a extensão universitária em posição de destaque. Segundo Sousa (2000, p. 91), “para Atcon, a Universidade deveria estar desvinculada dos controles administrativos e financeiros do Estado e, assim, defendia sua autonomia”. No entanto, embora não tenha sido abordada a extensão na criação do conselho, ele foi reconhecido como interlocutor

esporádico das ideias das IES e, com isso, tentar identificar suas interferências sobre a extensão universitária (SOUSA, 2000).

Em 1968, foi promulgada a Lei Básica da Reforma Universitária, Lei nº 5.540 de 28 de novembro, e seu art. 20, consolidando um importante passo para a expansão da extensão, determinou que os resultados da pesquisa fossem estendidos à comunidade. Nesse contexto a Lei deixava claro que “as universidades e os estabelecimentos isolados de ensino superior estenderão à comunidade, sob a forma de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e os resultados da pesquisa que lhes são inerentes” (BRASIL, 1968). Contudo, Sousa (2000) entende que, mesmo tornando a extensão obrigatória em todas as Instituições de Ensino Superior (IES), não se percebe nenhum avanço no sentido de clarear sua prática ou mesmo de instigar sua construção. Analisa, também, que com essa lei, a ditadura militar tentou ocultar suas verdadeiras intenções, com sutis contemplações aos direitos reivindicados pelos estudantes. A extensão que antes era a uma bandeira de luta do movimento estudantil, foi tomada pelo Estado, institucionalizada pela lei de reforma do ensino, e devolvida aos estudantes como um desafio político (SOUSA, 2000).

De acordo com o FORPROEXT (2006), no que tange a extensão universitária, ainda aparece sob a forma de cursos e serviços especiais estendidos à comunidade, de cunho assistencialista, desvinculada do ensino e da pesquisa. O princípio da indissociabilidade prevista para o ensino superior é contemplado no art. 2º, porém relacionando apenas o ensino e a pesquisa.

Importante mencionar também a questão da indissociabilidade, que na mesma lei citada anteriormente, conforme menciona Nogueira (2013, p. 33-34):

(Lei Básica da Reforma Universitária, nº 5.540, de 1968) assume a indissociabilidade entre as atividades de ensino e pesquisa, tratando a extensão como a forma pela qual a universidade estende à comunidade sua atividade de ensino e o resultado de suas pesquisas. Registra ainda que as instituições de ensino superior deverão possibilitar aos estudantes, por meio de atividades de extensão, participar de “programas que visem à melhoria das condições de vida da comunidade e no processo geral de desenvolvimento”.

Sousa (2000) salienta que não houve mudança na extensão em sua concepção, pelo fato de constar na legislação da Reforma Universitária, tornando obrigatória em

todas as instituições de terceiro grau. Permaneceu a ideia de vincular a prática extensionista à prestação de serviço. A universidade foi cobrada a desempenhar sua função social por meio da extensão, do ensino e da pesquisa para promover o bem-estar da sociedade, de modo a servir a comunidade, e, ao mesmo tempo, servindo-se desta para o treinamento dos estudantes.

Abordando a extensão pela visão de interiorização, podemos ter como exemplo a contextualização sobre o projeto RONDON, pois a partir de 1969 começou a ter contato direto com as universidades, a partir da instalação dos Campi Avançados, que eram uma extensão da própria universidade. A ideia era que a universidade, ao implantar o seu Campus Avançado, estaria penetrando no interior do país, interiorizando-se e integrando-se com as comunidades, de tal forma que poderia assim contribuir para desenvolvimento integral do homem brasileiro. No entanto, a universidade poderia desenvolver suas atividades de extensão nos campi avançados, desde que não fosse criado nenhum conflito com as propostas do projeto, pois naquele momento, este era o legítimo representante do pensamento militar e mediador dos planos governamentais. A universidade ao se integrar ao Rondon deixava de servir como instrumento ideológico para repassar a nova ordem política proposta, e as atividades de extensão não passavam de meros instrumentos de reforço governamental de um Estado autoritário, que ditava as diretrizes a serem seguidas (SOUSA, 2000).

Percebe-se a presença da extensão, mas ainda de forma controlada e restrita as regras do Estado, conforme demonstra o trecho do Aviso Circular nº 513, de 25/6/75, como recomendação do Ministro de Estado da Educação e Cultura a todos os reitores e diretores IES, logo após a criação da Coordenação de Atividades de Extensão (CODAE), ligada ao Departamento de Assuntos Universitários do MEC (BRASIL, 1980, p. 16):

A Universidade procure conhecer e melhor articular a participação de docentes e de discentes nas operações desenvolvidas pelo Projeto Rondon, a nível nacional, regional e nas de caráter especial, procurando, se possível, compatibilizá-las com suas necessidades de treinamento ou estágio.

A CODAE foi criada em 1974, vinculada ao Departamento de Assuntos Universitários – DAU/MEC, com proposta de uma coordenação centralizada, a qual o MEC passa a ter maior responsabilidade com relação à extensão universitária assumindo

a coordenação dessa atividade em nível nacional. Apesar de não ter sido constituída por ato legal, ela teve significativa atuação, no sentido de conquistar avanços na concepção de extensão, na definição de diretrizes políticas comuns para as universidades brasileiras e na proposta de articulação entre as atividades de extensão, ensino e pesquisa (NOGUEIRA, 2005).

Em abril de 1975, foi divulgado pelo MEC o primeiro Plano de Trabalho de Extensão Universitária, estabelecendo que sua execução fosse função do DAU, por intermédio da CODAE (NOGUEIRA, 2005).

Esse plano foi influenciado pelas ideias de Paulo Freire, expressas especialmente no livro *Extensão ou Comunicação?*, no qual as camadas populares não são vistas como objeto que sofre a ação extensionista, mas como sujeitos da ação. E, na comunicação entre os sujeitos da ação - universidade e sociedade - ocorre a troca de saberes acadêmico e popular. Dessa forma, através da extensão, seria possível integrar as atividades de ensino e pesquisa às necessidades da maioria da população. (NOGUEIRA, 2005, p. 33).

Sousa (2000) menciona que esse Plano era específico à operacionalização das ações extensionistas, o que refletia o momento de fortalecimento da institucionalização da extensão universitária. Era o momento que o governo buscava abrir caminho para possibilitar a abertura política que veio a se concretizar a partir da segunda metade da década e 1970. Nogueira (2005) acrescenta que através desse Plano, o MEC garante para si a competência de propor a política de extensão para as universidades brasileiras, traçando diretrizes e normas em âmbito nacional e estimulando o intercâmbio de experiências cultivadas pelas IES. Em observação a autora Sousa (2000), compreende que as atividades de extensão na época desse Plano eram basicamente: o Projeto RONDON, o campus Avançado, O CRUTAC, os Projetos de Integração das Universidades nas Comunidades e de Integração Escola-Empresa-Governo, contando com a cooperação do Instituto Euvaldo Lodi<sup>3</sup>. Esse Plano não representou nenhum

---

<sup>3</sup> Criado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) em 29 de janeiro de 1969, o IEL iniciou suas atividades com uma proposta avançada para a época: aproximar os estudantes das linhas de montagem por meio de estágios supervisionados. Nos anos 1990, quando o Brasil abriu as portas para a concorrência externa, a defasagem tecnológica da indústria brasileira ficou visível. Neste momento, o IEL começou a diversificar suas atividades. A partir daí, experiências internacionais levaram o Instituto a ser procurado por empresários que buscam o aperfeiçoamento da gestão de seus negócios, da inovação tecnológica e da modernização das práticas empresariais. <https://www.portaldaindustria.com.br/>.

avanço em relação à concepção da Extensão Universitária, pois ele se limitava a fazer levantamento das atividades já existentes e propor forma de coordená-las, na tentativa de articular diversas experiências em âmbito nacional, eliminando as estruturas paralelas aos mecanismos de organização.

Dentro do contexto histórico, percebe-se que, ainda, há falta de autonomia das universidades na extensão e também de um posicionamento definido por partes das instituições envolvidas nas atividades de extensão. Em Sousa (2000), o CRUB em 1976, durante a XXIII Reunião Plenária realizada no Maranhã, trouxe uma definição de extensão, como sendo o instrumento de íntima comunicação da universidade com a comunidade. No entanto, a autora menciona sobre uma falta de posicionamento desse conselho quanto a ocupar um lugar de fato, pois ora se porta como porta voz do MEC e ora como protagonista da política de governo.

Em sequência, de acordo com o FORPROEXT (2006), tiveram os seguintes acontecimentos:

Os anos 1979 (Anistia), 1984 (Campanhas Diretas Já), 1988 (Constituição Federal) e 1989 (Eleições Diretas) devem ser pontuadas pelos desdobramentos que incitaram e vistos como marcos democráticos em que se constituíram, face aos inúmeros retrocessos sociais e políticos até então vividos. (FORPROEXT, 2006, p. 20).

Com a anistia concedida em 1979, a UNE foi reativada no mesmo ano. Posteriormente, teve seu momento de destaque com a convocação dos jovens para o Impeachment do Presidente Fernando Collor de Mello, mas depois não deu sequência em suas atuações. Houve outras tentativas de retorno às atividades culturais, mas sem sucesso (SOUSA, 2000).

De acordo com o FORPROEXT (2006), foi durante a década de 80, com o fortalecimento da sociedade civil, que iniciou um novo paradigma de Universidade, de Sociedade e de Cidadania, onde a população deixava de ser percebida pela universidade como mero receptor de conhecimento e de práticas produzidas no interior da Academia.

Apesar das legislações anteriores abordando as diretrizes da extensão, a institucionalização, teve início posterior. Como sinais podemos mencionar o I, II e III Plano Setorial de Educação e Cultura, influenciadores no contexto da extensão, abordando a

questão da institucionalização, pois já no I Plano (1972/1974) trouxe o projeto de integralização das universidades às comunidades, por meio da implantação do CRUTAC. No II Plano (1975/1979), já contemplava a extensão como uma função a ser cumprida pelas IES. No III Plano (1980/1985), o Estado deu um novo sentido às diretrizes da educação. As ações programáticas contemplam ações sobre a educação no meio rural e nas periferias urbanas, o desenvolvimento cultural e a valorização dos recursos humanos. A educação básica é priorizada em todo o plano (SOUSA, 2000).

Segundo o FORPROEXT (2012), na luta pela democratização e reconstrução das instituições políticas e sociais, foi recriada a concepção de Universidade Pública, redefinidas as práticas de Ensino, Pesquisa e Extensão e questionada a visão assistencialista das ações extensionistas. A partir disso, a Extensão passou a ser notada como um processo que articula o Ensino e a Pesquisa, os quais se relacionam com os movimentos sociais. Restou o desafio pela busca da institucionalização da Extensão, pois esta envolveria toda a universidade. Segundo Nogueira (2013), a extensão universitária potencializava a articulação das atividades de ensino e pesquisa com as demandas existentes na sociedade. Sendo assim, é o momento do retorno e da articulação com um saber que deve ser reconstruído, testado e realimentado permanentemente, a partir do acareamento com as situações concretas vivenciadas na realidade material da sociedade.

Observando o processo de evolução histórica, podemos observar que em novembro de 1987 foi criado o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEXT). Um marco importante dentro do contexto histórico, pois propiciaram à comunidade acadêmica as condições para redefinir a Extensão Universitária (FORPROEX, 2012). Em concordância, Leonídio (2017) pondera que o Fórum passava a desenvolver função principal na definição de políticas de extensão para as instituições públicas de ensino superior. É uma entidade voltada para a construção, articulação e definição de políticas acadêmicas dentro do campo da Extensão Universitária. Para Sousa (2000, p. 76), “com a criação desse Fórum vai se promover uma revisão conceitual sobre a Extensão e também uma rediscussão sobre a função social da Universidade. Esta nova forma de conceber a Extensão será na interlocução com as IES”.

Logo depois, em 05 de outubro de 1988, foi promulgada a Constituição Federal. O Brasil estruturou a transição do regime militar para a democracia. Em seu art. 207, é concedida autonomia as universidades, e também é contemplado o princípio da indissociabilidade, só que dessa vez, abrangendo também, além do ensino e da pesquisa, a extensão. “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 1988). Segundo Leonídio (2017, p. 17),

A indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão é o fator que gera um movimento de produção e disseminação do conhecimento no Ensino Superior, uma vez que relaciona diretamente questões fundamentais para o desenvolvimento da ação acadêmica, tais como: o corpo discente aos conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade (Ensino); a produção de conhecimento (Pesquisa); a intervenção no cotidiano dos processos sociais e a identificação de questões inerentes a este cerne (Extensão). Estas ações acabam criando um ciclo perene de interdependência entre estes elementos, uma vez que demandam novas pesquisas, interferem no dia a dia do processo ensino-aprendizagem-avaliação, dentre outras questões.

Segundo o FORPROEXT (2012), após estar em concordância com as definições pactuadas no FORPROEX e o reconhecimento na Constituição de 1988, no art. 207, no princípio da indissociabilidade, e no art. 213, parágrafo 2, abordando a permissão para receber recurso financeiro do governo para as atividades de extensão, a extensão foi tendo novos avanços na institucionalização. Com isso, novos progressos foram estabelecidos pelo MEC (Ministério da Educação e Cultura) sob forte estímulo e ampla colaboração do FORPROEX. Em decorrência, foi criado o Programa de Fomento à Extensão Universitária (PROEXTE), em 1993, onde suas principais contribuições se referem ao financiamento da Extensão Universitária e a elaboração teórico-conceitual, especialmente a definição das diretrizes e objetivos da Extensão Universitária, dos tipos de ações a serem efetuadas e da metodologia a ser utilizada em sua implementação. Sobre o PROEXT, Sousa (2000, p. 78) acrescenta que:

O Programa de Fomento propõe que extensão universitária seja desenvolvida sobre a forma de programas, projetos e atividades e passa a discorrer sobre a identidade de cada forma. O último item do documento define as formas de avaliação dos programas/projetos/atividades institucionais, para fins de

financiamento, e determina os caminhos necessários para se conseguir recursos. Na verdade, esse documento tem sua maior importância justamente para tratar de questões relacionadas ao financiamento da Extensão Universitária.

De acordo com o FORPROEXT (2012), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9.394 publicada em 1996, seu art. 43 estabeleceu a Extensão Universitária como sendo uma das finalidades da Universidade, ao mesmo tempo em que instituiu a possibilidade de apoio financeiro do Poder Público, inclusive mediante bolsas de estudo (BRASIL, 1996). Ainda, acrescenta o Plano Nacional de Extensão, como outra iniciativa importante no sentido de institucionalização da Extensão Universitária, o qual foi elaborado e aprovado em 1998, pelo FORPROEX. Para Nogueira (2005), o plano representa a construção coletiva de uma proposta política, a qual foi definida sua elaboração por deliberação do XII Encontro do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão, em dezembro de 1997, em parceria com a Secretaria de Educação Superior/Ministério da Educação (SESu/MEC).

Finalizando a abordagem pelo contexto histórico, podemos mencionar a aprovação, em 2001, do Plano Nacional de Educação, compreendendo o período de 2001-2010, o qual, segundo o FORPROEXT (2012, p. 16-17), estabelece que:

A responsabilidade das Universidades nas suas funções de Ensino, Pesquisa e Extensão, na formação inicial e continuada dos profissionais da educação básica, e institui que, “no mínimo, 10% do total de créditos exigidos para a graduação no ensino superior no País será reservado para a atuação dos estudantes em ações extensionistas” (Meta 23). Assim, no início da década de 2000, a Extensão Universitária já havia adquirido significativa densidade institucional, no que se refere à Constituição de 1988, à legislação federal e às regulamentações do FORPROEX.

A partir de então, e extensão constituiu-se como campo de constantes discussões, principalmente, nas reuniões do FORPROEX e universidades. Com isso, foram acontecendo o desenvolvimento de políticas de extensão universitária voltadas nessa vertente, pois passou a ser reconhecida e abordada na educação juntamente com o ensino e a pesquisa, seguindo o princípio da indissociabilidade. Também foi reconhecida como instrumento de transformação social, sendo considerada a via de mão dupla na troca de conhecimento entre a universidade e a sociedade.

Sousa (2000) faz uma observação traçando um comparativo com a atualidade, e menciona não haver mais um interesse em uma participação efetiva por parte dos discentes no movimento, que tem surgido novas formas de organização dessa categoria dentro das universidades, que parecem responder mais prontamente aos interesses estudantis atuais. Por exemplo, a empresa Júnior, compreendida como “uma associação civil, administrada por estudantes de graduação, com o objetivo de prestar serviços ou desenvolver projetos para as micro e pequenas empresas” (SOUSA, 2000, p. 50-51). Mesmo sendo formas de atuação distintas, percebe-se que a prática da extensão pela visão dos discentes, sempre esteve direcionada em prol dos trabalhadores, e pelo desenvolvimento das classes mais carentes, no sentido de promover sua liberação.

Percebe-se uma mudança de posicionamento do espírito das práticas de extensão, não sendo mais ela a representar apenas a preocupação de alunos e militantes, mas como uma necessidade de existência que atinge não só a sociedade, mas também a universidade e o Estado.

## **2.2 Políticas públicas de extensão**

Desde que surgiram as primeiras atividades de extensão no Brasil, houve muitas mudanças em sua forma de abordagens e nas características das políticas públicas, voltadas a atender essas atividades. Segundo o FORPROEXT (2012), as primeiras manifestações das atividades de extensão foram por meio da oferta de cursos e conferências, ministrados pela Universidade de São Paulo em, sob a influência do modelo inglês. Outrossim, a prestação de serviços ofertado pela Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa, na década de 1920, pela influência do modelo americano. A prática de atividades de Extensão Universitária no Brasil remete ao início do século XX, praticamente coincidindo com a criação do ensino superior. Nogueira (2013) também entende que discutir a extensão universitária é uma forma de discutir a própria universidade, e que não se pode abordar a extensão de forma isolada, como apenas uma de suas funções, realizada de maneira independente.

Para falar das políticas de extensão, será considerado como base o escopo legal da criação do Estatuto das Universidades Brasileiras no ano de 1931, pelo Decreto

19.851 (BRASIL, 1931), abordando os projetos e atividades ocorridas posteriormente, pois esse ato deu início a existência legal da instituição superior, e, conseqüentemente, reafirmou um maior reconhecimento as suas funções, dentre elas, a atividade de extensão. Correia (2000) salienta que a forma de atuação das universidades, restringindo-a em cursos e conferências, tratado no art. 42<sup>4</sup>, deixa explícito a ideologia a qual guiaria as atividades de extensão, que deveria ser acessível ao grande público conforme parágrafos 1º e 2º. Com isso, ele menciona que a universidade, enquanto individualidade institucional, perdia com a falta de autonomia, o seu próprio poder criativo.

O modelo vinha pronto, acabado, fechado ao processo enriquecedor tanto para a universidade como para o seu destinatário. (...) A extensão universitária era apenas o veículo da cultura elitizada, trabalhada intramuros, joierada pelo processo burocratizante da universidade, capaz de envolver estratos mais populares da população. A Extensão universitária, se levada, de fato, ao grande público, o afastaria de elevar a saber, sua própria cultura, a sua própria experiência, os seus próprios problemas, imergindo-o na cultura a saber ideologizados pela classe dominante e nos saberes práticos que aprofundariam mais a divisão do trabalho e das classes, ao estilo da sociedade burguesa. (CORREIA, 2000, p. 203-204).

Assim Sousa (2000, p. 57) se posiciona a respeito o decreto:

Esse Decreto-Lei apresenta a forma como a Extensão deveria acontecer e a coloca como um instrumento da vida social da Universidade.  
Os cursos e conferências deveriam a ser destinados a “propagar, em benefício coletivo” as produções técnicas e científicas da Universidade. Seus limites de atuação são definidos, colocando-os como difusores de “conhecimentos úteis à vida individual e coletiva”.

Para Nogueira (2013), a normativa tem a intensão de institucionalização da extensão, presente no decreto. No entanto, ausente na organização e prática nas universidades.

---

<sup>4</sup> Art. 42. A extensão universitária será efetivada por meio de cursos e conferências de caráter educacional ou utilitário, uns e outros organizados pelos diversos institutos da Universidade, com prévia autorização do Conselho Universitário. § 1º os cursos de conferências, de que trata este artigo, destina-se principalmente a difusão de conhecimentos úteis à vida individual ou coletiva, à solução de problemas sociais ou à propaganda de ideias e princípios que salva guardem os altos interesses nacionais.

§ 2º Estes cursos e conferências poderão ser realizados por qualquer instituto universitário em outros institutos de ensino técnico ou superior, de ensino secundário ou primário ou em condições que os façam acessíveis ao grande público (BRASIL,1931).

Há nessa legislação a intencionalidade de institucionalização da extensão – preocupação esta quase sempre ausente da organização e prática nas universidades brasileiras, durante as décadas que se seguiram – ao colocá-la sob controle do Conselho Universitário, que deveria efetivá-la em entendimento com as unidades acadêmicas da instituição. (NOGUEIRA, 2013, p. 33).

Na visão de Nogueira (2005), o decreto também possibilita uma melhor compreensão sobre a concepção de universidade e de extensão universitária: a universidade deve exercer influência sobre a sociedade, elevando o nível de cultura do povo. A extensão é o mecanismo através do qual isso se realizará. Dessa forma, a extensão foi utilizada como ferramenta de transmissão de conhecimentos da universidade para a sociedade, e de propagação de valores de uma classe hegemônica que defendia a ordem política e econômica que se instaurava no país.

Nos anos posteriores a publicação do decreto, foram criadas universidades, mas essas não asseguravam a extensão, conforme descrevia a legislação, no que tange a sua concepção e organização, exceto a Universidade do Distrito Federal, concebida por Anísio Teixeira e colaboradores em 1935, a qual estabeleceu em seu estatuto, como uma das finalidades, propagar as aquisições da ciência e da arte por meio de cursos de extensão popular (NOGUEIRA, 2013).

Percebe-se que embora o Estatuto tenha sido criado em 1931, as atividades de extensão tiveram, ainda, que percorrer um longo caminho pelas universidades e seus idealizadores para se alcançar o entendimento e a concepção existente hoje, de forma institucionalizada. Com isso, percebe-se que o entendimento do seu conceito, que até então era apenas voltado a oferta de cursos e serviços, foi sendo moldado de forma que retratasse melhor sua finalidade. Com o passar dos tempos, à medida que foram sendo criadas políticas públicas de extensão, aproximava-se cada vez mais a universidade da população. Foram muitas contribuições desde então. Uma política contribuíram mais, as outras menos, mas foram determinações que ajudaram a desenvolver as atividades de extensão, dentro da essência de sua finalidade.

Dentre as políticas de extensão existentes, destacamos algumas que tiveram mais relevância no sentido de reconhecimento, quanto à forma de abordagem e também dentro do contexto da institucionalização das atividades de extensão, desde o ano da publicação da Lei que instituiu as universidades brasileiras.

Posteriormente, referente as políticas de extensão, a primeira foi a Lei 4.024 de 20 de novembro de 1961, que fixou as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Ela trouxe vagamente a questão da extensão na alínea “c”, em seu art.69, sobre os cursos de especialização, aperfeiçoamento e extensão serem ministrados apenas em estabelecimento de ensino superior (NOGUEIRA, 2013). Nacif (2011) menciona que apesar da promulgação dessa lei, que continha dispositivo de maior flexibilidade acadêmica e sinais de autonomia, em seu conjunto, mantinha o modelo tradicional, pois reforçava o poder das cátedras, das faculdades isoladas, e não possuía diretamente preocupação com a pesquisa. Embora tenha sido citada na referida lei, Sousa (2000) não reconhece nenhum avanço quanto à concepção da extensão universitária que continua sendo vista como uma função da universidade, refletida na prestação de serviços às comunidades carentes e oferecimento de cursos, conferências e seminários. Ainda, acrescenta que nesse momento as universidades serviam explicitamente aos interesses governamentais.

Em 1968, já no período de ditadura militar, foi promulgada a Reforma Universitária pela Lei 5.540, no dia 28 de novembro. Como essa lei estava centrada no poder autoritário do governo, não teve grandes reflexos na institucionalidade. O país estava sob o domínio dos militares, e houve várias mudanças na educação. Nogueira (2005) aborda que dentro das mudanças veio a obrigatoriedade de as universidades estenderem a comunidade, seus conhecimentos por meio de cursos e serviços, o ensino e a pesquisa que lhe são inerentes, no art. 20. Outro ponto mencionado foi que essa legislação também trouxe no art. 40, a oportunidade de os discentes participarem de programas de melhorias de vida da comunidade e no processo geral de desenvolvimento. Isso demonstra a influência das duas vertentes que direcionam as atividades de extensão no século XX: A europeia com a oferta de cursos e a americana com a prestação de serviços à comunidade.

Para Gurgel (1986), o art. 40 consagrou a ideia da extensão como um serviço social prestado por estudantes. Isso levou a uma interpretação errônea por parte da universidade, evidenciando ser caráter de opcionalidade ou excepcionalidade, e que o mesmo artigo, levou a interpretar a relação da extensão com atividades cívicas e

desportivas ou ações culturais e artísticas, completamente desligadas da atividade acadêmica.

A Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, tem que ser vista obrigatoriamente como o instrumento legal por meio do qual a Revolução de 1964 procedeu aos reajustes necessários no sentido de que o sistema de ensino superior atendesse a seus interesses. A nova ordem exigia uma universidade moderna em sua estrutura administrativa, orgânica em seu funcionamento interno, funcional ao sistema político vigente, racional e eficiente em sua atuação. (GURGEL, 1986, p. 80).

Sobre essa legislação, ainda, percebe-se que a extensão permanece como a forma da universidade levar à comunidade o seu ensino e resultado de suas pesquisas, de forma isolada. Ainda não é visto a troca de saberes entre a sociedade e a universidade, mas nota-se uma intenção em se envolver o estudante na ideologia de desenvolvimento do governo, mediante assistencialismo prestado por alunos, sem a presença dos docentes. Isso resultou a criação de dois programas que merecem destaque que são o CRUTAC e o Projeto RODON (NOGUEIRA, 2005). Segundo Correia (2000), a descrição do programa manteve essa visão da extensão de serviços prestados à comunidade da zona rural.

O Crutac é um programa de interiorização da universidade, criado por resolução nº 57/65-U, de 28 de dezembro de 1965, do Conselho Universitário da Universidade Federal do Rio grande do Norte. Substancialmente constituía-se de treinamento profissionalizante de estudantes universitários no meio rural, prestando serviço às comunidades. O programa se apresentava como uma filosofia humanitária, desenvolvimentista e como didática de treinamento profissional de concluintes dos cursos universitários, sobretudo, das áreas de medicina, odontologia, farmácia, engenharia, direito, serviço social, educação e economia. (CORREIA, 2000, p. 343).

O surgimento do Projeto Rondon e o propósito do governo, segundo Correia (2000, p. 355-356):

Sua origem se deu, exatamente, no primeiro seminário e segurança nacional, realizado no Estado da Guanabara, outubro-novembro, 1966, onde se reunir entidades oficial e três universidade do Rio de Janeiro. Aí, Wilson Choeri, da Universidade da Guanabara, lançou ideia da Universidade Integrada, vendo a universidade como estratégia na geopolítica do desenvolvimento e agente de mudanças abrangendo três etapas:

1º- alunos concluintes fariam estágios no interior do país orientados por professores

2º - atuação permanente da universidade nas regiões subdesenvolvidas e

3º- prestação de serviços remunerados de neo-formados em órgãos públicos dessas áreas prioritárias

Decorrente dessa ideia, discutida no seminário, nos campos de educação e segurança nacional, já em junho de 1967, 27 alunos da Universidade da Guanabara, liderados por W.Choeri, passaram 30 dias em Porto Velho e várias outras cidades de Rondônia.

O sistema de poder não poderia deixar de agilizar essa ideia. Preencher o vazio político que o golpe de 64 impusera à massa estudantil: empenhar a universidade no Plano Nacional de Desenvolvimento Nacional, segundo os princípios normativos de segurança nacional. Empregar mão de obra gratuita na modernização das comunidades subdesenvolvidas.

Percebe-se a prática da extensão como atividades desarticuladas das demais atividades acadêmicas, ensino e pesquisa, mas que são dependentes dela, e que a extensão praticada pelos estudantes universitários, no início na década de 1960, foi sinal de mudança na concepção, pois passaram a acontecer ações concretas direcionadas ao compromisso com as classes populares. No entanto, não de forma assistencialista, mas, sim, com intuito de conscientizá-los sobre seus direitos. Surgem, ainda, outras ideias dos estudantes: a preocupação de integração com órgãos governamentais, principalmente no interior dos Estados; percepção da necessidade da interdisciplinaridade ao recomendar a atuação conjunta do estudante de diferentes áreas; e a visão quanto às possibilidades de o trabalho extensionista ser computado como estágio curricular, executado em períodos de férias. Mesmo que tenha ocorrido um retrocesso na extensão na ditadura militar, no sentido de feição assistencialista, não impediu que surgissem essas novas ideias dos estudantes, que consolidaram uma nova concepção presente na fase posterior. Algumas dessas ideias são introduzidas pelo MEC da década de 70, e algumas dessas propostas reaparecem nas concepções do FORPROEX, no final da década de 1980, assumidas a liberdade que o momento político permitia (NOGUEIRA, 2005).

De acordo com Sousa (2000), no cenário político, no final da década de 1980, era possível ser visto vários militantes assumindo cargos nas universidades de reitores e pró-reitores. Isso possibilitou uma maior discussão entre os componentes do movimento docente, sobre a relação que teria que se estabelecer de forma orgânica, vinculada àquilo que a Universidade faz – pesquisa e extensão. Tratava-se de uma bandeira de luta, a

qual o movimento docente defendia a questão da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, e, também, a questão sobre a função social da Universidade, dentro de um projeto mais amplo de democratização da Universidade Brasileira. De acordo com Leonídio (2017), essas iniciativas possibilitaram a criação de um cenário propício para a realização de um debate a nível nacional sobre o assunto. Percebia-se que havia questões consensuais. Toda abertura e entusiasmo político existente na época contribuíram para a criação do Fórum Nacional.

No fim da década de 80, no ano de 1987, é instituído o FORPROEX. Esse evento se deu durante o primeiro encontro de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, na cidade de Brasília. Conforme FORPROEXT (1987, p. 11),

Foi realizado na Universidade de Brasília, no Distrito Federal, nos dias 4 e 5 de novembro de 1987, o I Encontro de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Participaram do evento 33 universidades públicas, representadas por seus pró-reitores ou ocupantes de cargo similar nas instituições.

Tal fato culminou nos seguintes objetivos (FORPROEX, 1987, p. 17-18):

Art. 2º - São objetivos do Fórum:

I - Formulação de diretrizes básicas que permitam a articulação das ações comuns das Pró-Reitorias das IESP da área, a nível regional e nacional;

II - Estabelecimento de políticas de ações que visem a orientação e fortalecimento de atuação das Pró-Reitorias;

III - Articulação permanente com o Conselho de Reitores das Universidades Brasileira (CRUB), visando a análise e encaminhamento das questões referentes à área de atuação das Pró-Reitorias;

IV - Articulação permanente com o Fórum de Pró-Reitores de Ensino e com o Fórum de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação, com o objetivo de desenvolver ações conjuntas que visem a real integração da extensão, ensino e pesquisa;

V - Contato com os órgãos governamentais e outros segmentos da sociedade, atuando como interlocutor sobre questões e políticas relacionadas com a área de atuação das Pró-Reitorias.

Segundo Leonídio (2017) o FORPROEX, colaborou na percepção sobre os impactos ocorridos também na universidade, proporcionados pelas atividades de extensão:

Este impulsionou uma série de debates, publicações e implementações que possibilitaram a construção de políticas e diretrizes da Extensão Universitária no Brasil as quais caminharam para o consenso de que não é apenas na sociedade que se vislumbra conseguir impacto, mas também a própria Universidade possibilitando, assim, mudanças e transformações, considerando que os marcos regulamentários até então contribuíram para a eclosão de uma excelente oportunidade de efetivar serviços acadêmicos e extensionistas comprometidos com o desenvolvimento geral do Brasil. (LEONÍDIO, 2017, p. 55).

De acordo com o FORPROEXT (1987), foi abordado nesse primeiro encontro, a questão da institucionalização da extensão, tanto do ponto de vista administrativo, como também da prática acadêmica, tendo em vista a extensão reconhecida como um processo que transpassa o ensino e a pesquisa, integrando essas atividades. Ainda sobre a institucionalização da extensão.

A institucionalização da prática extensionista, na medida em que reduz a distância que atualmente separa a atividade acadêmica dos interesses concretos da população, deve ser visualizada como um instrumento básico da recuperação da função social da universidade e restauração de sua credibilidade.

A institucionalização da extensão implica na adoção de medidas e procedimentos necessários ao direcionamento das atividades acadêmicas às questões de relevância social. Essas medidas e procedimentos podem ser classificados em três grandes grupos:

- medidas e procedimentos de ordem metodológica;
- medidas referentes à estrutura universitária;
- medidas para valorização da extensão regional e nacional. (FORPROEXT, 1987, p. 12).

Sousa (2000) menciona que três questões básicas têm sido discutidas constantemente nos encontros do FORPROEX: conceituação, institucionalização e financiamento da extensão. A autora entende que são questões que devem ser desembaraçadas simultaneamente para se conseguir avançar, e cita como exemplo a questão de como institucionalizar algo que as pessoas ainda não conseguem vislumbrar claramente o seu conceito. Como institucionalizar algo se não tiver o recurso para tal ação? São questões que estarão sempre sendo discutidas, pois exigem respostas dinâmicas. Essa foi a primeira preocupação do Fórum, gerar um conceito de extensão que explicasse e conseguisse resolver os problemas da indefinição das atividades extensionistas.

### I CONCEITO DE EXTENSÃO

A extensão universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade.

A extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade da elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Este fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados/acadêmico e popular, terá como consequência: a produção de conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional; e a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da universidade.

Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, a extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social. (FORPROEXT, 1987, p. 11).

De acordo com o regimento do Fórum, seu funcionamento, conforme art. 3º, determina que o fórum se reúna ordinariamente pelo menos uma vez ao ano, e extraordinariamente sempre que a coordenação entenda que seja necessário, ou o próprio grupo através de 1/3 de seus membros. Desde sua criação, ocorreram reuniões em cidades distintas, e a cada evento são abordados temas diversos. A última reunião ocorrida, de acordo com o site do RENEX<sup>5</sup>, foi o 46º Encontro Nacional do FORPROEX, realizado em São Luís do Maranhão, em setembro de 2019, com o tema: "Extensão Universitária para a transformação social: protagonismo docente, discente e da comunidade".

Dentre os assuntos tratados pelo Fórum, destaca-se, segundo Nogueira (2005), a atuação que se direcionou a elaboração de duas importantes políticas de extensão universitárias, ambas com a participação do Ministério da Educação por meio da Secretaria de Educação de Ensino Superior, o Programa de Fomento à Extensão Universitária – PROEXT e o Plano Nacional de Extensão Universitária, ocorridas em 1993 e 1998, respectivamente. “Em ambos os processos se destaca a atuação do Fórum, enquanto um ator que pretende interferir na política acadêmica, abrindo espaço para ação extensionista” (NOGUEIRA, 2005, p. 49).

---

<sup>5</sup> A Rede Nacional de Extensão, RENEX, iniciativa do FORPROEX, mantém cadastro atualizado das instituições integrantes, divulga ações extensionistas universitárias e coordena o Sistema Nacional de Informações de Extensão, SIEX/Brasil, banco de dados sobre as práticas de extensão no País. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/apresentacao/forproex-e-renex>. Acesso em: 10 maio 2020.

A proposta do FORPROEXT, segundo Incrocci e Andrade (2018), promove uma mudança de foco sobre a finalidade da extensão, em que esta deixa de ser apenas um meio de abrir as portas das Instituições Públicas de Ensino Superior (Ipes) para aqueles que, até então, não poderiam ter tal acesso a elas por outras vias, como já previsto pelos movimentos estudantis, e passa a constituir um elo fundamental na formação do aluno e da produção de conhecimento dentro da universidade. É um elo institucionalizado, dotado de metodologia e avaliação próprias.

Sousa (2000) ao salientar sobre a constante construção histórica sobre a concepção da extensão, ensina que o que fórum tem apresentado sobre a extensão não pode e nem deve ser aceita como definitivo, pois estará sempre prescindindo da necessidade de ser revisto e avaliado, conforme cada momento da existência da própria universidade. No entanto, é necessário que haja uma concepção própria que seja estabelecida como ponto inicial.

Seguindo a ordem cronológica do curso da história das políticas de extensão, outro acontecimento muito importante no contexto das políticas públicas foi a promulgação da Constituição Federal de 1988. Esse acontecimento ocorreu no dia 05 de outubro, durante o governo do presidente José Sarney. Segundo Dias (2000), ela ficou conhecida com a Constituição Cidadã, resgatou a democracia após vinte e um anos de Ditadura Militar no país, consolidando a transição de um regime autoritário para um democrático, e reestabeleceu a inviolabilidade de direitos e liberdades básicas, além de instituir preceitos progressistas, tais como a igualdade de gênero, a criminalização do racismo, a proibição da tortura e versou sobre os direitos sociais, como educação, trabalho e saúde.

Além dessas alterações na nova Carta Magna, que são importantes conquistas e que deram uma maior segurança aos brasileiros em muitos aspectos, no que se relaciona a extensão também houve conquistas, pois foi abordada a questão da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Conforme seu art. 207 (BRASIL, 1988): “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. O texto legitima o reconhecimento constitucional da autonomia das universidades, e inclui a extensão como sendo um dos tripés da educação responsável por levar à sociedade o conhecimento desenvolvido na universidade, frutos do ensino e

da pesquisa. Ferraz (1998) menciona que a referida lei trás o detalhamento do conteúdo dessa autonomia, quando se dirigindo "a autonomia didático-científica" sendo suas atividades-fim. A "autonomia administrativa e financeira", quando se refere a suas atividades-meio. A autora ainda aborda sobre a dimensão desse artigo frente à autonomia no contexto supremo na Lei Magna, como mais alto patamar na hierarquia legal:

Inscrito na Constituição Federal, o princípio da autonomia universitária tem uma dimensão fundamentadora, integrativa, diretiva e limitativa própria, o que significa dizer que é na própria Constituição Federal:

- a) que se radica o fundamento do instituto;
- b) que é dela que se extraí sua força integrativa em todo o sistema federativo do País;
- c) que a Constituição Federal preordena a interpretação que se possa dar ao instituto;
- d) que os limites que se podem opor à autonomia universitária têm como sede única a própria Constituição Federal;
- e) que o princípio da autonomia universitária, como princípio constitucional, deve ser interpretado em harmonia - mas no mesmo nível - com os demais princípios constitucionais. (FERRAZ, 1998, on-line).

Em complemento as conquistas alcançadas para a extensão, também houve a autorização, no art. 213, para que as entidades pudessem receber apoio financeiro do poder público para as atividades de extensão (BRASIL, 1988). Diante desses fatos, o cenário para a atuação na prática das atividades de extensão universitária foi ampliado de forma que a universidade passou a ter assegurado o direito de sua autonomia, bem como de atuar de forma soberana, a não se preocupar com normas e seguimentos inferiores a Constituição Federal, conforme menciona Ferraz (1998, on-line).

Qual a amplitude e quais as limitações constitucionais da autonomia universitária? A amplitude desta autonomia se define, primeiramente, com fundamento na disciplina constitucional apontada: será ela exercida, nos termos da Constituição e independentemente de previsão ou disciplina de qualquer legislação hierárquica inferior. Impõe-se, portanto, registrar: onde não houver proibição, vedação ou limitação constitucional, há de imperar o princípio autonômico.

A partir de então, com Reitores e Pró-Reitores de Extensão vindos da classe que tinha interesse no desenvolvimento da extensão comandando as universidades e compondo o FORPROEXT, e, também, com o direito à autonomia garantida na

Constituição Federal, foi essencial para o momento de união de forças e lutar para conseguir colocar em práticas esses feitos.

Diante de tantas conquistas alcançadas nos anos seguintes, em 1993 foi criado o PROEXT. Durante uma reunião em 03 de março de 1993, com os Coordenadores Regionais e Nacionais dos Fóruns de Pró-Reitores de Extensão e de Graduação, é aceita a antiga reivindicação do FORPROEXT de criar uma Comissão de Extensão Universitária. Essa criação se deu pela Portaria nº 66/SEsu/MEC de abril de 1993, com o objetivo de elaborar programas específicos que definiam princípios, diretrizes e formas de fomento à extensão nas Instituições de ensino superior. Essa comissão formada pelos Coordenadores Regionais e Nacionais dos Fóruns de Pró-Reitores de Extensão e de Graduação, além do Diretor do Departamento de Políticas de Ensino Superior - DEPEs/SEsu/MEC, tiveram 30 dias para elaboração de programas específicos, solicitando para isso subsídios das IES componentes do FÓRUM. O resultado foi a criação do PROEXT, discutido do DEPEs/SEsu/MEC, em 20 de maio de 1993, sendo apresentado no FORPROEXT, em seu VII Encontro no mês de junho, ocorrido na cidade de Cuiabá (NOGUEIRA, 2005).

Segundo Incrocci e Andrade (2018), o PROEXT foi caracterizado como não só o primeiro, mas também o principal e maior edital voltado à extensão universitária. Seu objetivo desde o início, além de destinar recursos aos projetos de extensão das IES, também foi de regulamentar e aplicar mecanismos de avaliação que foram desenvolvidos pelo FORPROEXT para que pudesse analisar a situação extensionista do Brasil.

Sousa (2000), ao analisar o Projeto de Fomento, indica que a extensão universitária seja desenvolvida sob a forma de programas, projetos e atividades e passa a expor sobre a identidade de cada forma. No último item do seu documento esclarece as formas de avaliação dos programas/projetos/atividades institucionais, para fins de financiamento, e também determina os meios necessários para adquirir recursos. Entende que a maior importância desse documento é por se tratar de questões relacionadas ao financiamento da Extensão Universitária.

Nogueira (2005, p. 50) salienta que o PROEXT utiliza o conceito de extensão do FORPROEXT, e busca implementar o compromisso social da universidade:

O Programa de Fomento à Extensão Universitária adota o conceito de extensão elaborada pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores, apresentando-a como a prática acadêmica que interliga as ações de ensino e de pesquisa com as demandas da sociedade, buscando implementar o compromisso social da universidade. Recomenda-se que nos projetos de extensão sejam priorizadas as ações que rompam com a dependência econômica, cultural e política, como elemento essencial para a construção da cidadania, alertando para o fato de que as universidades não podem substituir responsabilidades governamentais.

Com relação à criação do PROEXT, Sousa (2000) comenta sobre o surgimento de uma nova concepção de poder adquirido para a Extensão Universitária, uma vez que consegue a partir de então, alcançar sua institucionalidade em todos os níveis.

Trata-se de um momento, no período em que vivemos, em que a extensão começa a assumir espaço com uma nova conotação de poder. Talvez a partir daí comecemos a perceber novos interesses sobre a prática extensionista e, conseqüentemente, sobre sua institucionalização em todos os níveis. (SOUSA, 2000, p. 79).

Segundo o Portal do MEC (BRASIL, 2009, on-line), o PROEXT, está voltado a contribuir para a implementação de políticas públicas, possuindo ênfase na formação e inclusão social.

Ao longo dos anos, iniciativas do Proext auxiliam no desenvolvimento de programas e projetos de extensão que contribuam para a implementação de políticas públicas. Com ênfase na formação de alunos e inclusão social, o programa viabiliza iniciativas no meio acadêmico, com as mais variadas temáticas, como atenção integral à família; combate à fome; erradicação do trabalho infantil; combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes; desenvolvimento social; geração de trabalho e renda em economia solidária; promoção ou prevenção à saúde; prevenção à violência urbana e direitos humanos. (BRASIL, 2009, on-line).

O programa foi criado com objetivos que refletem o compromisso social e político, ao entender de seus mentores deveria ser harmônico com o posicionamento do Fórum, tendo como característica a atuação da universidade pública brasileira. A extensão deve buscar implementar a democratização do conhecimento acadêmico, propondo meios os quais consigam criar mecanismos de integração entre os saberes acadêmico e popular, de forma que a produção do conhecimento se efetive no confronto com a realidade, com permanente interação entre teoria e prática (NOGUEIRA, 2005).

Embora o programa tenha sido criado em 1993, somente no ano de 2008 foi instituído legalmente através da publicação do Decreto nº 6.495, de 30 de junho (INCROCCI; ANDRADE, 2018). Em seu art. 1º, aborda sobre o apoio a instituições públicas de ensino superior e a interação com a sociedade.

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Ministério da Educação, o Programa de Extensão Universitária - PROEXT, destinado a apoiar instituições públicas de educação superior no desenvolvimento de projetos de extensão universitária, com vistas a ampliar sua interação com a sociedade. (BRASIL, 2008b, on-line).

Nos anos seguintes do decreto, começou a ser publicados editais com intensão de selecionar programas e projetos de extensão universitária. Essas publicações ocorreram durante os anos de 2008 até 2016, segundo informações constantes no portal do MEC (BRASIL, 2008b). Houve grande investimento financeiro por parte do governo nas atividades de extensão desenvolvidas durante esse período, sendo possível observar que entre 2003 e 2015 houve aumento de quase 19 vezes os recursos disponibilizados pela União para as práticas extensionistas em todo o país. Houve também um crescimento de 36 vezes no número de projetos submetidos. No período de 2015 e 2016, o investimento cai pela metade devido à crise econômica e contenção de gastos públicos. Mesmo assim, conseguiu alcançar o ápice em 2015 com 826 aprovações. Ressalta-se que o fato do aumento do valor investido e o crescimento do número de propostas aprovadas são reflexos de que a extensão vem se fortalecendo no campo científico (INCROCCI; ANDRADE, 2018).

Outra política também criada pelo FORPROEXT é o Plano Nacional de Extensão no ano de 1998. A proposta de elaboração do Plano Nacional, segundo Nogueira (2005), ocorreu por iniciativa do Fórum, após um longo período de reivindicações junto ao MEC para manutenção do PROEXTE. Quando desativado este programa, o Fórum iniciou a construção do Plano Nacional, e, mesmo que em sua elaboração tenha havida a participação de um representante da SESU/MEC, não se percebeu no processo de elaboração nem na sua implantação, o comprometimento por parte do MEC, no sentido de considerá-lo e implementá-lo como a política de extensão para as IES públicas brasileiras.

A princípio houve uma tentativa de consubstanciar a ideia de um programa que a princípio, em sua proposta passou a chamar-se Programa Nacional Temático de Fomento à Extensão das Universidades Públicas Brasileiras - Universidade Cidadã. No entanto, este não tinha uma proposta bem estruturada, e nem havia consenso entre os Pró-Reitores sobre ele. Em comum acordo, o Fórum e o MEC acertaram a elaboração conjunta de um Plano Nacional de Extensão que pudesse ser financiado pelo próprio MEC e seus ministérios. Sem o PROEXT, também, não haveria nenhuma perspectiva de apoio financeiro. Esse plano representa a construção coletiva de uma proposta política, a qual sua criação foi definida por deliberação do XII Encontro do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão, em dezembro de 1997, a ser realizada em parceria com a SEsu/MEC. A comissão incumbida dessa tarefa, reuniu-se em janeiro de 1998, dando início a elaboração do referido Plano. A primeira versão é encaminhada aos integrantes do Fórum para contestações, em 3 de fevereiro de 1998 (NOGUEIRA, 2005).

Segundo o FORPROEXT (2016), a importância do Plano Nacional de Extensão Universitária vai além do significado para o desenvolvimento das instituições acadêmicas, pois permite através dele:

- 1) a possibilidade de dar unidade nacional aos programas temáticos que já se desenvolvem em diferentes universidades brasileiras;
- 2) a garantia de recursos financeiros destinados à execução de políticas públicas correlatas, viabilizando a continuidade dos referidos programas;
- 3) o reconhecimento, pelo poder público, de que a extensão universitária não se coloca apenas como uma atividade acadêmica, mas como uma concepção de universidade cidadã;
- 4) a viabilidade de interferir na solução dos grandes problemas sociais existentes no país (FORPROEXT, 2016, p. 5-6).

Cita a metodologia de desenvolvimento do Plano Nacional de Extensão Universitária. FORPROEXT (FORPROEXT, 2016, p. 9)

O plano se desenvolverá a partir dos seguintes eixos: delimitação do perfil geopolítico de cada região brasileira com indicação das demandas sociais; definição de um programa nacional de extensão que delimite áreas e linhas temáticas prioritárias de atuação das IES; definição de projetos interinstitucionais a partir das áreas e linhas temáticas definidas.

A segunda versão do Plano de Extensão também foi elaborada ainda em caráter preliminar, foi distribuído a todas as IES integrantes do Fórum, com vistas à redação de uma proposta final. Tais alterações após serem discutidas e votadas em plenária no XIII Encontro do Fórum, em Brasília, em março de 1988, foram incorporadas ao texto, onde a versão final do documento é aprovada no evento do XIV Encontro do Fórum, em Natal/RN, em maio de 1998. A partir de então, nota-se um esforço por parte do Fórum no sentido de que o MEC, de fato, assumisse o Plano Nacional de Extensão enquanto política de extensão para as universidades públicas, e disponibilizasse recursos para sua implementação (NOGUEIRA, 2005).

Nenhum recurso, no entanto, foi liberado para este fim. Consegue-se, afinal, a publicação do Plano, pelo MEC, que faz o seu lançamento em dezembro de 1999, na sede do Ministério, contando com a presença do Ministério da Educação, membros da Sesu, presidente da Comunidade Solidária, Coordenadores nacional e regionais do Fórum de Pro-Reitores, Pró-Reitores de Extensão de universidades públicas do país, além de deputados e senadores das as diversas regiões do país. (NOGUEIRA, 2005, p. 82).

Tendo em vista a percepção de que o Fórum, desde sua criação, passou a estudar a extensão universitária de forma sistematizada, vem tornando as universidades mais homogêneas em suas políticas. A ideia em criar o Plano Nacional de Extensão é unificar nacionalmente as atividades realizadas nas universidades brasileiras, e garantir o repasse financeiro, além de alcançar o reconhecimento pelo poder público, da extensão como uma concepção de universidade cidadã, e, também, a viabilidade de interferência na solução de problemas sociais existentes no país (FORPROEXT, 2007).

Segundo Nogueira (2013), pode-se dizer que o Plano Nacional de Extensão cumpriu sua função de orientar a ação da extensão nas universidades, e que o Fórum articulou sua ação, consolidando ainda mais as funções estabelecidas em sua criação, isto é, de estabelecer diretrizes conceituais e políticas para a extensão nas IES.

Hoje, as Universidades caminham em direção de uma nova política de extensão, que reafirme os princípios norteadores da extensão como atividade acadêmica e avance em uma proposta contemporaneamente situada. Uma proposta alicerçada em uma extensão que se conhece, que se expressa, que estabelece suas condições de existências por ser organizativa da Universidade cidadã... aberta à criação de novos contextos de cooperação entre Universidade e sociedade. (NOGUEIRA, 2013, p. 12).

No entanto, a autora destaca uma incoerência entre os princípios norteadores da extensão e sua operacionalização em áreas temáticas, pois, ao definir como princípio que as ações extensionistas devem ser interdisciplinares, multi ou transdisciplinares, e que é contraditório que seja proposto que essa mesma ação seja classificada em um tema, acrescenta que “os princípios norteadores não devem ser subordinados a procedimentos operacionais. A relação é inversa” (NOGUEIRA, 2013, p. 12).

Percebe-se que em paralelo a essas conquistas, no sentido de alcançar a sistematização da extensão, estabelecendo as diretrizes conceituais e políticas de extensão nas IES, identifica-se a importância em se considerar a questão interdisciplinar, multi ou transdisciplinar nos procedimentos operacionais não só para atender ao princípio norteador da extensão, como também de existir uma maior eficácia para conseguir atender as demandas da sociedade que cada vez mais se apresentam de forma múltipla, e com características complexas, demandando várias áreas de conhecimento ao mesmo tempo.

Com isso, ressalta-se aqui a importância da criação dos Institutos Federais como instituições pluricurriculares, voltadas, dentre suas finalidades e características, a formar e qualificar cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional.

### **3 DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL NA CARACTERIZAÇÃO DA LOCALIDADE E O PAPEL DA EXTENSÃO NA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA**

#### **3.1 Desenvolvimentos local e regional**

Antes de falar de desenvolvimento local é preciso falar sobre conceito e entendimento de algumas vertentes, as quais integram e auxiliam no entendimento dessa abordagem, tais como território e espaço geográfico, pois não se pode tratar a questão do desenvolvimento local como um acontecimento isolado, dentro de uma perspectiva comportamental socioeconômica. Trata-se de uma série de modificações dentro desses dois aspectos, os quais estão relacionados a diversos fatores.

Para se compreender a abrangência do que é o local, que está sendo abordado na questão do desenvolvimento, será retratado o entendimento/conceito de espaço geográfico e juntamente com ele, o território. Na visão de Santos (2005), em sua obra, analisa o território como algo em constante mudança. O território é abordado como forma impura, um híbrido, uma noção que por si só necessita de constante revisão histórica, “e o que ele tem de permanente é ser nosso quadro de vida” (SANTOS, 2005, p. 255). Daí a necessidade em se entender a multiplicidade do território para se afastar do risco de alienação, de perder o sentido da existência individual e coletiva, ou seja, o risco de renúncia ao futuro, e menciona que estamos caminhando ao longo dos séculos da antiga comunhão individual dos lugares para o Universo, para a nova realidade do território, que é a interdependência universal dos lugares. Nesse trajeto, o Estado é quem antes definia os lugares, entronizando uma noção jurídico-política do território, derivada do conhecimento e da conquista do mundo. “O território era a base, o fundamento do Estado-Nação que, ao mesmo tempo, o moldava” (SANTOS, 2005, p. 255). Atualmente, se vive uma evolução de Estado Território para a noção pós-moderna de transnacionalização do território. “Hoje, a natureza é histórica... inclusive o chamado ‘meio ambiente’. Seu valor ‘local’ é relativo, ou, em todo caso, relativizado” (SANTOS, 2005, p. 255).

O território é compreendido como algo em constante mudança, e, agora, é dominado por algo que está em constante transformação: a globalização dirigida pela

força do mercado. O espaço visto como sinônimo de lugar é abordado por Santos (2004a, p. 161), como sendo um objeto social:

Segundo a acepção durkheimiana, o espaço é, pois, uma coisa; ele existe fora do indivíduo e se impõe tanto ao indivíduo com à sociedade considerada como um todo. Assim, o espaço é um fato social, uma realidade objetiva. Como um resultado histórico, ele se impõe aos indivíduos. Estes podem ter diferentes percepções e isso é próprio das relações entre sujeito e objeto. Mas, uma coisa é a percepção individual do espaço, outra é a sua objetividade. O espaço não é nem a soma nem a síntese das percepções individuais. Sendo um produto, isto é, um resultado da produção, o espaço é um objeto social como qualquer outro.

O autor ainda acrescenta que, em última análise, a realidade de uma cidade, de um campo cultivado, de uma rua, é a mesma para todas as pessoas. É a realidade de cada indivíduo que o autoriza, e leva a ter percepções das coisas sob um ângulo particular. Quando se admite que o espaço é um fato social, é o mesmo que aceitar que este está totalmente ligado as relações sociais (SANTOS, 2004a).

Com base no entendimento que o território está em constante mudança e que o espaço é um fato social, percebe-se que a reprodução do padrão espacial, atua sobre a reprodução de suas principais linhas de força (SANTOS, 2004a), e não de forma igualitária em todos os lugares. Com isso, acaba por despertar maior interesse de grandes empresas em investimento em apenas determinados locais. O capital se move de forma não relativa. “O próprio capital não dispõe daquela mobilidade que lhe é frequentemente atribuída. Isto é ainda mais evidente nos países subdesenvolvidos, onde apenas certos lugares oferecem as condições de rentabilidade exigidas” (SANTOS, 2004a, p. 167-168).

Dentre outras vertentes, a questão de proporcionar melhorias em determinados lugares, dentro da concepção de desenvolvimento local, requer um posicionamento de várias tomadas de decisões por parte da gestão governamental, para que assim crie possibilidade para que aconteçam tais mudanças. Mesmo o Estado não tendo mais o território como base, ele ainda é o responsável pela tomada de decisão, em propor, analisar e decidir entre o que fazer e o que não fazer. Tais decisões e posicionamento da gestão são feitas mediante políticas públicas.

Souza (2006) salienta que as políticas públicas buscam colocar o governo em ação ao mesmo tempo em que sendo necessário, propor mudanças no curso das ações.

Pode-se, então, resumir o que seja política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, "colocar o governo em ação" e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). Em outras palavras, o processo de formulação de política pública é aquele através do qual os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão resultados ou as mudanças desejadas no mundo real. (SOUZA, 2006, p. 5).

No entanto, para que as políticas públicas possam ser formuladas é preciso que estejam nas agendas do governo, identificando a existência de temas/problema, e o grau de importância em solucionar tal questão num determinado momento como resultado da ação política de atores como burocratas, movimentos sociais, partidos políticos, mídia, entre outros (CAPELLA, 2018). Diante da grande quantidade de acontecimentos, fatos e problemas existentes no dia a dia, o governo tem que selecionar alguns temas priorizando-os em detrimento a outros.

Com isso, a autora Capella (2018) menciona que os autores Cobb e Elder (1971; 1972), em suas publicações, tentaram compreender a restrição existente no processo de produção das políticas públicas.

Os autores buscaram compreender por que o processo de produção de políticas é restrito a apenas alguns grupos, partindo do pressuposto de que tais grupos têm acesso desigual aos recursos no sistema político, e que esse restringe o volume de problemas a serem considerados pela comunidade política em parte porque a atenção é um recurso escasso e em parte em função do argumento de Schattschneider, de que alguns conflitos são explorados, ou seja, alguns problemas são transformados em problemas públicos, enquanto outros são mantidos fora do debate político. (CAPELLA, 2018, p. 17).

Observa-se que, em cidades pequenas, esse comportamento de restrição é mais praticado devido ao fato de não possuírem grandes centros. Por essa razão, deixam de ser atrativos para investimentos empresariais, pois geralmente não vislumbram possibilidade de grande rentabilidade futura, e, conseqüentemente acabam por necessitar ainda mais da atenção da gestão governamental.

Santos (2004b, p. 181) acrescenta que sobre a reprodução do espaço, na questão dominante.

Ora, o espaço, como as outras instâncias sociais, tende a reproduzir-se, uma reprodução ampliada, que acentua os seus traços já dominantes. A estrutura espacial, isto é, o espaço organizado pelo homem é, como as demais estruturas sociais, uma estrutura subordinada-subordinante. E como as outras instâncias, o espaço, embora submetido à lei da totalidade, dispõe de uma certa autonomia que se manifesta por meio de leis próprias, específicas de sua própria evolução.

Como o urbano não é composto apenas de grandes e médias cidades e áreas metropolitanas, é importante retratar sobre as cidades pequenas, mesmo existindo uma dificuldade por sua identificação, em virtude da proximidade delas com o meio rural, o que gera uma complexa confluência entre o urbano e o rural, pois fazem parte do debate urbano. É preciso considerar que elas compõem a rede urbana brasileira, estão inseridas, são articuladas e estão conectadas às dinâmicas urbanas, inclusive, na esfera global, pois fazem parte do modo de produção capitalista, sendo influenciadas pela globalização. Isso faz com que sofram as consequências e perversidades desses dois processos. A maioria da população dessas cidades tem suas vidas condicionadas às decisões do capital (FERNANDES, 2018).

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020), quanto à dimensão demográfica, classifica-se as cidades pequenas como municípios de pequenas dimensões demográficas, como sendo as que possuem abaixo de 50 mil habitantes. Essas cidades nem sempre são alvos de interesse de pesquisadores. Geralmente as cidades de médio e de grande porte são mais atrativas de serem analisadas, conforme mencionam Vieira, Roma e Miyazaki (2007, p. 140):

Vale ressaltar que as pesquisas realizadas nas cidades pequenas são pouco expressivas para a realidade brasileira. Os pesquisadores no momento estão muito mais voltados para as grandes metrópoles e cidades médias, nas quais, os problemas, são mais intensos, só que nas pequenas cidades, ocorrem as mesmas dinâmicas, ainda que em menor escala.

No entanto, ao se analisar os dados do IBGE (2020) com as estimativas da população 2020, publicada em 28/08/2020, no site da instituição, aponta-se que de acordo com as tabelas complementares os municípios com menos até 50 mil habitantes

são em número de 4.893, dentro de um universo de 5.570 municípios brasileiros existentes. Correspondem, dessa forma, a um percentual de 87,7% da totalidade, o que demonstra a grande representatividade em quantidade dentro do país, mesmo não sendo considerados como atrativos para alguns pesquisadores.

O conceito de desenvolvimento local é algo que gera muitas discussões devido a uma variedade de percepções e análises, também pelo fato da amplitude que possa ser alcançada, caso não haja uma indicação prévia do tema a ser tratado, devido o mesmo conseguir abranger aspectos econômicos, culturais e sociais, dentre outros. Atualmente, o desenvolvimento se torna algo característico de cada local, visto que ele é influenciado de acordo com os aspectos de cada sociedade, conforme mencionam Dallabrida e Agostini (2009, p. 25):

Ou seja, o desenvolvimento contemporâneo de cada sociedade está condicionado aos aspectos culturais, naturais, sociais, políticos, econômicos e tecnológicos. O local é entendido aqui como aquele lugar onde há identificação dos grupos sociais que o compõem, o que propicia as trocas, os vínculos da referida sociedade.

Na visão de Borges (2007), o desenvolvimento local está relacionado a construção política da gestão local, e também a própria sociedade. “Dessa maneira, o processo de desenvolvimento local é, fundamentalmente, uma construção política que reclama modificações em um modelo atual de gestão local e concepção e comportamento da própria sociedade local” (BORGES, 2007, p. 35).

Do ponto de vista econômico, Valquez-Barquero (1987, p. 77) tem a definição de desenvolvimento local sendo:

(...) um processo de crescimento econômico e de mudanças estruturais que conduz a uma melhoria em nível de vida da população local, em que se podem identificar três dimensões: econômica, em que os empresários locais usam sua capacidade para organizar os fatores produtivos locais com nível de produtividade suficiente para serem competitivos no mercado; outra sociocultural, em que os valores e as instituições servem de base no processo de desenvolvimento; e finalmente, uma dimensão político-administrativa em que as políticas territoriais permitem criar um entorno econômico local favorável, protegê-lo de interferências externas e impulsionar o desenvolvimento local.

Bellingieri (2017) salienta sobre o desenvolvimento local não estar relacionado diretamente a um território municipal, como muitas das vezes é interpretado. Ele pode estar associado a um ambiente maior ou até mesmo a uma região.

Cabe destacar que desenvolvimento local não é sinônimo de desenvolvimento municipal. O desenvolvimento local, conceito identificado com o paradigma do desenvolvimento endógeno, não se refere a uma escala geográfica determinada, mas, sim, a um território socialmente construído, podendo, portanto, remeter tanto ao desenvolvimento de uma cidade quanto ao de um grupo de cidades ou ao de uma região, embora muitas vezes acabe sendo utilizado como sinônimo de desenvolvimento de cidades. (BELLINGIERI, 2017, p. 3).

Com esse entendimento, partindo do local e ampliando sua abrangência, e abordando o desenvolvimento dentro do contexto econômico, percebe-se que “o desenvolvimento social e territorial é movido pela ambição e pelos interesses, regulados pelo livre jogo das forças do mercado” (CRUZ, 2003, p. 2).

Ainda na questão econômica, e sob uma perspectiva macro, Bellingieri (2017, p. 7) salienta que:

Já as Teorias do Desenvolvimento Regional são de inspiração Keynesiana<sup>6</sup>, inseridas na análise macroeconômica, e trazem como elemento comum a existência de uma atividade econômica líder que propaga seu dinamismo para os demais setores da economia, gerando o crescimento. Trata-se do paradigma de cima para baixo, ou centro-abaixo, baseado numa força externa, exógena<sup>7</sup>, que se instala na região e dá origem ao desenvolvimento.

Para Buarque (2002, p. 26), dentro do contexto da globalização e conjunturas políticas, conceitua-se o desenvolvimento local como “o resultado de múltiplas ações convergentes e complementar, capaz de quebrar a dependência e a inércia do subdesenvolvimento e do atraso de localidades periféricas e de promover uma mudança social no território”. Sob uma perspectiva cultural, Buarque (2002, p. 30) menciona que o

---

<sup>6</sup> A **doutrina keynesiana** é uma teoria econômica que ganhou destaque no início da década de 1930, no momento em que o capitalismo vivia uma de suas mais graves crises. Nessa época, as nações capitalistas geriam o campo econômico com base nas teorias estabelecidas pelo liberalismo clássico, doutrina econômica que defendia a ideia de que o desenvolvimento econômico de uma nação estaria atrelado a um princípio de **não intervenção** do Estado na economia. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiag/doutrina-keynesiana.htm>. Acesso em: 10 maio 2019.

<sup>7</sup> Por causas externas; que provém do exterior, do meio externo. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/exogeno/>. Acesso em: 10 maio 2019.

desenvolvimento local “depende da capacidade de os atores e uma sociedade local se estruturarem e se mobilizarem, com base nas duas potencialidades e na matriz cultural, para definir e explorar suas prioridades específicas”. Borges (2007, p. 35) complementa que “o desenvolvimento local como fator de democracia e desenvolvimento sustentável não surge por casualidade, mas como resultado de fatores anteriores, como uma rota diferente e alternativa de desenvolvimento nacional e regional”.

Cruz (2003) salienta a questão do desenvolvimento como sendo de responsabilidade dos indivíduos e dos lugares, e não mais das políticas públicas e regulado pelas forças do mercado.

A ideia de desenvolvimento, que lutara durante anos para se desgarrar da posição de apêndice, ou corolário mecânico e natural do crescimento, voltou a ser atrelada à ideologia da técnica e do crescimento concentrado e polarizado como seus promotores, dos quais seria consequência natural e mecânica, só que agora sob responsabilidade dos indivíduos e dos lugares, numa verdadeira guerra fratricida, e não mais das políticas públicas. O desenvolvimento volta a ser considerado tributário do movimento espontâneo decorrente do encontro de indivíduos racionais e livres, movidos pela ambição e pelos interesses regulados pelo livre jogo das forças do mercado. (CRUZ, 2003, p. 2).

Para Brandão (2012), uma questão analítica importante são as guerras fiscais nas regiões, onde se transformaram em ofertas de plataformas, para atrair investimentos, sem se importar com os reflexos desse posicionamento:

As regiões se transformam em ofertantes de plataforma e de “meio ambiente a menos” para atrair investimentos, não importando sua articulação com a própria hinterlândia ou outras porções do país. A ação pública passa a subsidiar custos de implantação e operação dos grandes empreendimentos. Estabelece-se um verdadeiro certame de localização, em uma interminável contenda por estabelecer posição máxima na gradação de ofertas tributárias, de terras e infra-estruturas etc. O receptor das benesses (a grande empresa) é quem determina o final do torneio e definir o vitorioso da guerra entre lugares. (BRANDÃO, 2012, p. 49).

Essa acumulação de capital em apenas algumas regiões fomenta a desigualdade social, conforme salienta Cruz (2003, p. 2): “o processo de acumulação capitalista gera desigualdades sociais e espaciais. As desigualdades espaciais constituem regiões, espaços diferenciados, decorrentes da concentração espacial do desenvolvimento”, pois, dessa forma, acaba por não conseguir alcançar melhores condições de vida, e nem

diminuir as desigualdades, uma vez que a forma de se fazer isso é por meio de trabalho e geração de renda. Cruz (2003, p. 2) salienta sobre as políticas de emprego e de renda, no sentido de não ter a questão social como foco.

As políticas de emprego e renda, antes atreladas a estratégias de desenvolvimento, passam agora a ser compensatórias, no terreno da ação social focal, emergencial, dirigidas aos excluídos, ou à população de risco. Baseiam-se na premissa de que sua clientela são os perdedores.

Nesse contexto de desenvolvimento local, Brandão (2012) salienta as escalas e suas conexões alinhadas ao desenvolvimento. Esse cenário impõem a necessidade imperativa da construção de uma política nacional, mas de forma regionalizada que atue em diferentes escalas espaciais.

Percebe-se que o entendimento sobre desenvolvimento local vem do pressuposto de que não existe um conceito pronto sobre o assunto. Vários autores abordam o tema em diferentes entendimentos, e abrangem diversos pontos em várias vertentes, e que não mais existe a escala local em ângulo distinto do regional e do nacional (BRANDÃO, 2012).

Diante do cenário atual, promover o desenvolvimento socioeconômico local e regional tem sido um desafio constante devido à globalização e as constantes mudanças tecnológicas, ambientais e sociais. Dentre as políticas públicas criadas, podemos citar a instituição da Rede Federal, a qual em sua lei, traz como uma de suas finalidades e características em seu art. 6<sup>a</sup>, a de promover o desenvolvimento socioeconômico local. Essa possibilidade ocorre devido às características dessas instituições de atuarem em pontos estratégicos, por meio de uma rede, e estarem em constante sintonia com a região onde estão localizadas, dentre outros fatores.

### **3.2 O papel do Iffluminense no desenvolvimento local e regional**

A educação profissional surgiu em 1909, pelo Decreto nº 7.566 em 23 de setembro. São mais de um centenário de existência que se iniciou no Governo do presidente Nilo Peçanha, com a criação da Escola de Aprendizes e Artífices, a qual ofertava ensino profissional e gratuito (BRASIL, 1909).

Desde que foi criada, a educação profissional vem sendo responsável por ofertar oportunidade para formar profissionais capacitados para o mercado de trabalho, e durante muito tempo o objetivo desse tipo de educação era reduzir as desigualdades, ofertando cursos para inserir a camada menos favorecida no mercado de trabalho. Em 2003, houve a iniciativa do governo federal em ampliar políticas na área educacional para dar oportunidade a milhões de jovens e adultos da classe trabalhadora (PACHECO, 2011).

A história da Educação Profissional passou por transformações desde a primeira década do século, tendo em vista não só o objetivo de diminuir as desigualdades sociais, mas também no sentido de se identificar uma necessidade de expansão na oferta desse tipo de educação.

Essa ampliação da oferta de vagas foi uma das partes integrantes do conjunto de objetivos do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), em 2007, o qual abrangia também, dentre outros, uma atenção especial a educação de jovens e adultos, os quais não conseguiram, anteriormente, ter acesso à educação básica na infância, possuindo dificuldades de escrita e leitura. Ainda a confecção de material didático específico adequado a essa necessidade (BRASIL, 2008c). É a educação como direito sendo ofertado a todos, principalmente aqueles que por algum motivo não tiveram acesso à educação básica no momento oportuno na infância. Essa iniciativa propiciou que esses jovens e adultos lograssem futuramente ingressar numa carreira técnica profissional, e que essas vagas não ficassem apenas preenchidas pelos adolescentes recém-formados no ensino médio.

Segundo Pacheco, Pereira e Sobrinho (2010), foi anunciada o Plano de Expansão da Rede Federal, em 2005, e, em 2007, foi lançado o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) do MEC.

Em 2005, o presidente Lula anunciou o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, o qual incluía a construção de 65 unidades de ensino. Com o lançamento do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) do MEC, em 2007, a expansão passou a fazer parte das ações dele, e o governo anunciou então a construção, até 2009, de mais 150 unidades de ensino, contemplando todos os Estados e o Distrito Federal. (PACHECO; PEREIRA; SOBRINHO, 2010, p. 73).

As vagas propostas no plano foram além do previsto, alcançando muitas matrículas conforme mencionam Pereira e Cruz (2019, p. 2).

Entre 2003 e 2015, houve um significativo aumento do número de matrículas nas instituições federais de Educação Profissional e Tecnológica: das 79.484 matrículas no nível médio técnico em 2003, chegou-se a 325.097, em 2015; no ensino superior, de 33.801 matrículas, em 2003, atingiu-se um total de 144.876, em 2015, segundo o Censo da Educação Básica (INEP).

Esse investimento na educação profissional, se justificando enquanto direito das pessoas à educação e a formação para o trabalho, sob uma visão inclusiva com ênfase no desenvolvimento, voltado a reduzir as desigualdades sociais e territoriais, e, de outro lado, com relação à capacitação, existia uma visão empresarial, utilitarista e instrumental, restrita as demandas de produtividade e rentabilidade do capital (PEREIRA; CRUZ, 2019). Portanto, é uma política social de base territorial, de alcance nacional, voltada a atender a questão do desenvolvimento regional. Para isso, era necessário reconhecer o cidadão com sujeito político de direitos e deveres, e investir na formação profissional qualificada, mas de forma emancipadora e consciente. Esse também era um desafio, visto que, até então, a educação profissional se restringia a atender as exigências do mercado em injetar mão de obra qualificada. Passou-se a levar em consideração o aspecto de contribuir para o fortalecimento da cidadania dos trabalhadores e a democratização do conhecimento em vários campos e áreas. Desse modo, era fundamental a articulação das políticas de EPT com os programas de trabalho, emprego, renda, inclusão de desenvolvimento social, onde as primeiras devem agir como indutoras de emancipação e as últimas devem ter caráter provisório (PACHECO; PEREIRA; SOBRINHO, 2010).

Outro aspecto importante sobre a implantação dos Institutos na execução desse Plano de Expansão, foi a priorização dos critérios técnicos em detrimento de critérios políticos (diga-se clientelísticos), como é de costume em gestão de políticas públicas, para definição das áreas geográficas e municípios onde seriam feitas as novas instalações das unidades dos Institutos Federais. A expansão já tinha bem definida os objetivos de elevar a oferta de matrículas, interiorização da rede, instalando unidades as quais ainda não haviam sido beneficiadas. Foram consideradas em análises e dados

estatísticos de instituições credenciadas, como IBGE, IPEA, Inep, MDS, dentre outras que pudessem contribuir para identificar as áreas e cidades necessárias à implantação. (PACHECO; PEREIRA; SOBRINHO, 2010). Isso possibilitou atender a comunidade menos favorecida de forma justa e sem desviar da finalidade do projeto.

Dentre as transformações mencionadas, a abordagem trazida pela criação da Rede Federal em 2008, inclui também a ideia de emancipação, além da inclusão para superar as desigualdades, conforme menciona Pacheco (2011, p. 10):

Entretanto, não basta incluir em uma sociedade desigual, reprodutora da desigualdade. O conceito de inclusão tem de estar vinculado ao de emancipação, quando se constroem também os princípios básicos da cidadania como consciência, organização e mobilização. Ou seja, a transformação do educando em sujeito da história.

Estabelece, na sociedade, uma parceria de transformação, sob o aspecto social, e também mediante pesquisa e ensino, ambos interligando instituição e sociedade. E essa proporcionando melhorias sociais e econômicas na sociedade, e ao mesmo tempo executando na prática, a teoria conquistada no ensino e na pesquisa.

A relação dos Institutos Federais com o contexto do desenvolvimento regional está associada às características da lei que instituiu a Rede Federal, na visão de Pereira e Cruz (2019, p. 4):

Para melhor situar essa relação dos Institutos com a temática do desenvolvimento regional, é importante recorrer à lei de sua criação, às atribuições dessa instituição. É importante observar que a lei, como um todo, assimila a questão da territorialidade no âmbito do desenvolvimento. Já no seu artigo 2º define os Institutos Federais como instituições multicampi, do que se pode inferir a atuação sistêmica de seus *campis*, no limite de sua área territorial de abrangência. Assim, a lei estabelece aos Institutos Federais a obrigação de se colocar de forma efetiva no seu território.

Embora o desenvolvimento seja uma meta a ser alcançada em várias regiões, nem sempre esse objetivo será alcançado trilhando os mesmos caminhos em todos os lugares. Cada um tem suas particularidades, as quais são respeitadas e suas

potencialidades exploradas, pois cada local possui sua cultura e deve ser preservada, no sentido de não acontecer o processo de desculturação<sup>8</sup> e perda de sua identidade.

Outra particularidade sobre a criação dos Institutos Federais, dentro do enredo dos interesses e da cultura política, sob a visão de Frigotto (2018, p. 132).

Mas a criação dos IFs, no complicado enredo dos interesses e da cultura política, acabou revelando por um lado que havia uma diferença substantiva entre os centros vinculados ao campo industrial e os vinculados às agrotécnicas. Por outro, a elevação ao *status* de universidade atenderia tanto aos interesses do governo, que via a impossibilidade de seguir a tendência política que marcou a “cefetização” generalizada, quanto o traço da cultura bacharelesca de nossa sociedade (FRIGOTTO, 2018, p. 132).

Frigotto (2018, p. 132) menciona sobre a criação dos Institutos Federais no sentido de haver também objetivos políticos:

Com a criação dos IFs, o governo, politicamente, conseguia três objetivos: o primeiro, não abrir a possibilidade de mais nenhuma universidade tecnológica, o que indica que a pressão para a criação da primeira foi avassaladora; o segundo, satisfazer essa demanda com uma solução intermediária: *status* de universidade; por último, a possibilidade de enquadrar a área das agrotécnicas que, em muitos casos, converteram-se em verdadeiros feudos. Dos três objetivos, este último é o que se justificaria. O trabalho de campo indica aspectos interessantes em relação aos três objetivos, ainda que não explicitados pelo governo.

Na visão de Pacheco (2011, p. 17), os Institutos Federais apontam para um novo modelo de instituição pactuada com o projeto de sociedade em curso no país.

Trata-se de um projeto progressista que entende a educação como compromisso de transformação e de enriquecimento de conhecimentos objetivos capazes de modificar a vida social e de atribuir-lhe maior sentido e alcance no conjunto da experiência humana, proposta incompatível com uma visão conservadora de sociedade. Trata-se, portanto, de uma estratégia de ação política e de transformação social.

---

<sup>8</sup> É o processo da perda da identidade cultural de indivíduos ou grupos sociais como resultado da degradação do tecido social em que a transmissão dos valores morais e socioculturais fica afetada como consequência de fatores tais como a globalização e o urbanismo crescente. Disponível em: <https://www.dicionarioinformal.com.br/significado/descultura%C3%A7%C3%A3o/6520/>. Acesso em: 1 fev. 2021.

Ainda acrescenta que os Institutos como política pública ressaltam a valorização da educação e das instituições públicas, que são aspectos das atuais políticas assumidas como fundamentais para a construção de uma nação soberana e democrática, o que, por sua vez, pressupõe o combate às desigualdades estruturais de toda ordem. Portanto, é na compreensão das estruturas institucionais, e na intervenção nas relações sociais, moldadas por diferentes interesse e expectativas, que os Institutos assumem o papel de agentes estratégicos na estruturação das políticas públicas para a região que polariza, estabelecendo uma interação mais direta junto do poder público e às comunidades locais (PACHECO, 2011).

A Rede Federal assume local de destaque no desenvolvimento tecnológico, além de cumprir sua função social, conforme é abordado por Pacheco, Pereira e Sobrinho (2010, p. 83):

Rede Federal de EPT, além de sua missão social, criou condições para assumir um lugar de destaque no desenvolvimento tecnológico nacional, na medida em que o aumento da qualificação do seu quadro de pessoal, a consolidação e ampliação dos seus grupos de pesquisa, a articulação com o mundo econômico, particularmente regional e local, e a forte expansão de suas unidades vem abrindo os espaços necessários à sua consolidação enquanto destacado produtor de pesquisa aplicada e inovações tecnológicas. Por outro lado, embora assumindo o estatuto jurídico de instituição de educação superior, cujo modelo padrão é a universidade, a Rede precisa agora ressaltar/construir os traços que a distinguem dessa.

Pereira e Cruz (2019, p. 13) mencionam sobre o vértice do desenvolvimento regional frente à presença dos Institutos Federais, propiciando um novo ordenamento no território.

Sobre o vértice do desenvolvimento regional, a presença dos *campi* dos Institutos Federais favorecem um novo ordenamento territorial, na medida em que suas atividades finalísticas podem fomentar o planejamento e a definição de novos fluxos de investimentos, alterando tendência concentradora e tradicional em regiões providas de equipamentos públicos e privados, de Ciência e Tecnologia, e contribuir para elevar a capacidade produtiva de geração de trabalho e renda - com retorno regional - aumentando a participação no mercado local, ou a inserção em circuito econômico mais amplo, de atividades limitadas, a princípio, às demandas locais, contribuindo, dessa forma para integração e coesão social e produtivo de economias locais em escala nacional/internacional. Ou seja, trata-se de tratar a Educação Profissional e Tecnológica como fator de indução, suporte e elaboração de políticas de desenvolvimento voltadas para a integração territorial.

A escolha territorial não se baseia na busca de locais seguindo os mesmos critérios das grandes empresas, ocasionando uma guerra de lugares, pois não é esse o critério para implantação de unidades dos Institutos. A intensão é justamente a pretensão de promover o desenvolvimento e a integração social na região, e não escolher as que já são desenvolvidas. Quanto à importância de fazer o monitoramento do perfil em vários aspectos da região abrangida por essas instituições, Pacheco (2011, p. 22) salienta que:

Em sua intervenção, os Institutos Federais devem explorar as potencialidades de desenvolvimento, a vocação produtiva de seu lócus; a geração e transferência de tecnologias e conhecimentos e a inserção, nesse espaço, da mão de obra qualificada. Para tanto, o monitoramento permanente do perfil socioeconômico-político-cultural de sua região de abrangência tem grande importância.

Frigotto (2018) ressalta que há pontos positivos da expansão, com a inclusão de milhares de jovens nessas instituições, pela geração de centenas de empregos qualificados e pela mudança que a interiorização impacta em todos os níveis, econômico, cultural e político, nas pequenas e médias cidades, que é muito maior que os problemas que surgem com a implantação. No entanto, para aqueles que ainda não conseguem o acesso, é um grande desafio, portanto, não só do coletivo de dirigentes, professores, técnicos e servidores, mas do sindicato, das comunidades locais e do poder público, não é de restringir, mas de ampliar e qualificar esta conquista.

Dentre os outros fatores mencionados anteriormente, o simples fato da instalação de um campus dos Institutos em determinada localidade, já é uma oportunidade de amenizar a desigualdade social, de oportunizar a educação, e de proporcionar a produção de conhecimento na região. Com o passar do tempo, em relação aos aspectos financeiros e econômicos, pode-se mencionar a geração de empregos com contratação de terceirizados, famílias se que deslocam para fixar residência nas proximidades, o que intensifica o comércio e também o serviço. Nisso percebe-se a importância dos Institutos no desenvolvimento regional, sem mesmo aprofundar nas análises das contribuições na área educacional e social ao longo de sua existência.

Diante do cenário vivido, não mais existem políticas públicas de desenvolvimento social e territorial, ou regional. Quem dita as regras são os capitais voláteis e as grandes corporações premiadas pela escala tecnológica. As políticas de emprego e renda, antes

vinculadas as estratégias do desenvolvimento, se tornaram compensatórias no terreno da ação social focal, emergencial, dirigidas aos excluídos, ou a população de risco (CRUZ, 2003). Então, eis que surge uma expectativa de mudança nesse cenário, que é a expansão dos Institutos, sendo implantados em localidades, até então, não vistas como atrativas aos olhos dos investimentos, com objetivos em promover o desenvolvimento e a redução das desigualdades sociais.

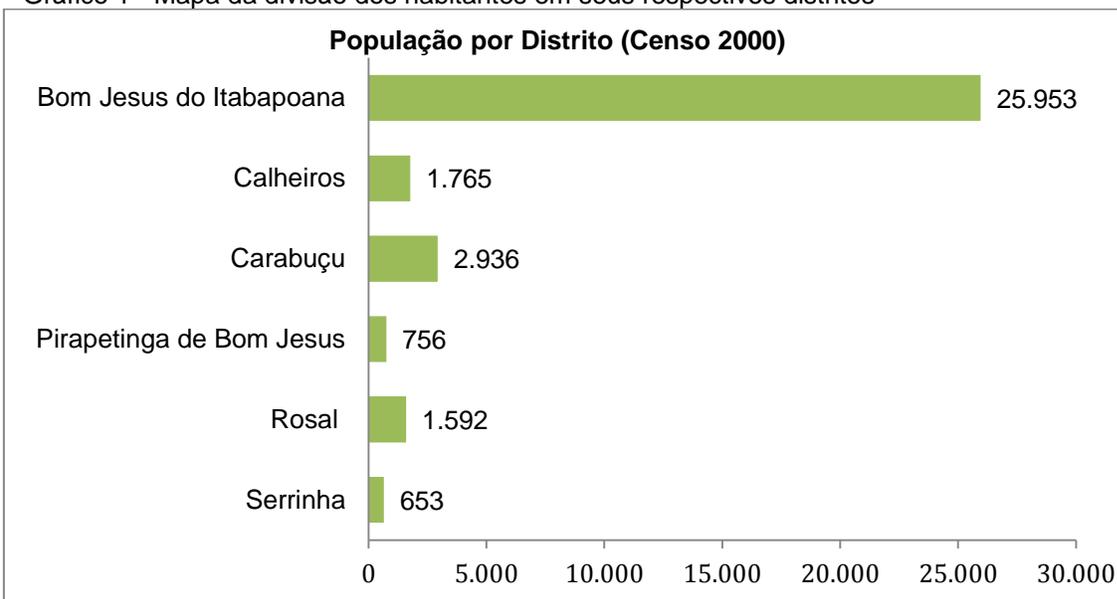
### **3.3 Caracterizando a microrregião**

O município de Bom Jesus do Itabapoana foi criado em 1938, com o Decreto Estadual nº 633, de 14 de dezembro, pelo qual foi emancipado e deixou de ser distrito do município de Itaperuna. Sua instalação logo se iniciou em 01/01/1939, e como data de aniversário foi escolhido o dia 15 de agosto (FUNDAÇÃO CEPERJ, 2019), uma vez que a figura histórica do município, o Padre Mello, ao chegar a solo bonjesuense, observou a forte tradição da Festa do Divino e da Coroa, que ocorre anualmente no mês de agosto, além da festa do padroeiro da cidade, o Senhor Bom Jesus (BRASIL, 2016).

Até a presente data, a divisão territorial do ano de 2007 permanece ainda vigente, sendo o município constituído por seis distritos, quais sejam: o distrito sede de Bom Jesus do Itabapoana, Calheiros, Carabuçu, Pirapetinga de Bom Jesus, Rosal e Serrinha, localizados nas seguintes coordenadas: 21° 08'02" Latitude Sul e 41° 40'48" Longitude Oeste, no Estado do Rio de Janeiro, com área de unidade territorial ocupando 596,659 km<sup>2</sup> em 2019, segundo os dados do IBGE (2019).

De acordo o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ, 2016), a população distribui-se no território municipal conforme gráfico a seguir, de acordo com o Censo 2000 (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Mapa da divisão dos habitantes em seus respectivos distritos



Fonte: TCE-RJ (2016).

Conforme os dados apresentados pelo TCE-RJ (2016), o município que pertence a Região Noroeste Fluminense, corresponde a 11,1% desta, e faz limite, no sentido horário, com Natividade, Varre-Sai, Espírito Santo, Campos dos Goytacazes e Itaperuna. A rodovia RJ-230 atravessa toda a cidade, no sentido sudeste noroeste, alcançando Campos dos Goytacazes e Varre-Sai. O município conta com a BR-356, pela qual se chega a Campos dos Goytacazes ou Minas Gerais. Faz parte, também, do sistema rodoviário a BR-484 que alcança o Espírito Santo, passando por Bom Jesus do Norte, São José do Calçado e Guaçuí, onde encontra a BR-482. Sendo a RJ-210, ainda, uma opção de acesso direto à sede de Itaperuna a oeste.

Além disso, o município está localizado a 366 km da capital do Rio de Janeiro, aproximadamente, sendo possível ter acesso pelas rodovias BR-393, BR-116, BR-101, e pela Rodovia Presidente João Goulart. Na Figura 1, é possível observar a localização e delimitação do município, bem como as cidades que fazem limite (TCE-RJ, 2016).

Figura 1 - Localização do município de Bom Jesus do Itabapoana no estado do Rio de Janeiro



Fonte: Big Hotel – Bom Jesus do Itabapoana (2012).

O município conta com diversos pontos turísticos como as variadas cachoeiras e o lago da cidade, além da praça, templos religiosos, que são referenciais na região, dentre outros. O município está localizado numa microrregião onde ainda existe uma forte cultura de café, pecuária e produção de leite, contando com várias Cooperativas, como a Cooperativa Agrária Vale do Itabapoana Ltda CAVIL, localizada dentro do próprio município, e outras, localizadas nas proximidades, como a Cooperativa Agro-Pecuária de Itaperuna Ltda (CAPIL), localizada em Itaperuna – RJ; a Cooperativa de Laticínios Guaçuí (COLAGUA), localizada em Guaçuí-ES, dentre outras.

Existem no município duas Unidades de Conservação, segundo o Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica (PMMA – Bom Jesus do Itabapoana), sendo o Parque Natural Municipal Sabiá Laranjeira de Rosal (PNMSLR) e a Área de Proteção Ambiental (APA) da Cachoeira da Fumaça. Além disso, existem 7.389,56 há de área de Área de Preservação Permanente (APPs) no município (RIO DE JANEIRO, 2015).

O município também é sede de importantes empresas que agregam e movimentam a economia da região, como, por exemplo, a Xamego Bom. Com o crescimento de algumas empresas, a localização no centro da cidade tornou-se inapropriada, necessitando os empresários estabelecerem novas sedes para suas

indústrias. Assim, vislumbraram a possibilidade de criação de um polo industrial na localidade onde outrora funcionava a Usina Santa Isabel, ainda no Distrito Sede de Bom Jesus do Itabapoana.

Anteriormente, essa região começou a ser habitada por pessoas que trabalhavam na plantação de cana. Depois que a usina foi desativa, as pessoas continuaram a povoar esse local em virtude da possibilidade de ter a casa própria, visto que o valor dos terrenos era acessível à comunidade hipossuficiente, por ser mais afastado da cidade.

Esse local está entre Bom Jesus do Itabapoana e dois outros distritos, Carabuçu e Serrinha, além de ser passagem para acesso à Rodovia BR 101, o que o tornou ainda mais apropriado aos olhos dos empresários e da Prefeitura Municipal, que para garantir o desenvolvimento da cidade e o fluxo de empregos, doou terrenos para algumas empresas.

Atualmente, a maioria dessas empresas está localizada na antiga Usina Santa Isabel, configurando polo industrial que a cada dia tem atraído mais empresário, além de permanecer povoada por trabalhadores que ali se estabeleceram com suas famílias.

Tendo em vista a sua divisa com o município de Bom Jesus do Norte, cidade capixaba localizada ao sul do Espírito Santo, e a proximidade entre as duas Bom Jesus, pode-se afirmar que o município de Bom Jesus do Itabapoana integra o ABC Capixaba, o qual é constituído pelos municípios de Apiacá, Bom Jesus do Norte e São José do Calçado.

Isto, pois as duas cidades vizinhas têm peculiaridades que proporcionam grande proximidade, fazendo com que o espaço geográfico seja comum entre os habitantes, uma vez que ocorre de, na maioria das vezes, as pessoas residirem em uma, mas trabalharem e/ou estudarem na outra, configurando uma espécie de conturbação. Os dois estados, Rio de Janeiro e Espírito Santo, estão separados somente pela existência de uma ponte no centro das duas cidades, sendo possível traçar um perfil muito parecido entre algumas localidades.

O município conta com atendimento hospitalar, contendo apenas um hospital de caráter filantrópico, o Hospital São Vicente de Paula, localizado no centro da cidade, além de 12 Unidades de Atendimento de Saúde localizadas nos bairros e distritos (site da prefeitura municipal). No entanto, por falta de atendimento especializado em

determinadas áreas, os habitantes buscam com frequência o município vizinho, Itaperuna, que oferece serviço médico especializado, sendo referência em alguns tipos de procedimento médicos e em atendimentos hospitalares.

Além disso, o município de Itaperuna, que de acordo com o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), com base nos dados de 2016, foi considerada com melhor desenvolvimento socioeconômico do Noroeste Fluminense, possuindo grandes empresas e redes lojistas, exercendo forte influência na região, inclusive em Bom Jesus do Itabapoana. Quanto aos municípios de Varre Sai e Natividade, estes apresentam características culturais agrícola, se identificando com as características do município de Bom Jesus do Itabapoana, fazendo com que exista maior proximidade na identidade e se crie um ambiente comum entre alguns desses municípios.

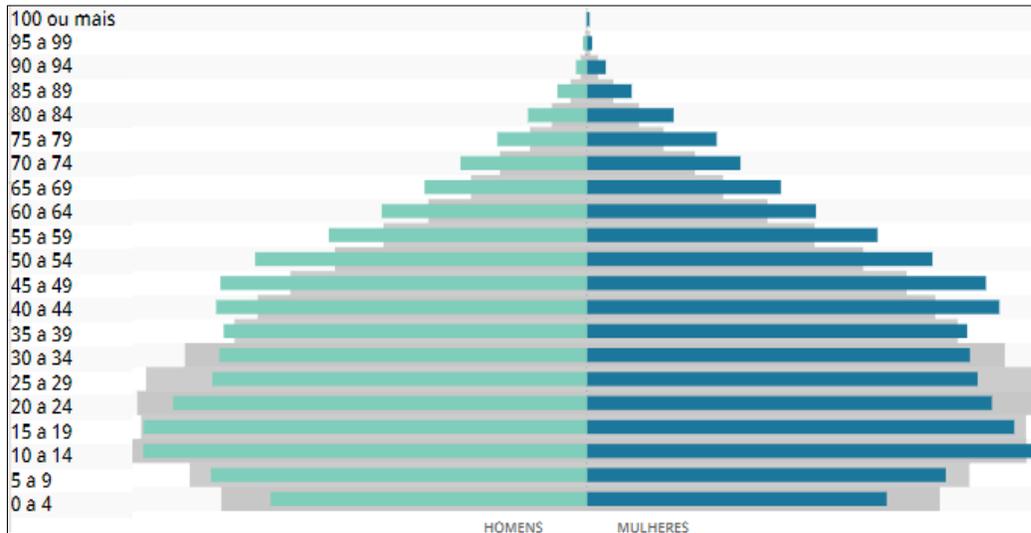
No entanto, para melhor entender o perfil do município em que o campus se encontra situado, e também onde foram criados os projetos e extensão, serão abordadas as características, com os dados do referido município. Embora tenha aspectos parecidos com outras localidades próximas, não se pode afirmar, sendo apenas comparações, uma vez que abordar a região como um todo demandaria mais tempo e espaço na pesquisa.

### 3.3.1 Aspectos demográficos

Adentrando na localidade do objeto de pesquisa, o município de Bom Jesus do Itabapoana está situado no interior do estado do Rio de Janeiro, sendo banhado pelo Rio Itabapoana, e conforme os dados do IBGE do último censo em 2010, a população era de 35.411 habitantes. Sendo que destes, segundo a Fundação CEPERJ (2019), 29.927 pessoas residiam na zona urbana e apenas 5.484 na zona rural, o que demonstra um percentual de 84,51% habitantes na zona urbana, e 15,49% na zona rural.

O número de habitantes, no ano de 2010, correspondia a 11,2% do contingente da Região Noroeste Fluminense, com maior número de pessoas do gênero feminino. No município, a proporção era de 94,4 homens para cada 100 mulheres (BRASIL, 2016). A faixa etária predominante, segundo o censo de 2010, de mulheres é entre os 10 a 14 anos, já em relação aos homens há uma paridade entre as idades de 10 a 14, e 15 a 19 anos, como pode-se observar no Gráfico 2:

Gráfico 2 - Pirâmide etária - 2010



Fonte: IBGE (2010).

Além disso, pelo censo realizado em 2010, fora registrado também que em sua maioria, os habitantes do município praticam a fé católica, em segundo lugar os cristãos de denominação evangélica, e, por último, espíritas. A taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade era de 98,1%, com nota de 5,9 no IDEB em relação aos anos iniciais do ensino fundamental da rede pública de ensino, e 4,7 em relação aos anos finais do ensino fundamental da rede pública de ensino (IBGE, 2017).

De acordo com o IBGE, ainda, em 2019, o município apresentou taxa de mortalidade infantil de 17,14 óbitos por mil nascidos vivos. Em relação à fecundidade, segundo os dados da mesma fonte, no ano de 2010, foram registrados 32.057 filhos nascidos de mulheres de 10 anos ou mais de idade, e dentre os nascidos vivos, na sua maioria, são filhos de mulheres de cor branca (53,34%), com nível de escolaridade sem instrução e fundamental incompleto (66,09%), com situação domiciliar urbana (83,68%).

Em 2015, a população foi estimada em 35.964 pessoas, possuindo 14.256 domicílios, sendo 5% destinados a uso ocasional, não havendo, no entanto, domicílios localizados em aglomerado subnormal. Além disso, neste ano, o município registrou 28.578 eleitores, o que correspondia a 79% da população (BRASIL, 2016). Segundo o IBGE (2010), com base no último censo, a estimativa para a data 01/07/2020 era de 37.203 pessoas, apresentando uma densidade demográfica de 59,13 hab/km<sup>2</sup>.

### 3.3.2 Aspectos econômicos

De acordo com o IBGE, em 2010, o percentual da população com rendimento nominal mensal *per capita* de até ½ salários mínimos foi de 34,3%. O PIB *per capita* do município teve uma ascensão de R\$ 11.885,72, em 2010, para R\$ 20.586,07, em 2018, o que evidencia um desenvolvimento econômico significativo do município.

Segundo a Fundação CEPERJ (2019), o município teve a seguinte representação no estado do Rio de Janeiro nas atividades econômicas setoriais, conforme Tabela 1:

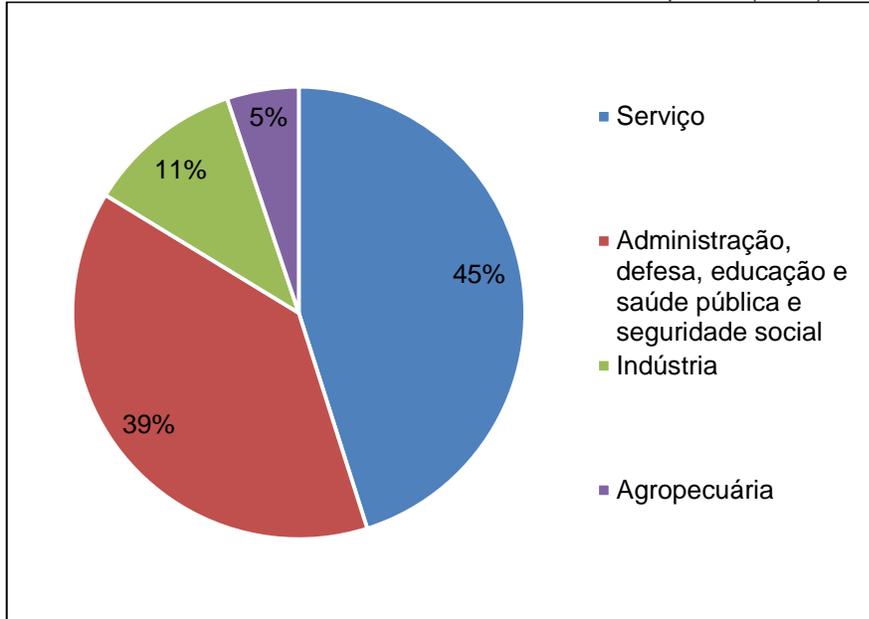
Tabela 1 - Representação de atividades econômicas setoriais no estado do Rio de Janeiro (%)

<b>Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca</b>	1,1937
<b>Comércio</b>	0,1968
<b>Indústria de transformação</b>	0,1711
<b>Serviço</b>	0,1021
<b>Serviços industriais de utilidades públicas</b>	0,0165
<b>Construção civil</b>	0,016

Fonte: Fundação CEPERJ (2019).

Com relação às atividades econômicas do município, de acordo com o IBGE, em 2018, a atividade de maior representatividade é a de serviço, com o percentual de 45,11%, diferentemente do que se acredita pelo senso comum. Por suas características agrícolas, e por se tratar de uma cidade do interior, muitos acreditam que a atividade econômica preponderante é a agropecuária, inclusive os próprios habitantes do município. Todavia, pelas informações recentes fornecidas pelo IBGE (2019), a atividade econômica de agropecuária é evidenciada com o menor percentual, conforme o Gráfico 3.

Gráfico 3 - Atividade econômica em Bom Jesus do Itabapoana (2018)

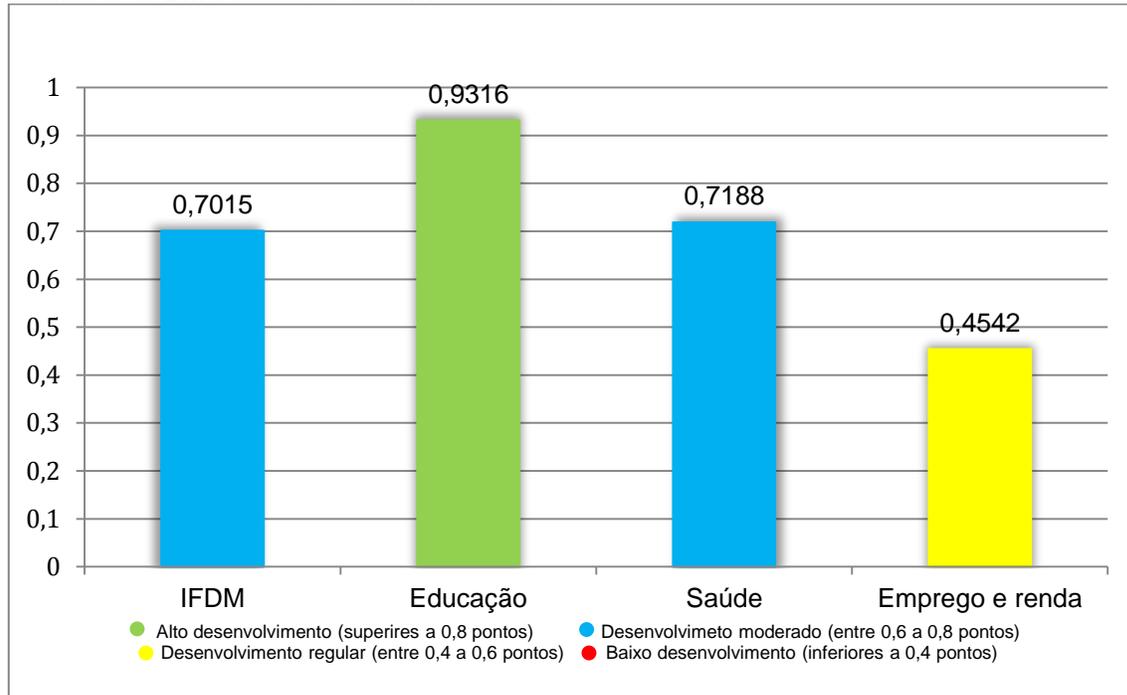


Fonte: IBGE (2019).

Em 2009, o município contava com 840 empresas e outras organizações atuantes, fazendo com que o município ocupasse a 40ª posição, no ranking do estado do Rio de Janeiro. Em 2019, o município continuou na mesma posição com relação a sua representatividade no estado, mas com um número de 885 empresas atuantes, segundo o IBGE. Ainda de acordo com a mesma fonte, no período citado anteriormente o número de pessoal ocupado somava o total de 10.611 pessoas, onde 45,23% eram assalariados. Dentre essa população de pessoal ocupado, o salário médio mensal era de 1,8 salários mínimos.

De acordo com as pesquisas da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN, 2018), no ano base 2016, fora registrado o índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) de 0.7015, além disso, a pesquisa revelou índices relativos a diferentes setores que abarcam o município, registrando resultados consideráveis para educação e saúde, conforme Gráfico 4:

Gráfico 4 - IFDM e áreas de desenvolvimento



Fonte: FIRJAN (2016).

Percebe-se que o município, embora seja considerado um pequeno município, possui grande representatividade em vários índices como, por exemplo, o de educação. Além disso, tem sua atividade econômica pautada, em sua maioria, na prestação de serviços, como a mais significativa. Embora esteja numa localidade em que é muito presente a tradição cultural da prática da agricultura, principalmente na zona rural por pequenos produtores, essa atividade possui a menor participação na economia (FIRJAN, 2018).

Não se pode desconsiderar, no entanto, a importância de analisar a categoria dos pequenos produtores existentes no município de Bom Jesus pela ausência de representatividade econômica, mas, sim, pela importância da representatividade dentro da cultura existente na sociedade e também pelo fato de serem, muitas vezes, negligenciados em ações político-econômica.

### 3.3.3 Aspectos sociais

O município em questão possuía um Índice de GINI<sup>9</sup> de 0,46, em 2003 (IBGE), e de 0,56, em 2010 (FUNDAÇÃO CEPERJ, 2019). Em 2018, o município ocupou a 22ª colocação no estado com relação da IDH (IBGE, 2019). Outro aspecto relevante a ser apresentado é quanto ao índice de pobreza, segundo o IBGE (2019), o município ocupou a 35ª posição no âmbito do estado. Entretanto, desde os dados do ano de 2003, fora registrado um índice de pobreza de 33,86%, sendo constatado pela Fundação CEPERJ (2019), que em 2010 o município apresentou um índice de pessoas vulneráveis a pobreza de 34,010%.

Importante ressaltar que o Índice Gini, que mede a desigualdade social, registrou uma redução do número entre 1991 e 2010, sendo de 0,58 para 0,54. No entanto, de 2010 para 2020, houve um aumento, sendo registrado o Índice Gini de 0,56 (RIO DE JANEIRO, 2015).

Além disso, o nível de escolarização de pessoas, entre os 6 a 14 anos de idade, do município, ocupou a 34ª colocação em âmbito estadual. Em contrapartida, a taxa de analfabetismo da população de 15 ou mais anos de idade diminuiu de 13,6 para 9,9, com relação ao ano de 2010 para 2020. Com base na análise dos dados, houve diminuição do número de estabelecimento de ensino de 2000 para 2018, de 59 para 51 (CEPERJ, 2019). Todavia, pode-se afirmar que as informações registradas demonstram pontos fortes na localidade, os quais precisam ser explorados, analisados e compreendidos.

Em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)<sup>10</sup>, os dados da Fundação CEPERJ (2019) registraram que, em 2010, o município apresentou os

---

<sup>9</sup> É um instrumento matemático utilizado para medir a desigualdade social de um determinado país, unidade federativa ou município. Foi criado pelo matemático italiano Conrado Gini em 1912, sob a preocupação de mensurar o quanto um determinado local pode se igualitário ou desigual social e economicamente. A medição do índice obedece a uma escala que vai de 0 a 1. Quanto menor o valor numérico do coeficiente, menor é a desigualdade de um local. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/indice-gini.htm>. Acesso em: 10 maio 2020.

<sup>10</sup> O IDH foi criado pelas Nações Unidas para medir o desenvolvimento dos países a partir de três indicadores: educação, longevidade e renda. O primeiro é uma combinação da média dos anos de estudo da população adulta com os anos de estudo esperados da população jovem, o segundo é medido pela expectativa de vida da população ao nascer e o terceiro é dado pela renda média nacional per capita medida em dólar-PPC (paridade do poder de compra) (TCE-RJ, 2016).

seguintes índices, constando uma evolução em todas as componentes do IDHM, conforme Tabela 2:

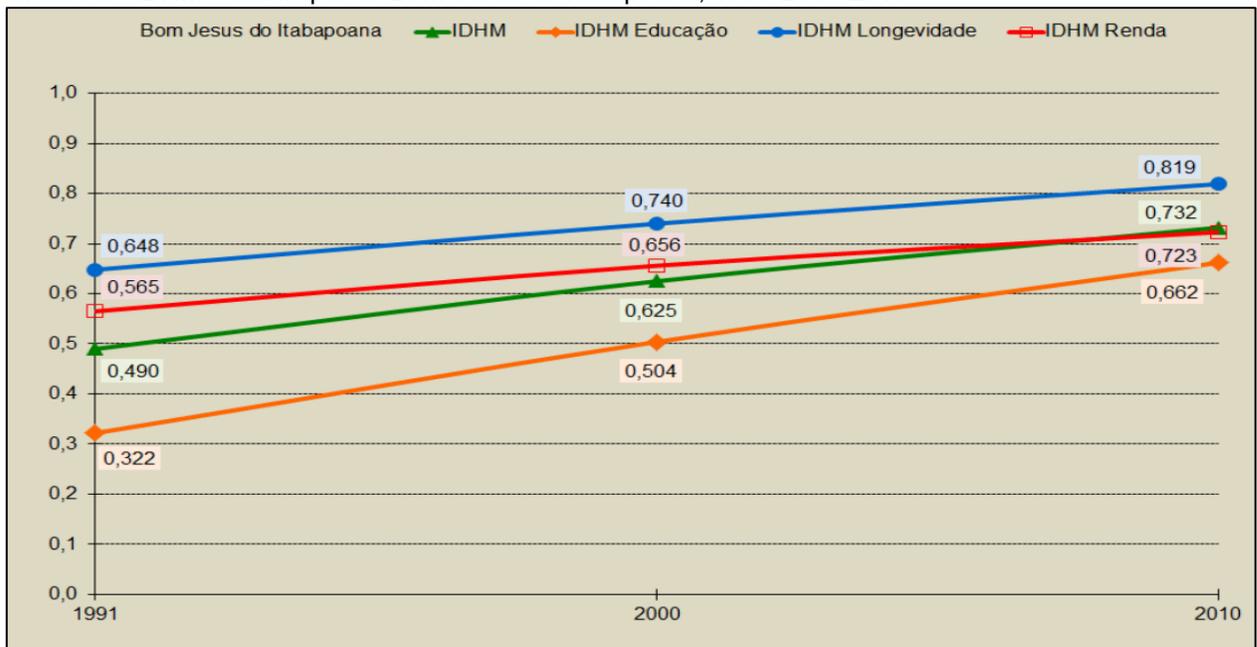
Tabela 2 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (2010)

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (2010)	
<b>Longevidade</b>	0,732
<b>Renda</b>	0,819
<b>Educação</b>	0,662

Fonte: Fundação CEPERJ (2019).

Segundo os dados dos estudos socioeconômicos do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ), em 2016, o município encontra-se situado numa faixa de desenvolvimento humano alto, e o seu IDHM passou de 0,490, em 1991, para 0,732, em 2010, o que implica num crescimento de 49,39%. Importante salientar que a dimensão do índice que mais cresceu em termos absolutos foi o de educação (mais 0,340), seguida por longevidade e por renda, conforme o Gráfico 5:

Gráfico 5 - IDHM – Município de Bom Jesus do Itabapoana, 1991-2000-2010

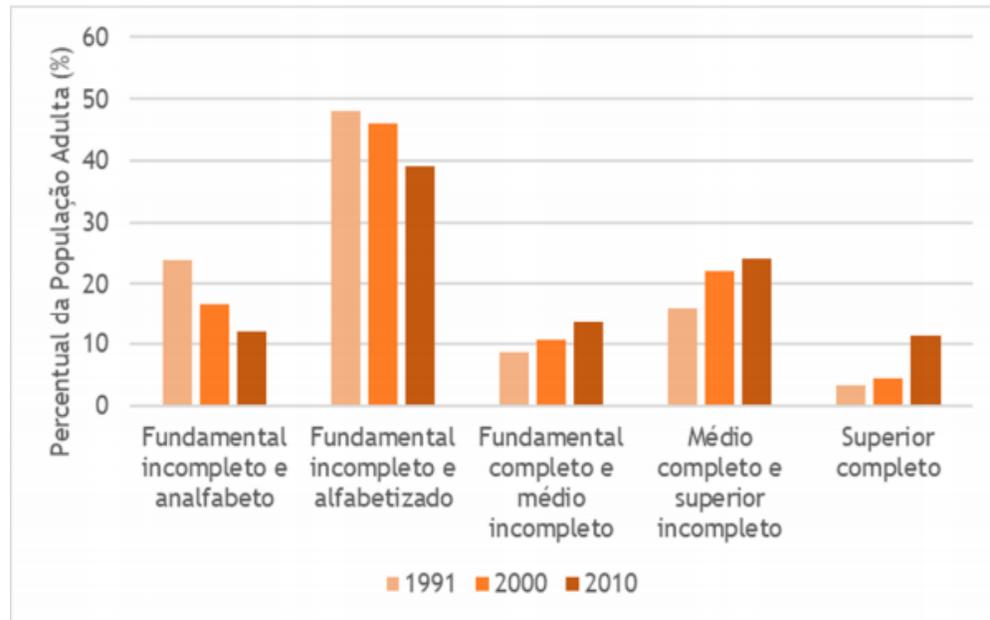


Fonte: TCE-RJ (2016).

Em relação à educação, em 2010, foi registrado um percentual de 55,93% de jovens com idade entre 15 e 17 anos, que possuía o ensino fundamental completo, e 53,96% de jovens entre 18 e 20 anos com ensino médio completo. Em relação à população com 25 anos ou mais, foram registrados 11,86% correspondente aos analfabetos, 49,03% de pessoas com ensino fundamental completo, 35,47% de pessoas com o ensino médio completo, e apenas 11,41% com o ensino superior completo (RIO DE JANEIRO, 2015).

No Gráfico 6, é possível estabelecer um comparativo da evolução da educação da população adulta do município, no período entre 1991 e 2010:

Gráfico 6 - Evolução da Educação da População Adulta de Bom Jesus do Itabapoana



Fonte: Prefeitura de Bom Jesus do Itabapoana (2019, p. 15).

Outro componente importante do IDHM é saúde, que compreende diferentes fatores que unidos indicam que o serviço de saúde tem sido bem prestado. No município, foi registrada a redução da mortalidade infantil de crianças com menos de um ano de idade, sendo 19,6 óbitos por mil nascidos com vida, no ano de 2000, para a média de 15,2 óbitos por mil nascidos vivos em 2010. Além disso, apresentou aumento de 4,8 anos a esperança de vida ao nascer, passando de 69,4 para 74,2, de 2000 para 2010 (RIO DE JANEIRO, 2015).

Em relação à renda *per capita*, foi registrado um crescimento de 166,25%. Em 1991, a renda per capita em Bom Jesus do Itabapoana era de R\$269,55, já em 2010, de acordo com as informações do IBGE, equivale a R\$ 717,69, apresentando uma taxa de crescimento anual de 5,29% (IBGE, 2010).

Com isso, pode-se afirmar que, embora o município conte com pouca extensão territorial, os dados coletados por fontes seguras de pesquisa apresentam significativa evolução em diferentes índices, o que permite um olhar otimista em relação à cidade.

### **3.4 O contexto histórico de implementação do Iffluminense campus Bom Jesus do Itabapoana**

No ano de 1970 foi criado o Colégio Técnico Agrícola Ildefonso Bastos Borges (CTAIBB), pelo veterinário bonjesuense Ildefonso Bastos Borges (1918-1970), e por iniciativa dos governos estadual e municipal, que visionava a criação de um polo de pesquisa e ensino em agropecuária e veterinária. A instituição era mantida pela Fundação Educacional de Bom Jesus, uma instituição sem fins lucrativos, vinculada a prefeitura local. Com o falecimento de Ildefonso, o colégio ficou sob a direção de Hélio Bastos Borges, irmão do fundador. O colégio recebeu o nome em homenagem ao grande esforço de dedicação de Ildefonso, iniciando suas atividades em 09 de abril de 1970 (RABELO; MOREIRA, 2013). A emoção do momento de firmar o termo de criação do colégio (Figura 2) foi tamanha para o coração de Ildefonso, que veio a falecer logo após a assinatura do termo de criação da instituição (PORTAL IFF, 2021).

Figura 2 - Momento da assinatura do convênio do CTAIB



Fonte: Centro de Memória (2016).

Segundo informação da Fundação CEPERJ<sup>11</sup>, série histórica (2019), o município nesse período (década de 1970) contava com o número de 29.418 de população residente por situação de domicílio. Nessa época, a cidade contava com o percentual de 55,45 % de população rural, e 44,55 % de população urbana. Em meio ao período do êxodo rural, a criação do colégio era voltada a atender as atividades agrícolas e rurais, ofertando cursos técnicos em Agropecuária e Economia Doméstica Rural. Na Figura 3, o colégio CTAIB, na década de 70, no início de suas atividades.

A concessão do terreno localizado na entrada do município, a 2 km do centro da cidade, pertencia ao Ministério da Agricultura, a localização era estratégica no sentido de atender toda a região, sendo considerada acessível também para as pessoas na zona rural. Nesse período, no cenário nacional, os cursos técnicos ganhavam destaque e o CTAIBB ofertava ensino de qualidade a alunos de diferentes realidades sociais. Conforme salientam Rabelo e Moreira (2013, p. 6):

O chamado “Agrícola” foi um Colégio considerado de excelência no município, que levava a uma região afastada dos centros urbanos e marcada pela distância e pouco investimento, em uma época de decadência econômica no município, um ensino de qualidade e referencial na região.

<sup>11</sup> A Fundação CEPERJ é uma instituição com a tradição de mais de meio século de história. Foi criada pela Lei nº 5.420, de 31 de março de 2009, é – reconhecidamente – um legítimo centro de capacitação, recrutamento, cultura, e produção de estatísticas e de estratégia de políticas públicas. Disponível em: <http://www.fesp.rj.gov.br/Conteudo.asp?ident=49>. Acesso em: 23 jan. 2021.

Figura 3 - Colégio Técnico Agrícola Ildefonso Bastos Borges (CTAIBB), na década de 70



Fonte: Centro de Memória (2016).

Em 1973, devido a dificuldades em manter o colégio, a Prefeitura e a Fundação Educacional de Bom Jesus do Itabapoana iniciaram seus contatos junto a Universidade Federal Fluminense (UFF), com intuito de firmar convênio para integrar o CTAIBB as atividades da universidade e manter ações de extensão à comunidade, a qual o colégio atendia. Em 1974, o CTAIBB passou a fazer parte da UFF, vinculada a Unidade Avançada Duque de Caxias e ao Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária da instituição, mais conhecida como CRUTAC. Em 1976, o Conselho Universitário da UFF integrou o colégio ao Centro de Estudos Sociais Integrados a sua Faculdade de Educação, transformando-o em um local fundamental de pesquisa universitária e extensão da instituição, estimulando o ensino técnico agrícola, potencializado pela atividade econômica e características sociais da região Noroeste Fluminense (PORTAL IFF, 2021).

De acordo com Rabelo e Moreira (2013), durante trinta e cinco anos o Colégio Agrícola esteve ligado a UFF, como polo de estudos e pesquisa associado às novas técnicas e teorias presentes na Universidade. Ainda, na década de 70, o colégio passava por dificuldades em virtude da distância de outros polos e também questão financeira, por vezes a escola era gerenciada com as receitas produzidas por ela. Depois houve melhoras, segundo relatos de antigos servidores. Na década de 1970 e 1980, os alunos e professores faziam mutirão para limpeza da escola devido às enchentes da época, e

por não ter recursos para contratação de mão de obra para o serviço. Devido à instituição localizar-se às margens do Rio Itabapoana, além dos benefícios quanto estar próximo das margens do rio, também já havia os problemas de enchentes. Esses acontecimentos contribuíram também para formar uma identidade de parceria entre a comunidade e a instituição.

O que a princípio era uma escola voltada a atender alunos filhos de produtores rurais, com o passar do tempo, foi se tornando almejado para outras classes, as quais tinham como objetivo um ensino médio de qualidade, mas nem sempre com interesse em permanecer na área rural como opção viável de trabalho. Mesmo assim, foi atraindo interesse de alunos de várias cidades ao redor do município.

O Colégio Agrícola (como é conhecido na cidade), segundo Pereira (2020), entre 1975 e 2007, a instituição ofertou apenas o curso Técnico em Agropecuária vinculado ao ensino médio. Os pilares de atuação eram o uso de técnicas e tecnologias inovadoras integradas ao conhecimento acadêmico e a formação de professores.

Em 2009, ele recebeu um convite do Instituto Federal Fluminense, antigo CEFET (Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca) em Campos dos Goytacazes, para integrar-se a ele como campus de ensino básico, técnico e tecnológico. Isso, em virtude de uma iniciativa do governo federal e do MEC em 2007, de interiorizar e reestruturar a educação básica, técnica e tecnológica federal no país com a ampliação dos campi dos Institutos Federais (PORTAL IFF, 2021).

Muitas foram as mudanças desde então. Houve ampliação física da área construída, compra de vários equipamentos, construção de laboratórios e aumento da oferta de cursos na instituição. Sendo o campus uma das unidades do IFFluminense descentralizado, toda a parte administrativa, de unidade gestora, foi feita pelo próprio campus, sendo seu corpo de Técnicos Administrativos em Educação, os responsáveis pela execução de toda a parte orçamentária, financeira e patrimonial, desde 2013, onde foi delegada tal competência pela Portaria nº 76 de 31 de janeiro. Nos dias atuais, o campus conta com o total de 153 servidores lotados, sendo 87 docentes e 66 técnicos administrativos em educação, de acordo com o SUAP (Sistema Unificado da Administração Pública – versão 2020). O campus, ainda, conta com 67 colaboradores

terceirizados e 6 feristas fixos, conforme informação da Diretoria de Administração do campus.

Conforme consta no site da instituição, atualmente o campus ocupa uma área de 484.000 m<sup>2</sup>, sendo doze mil de área construída. Oferece vários cursos: técnicos integrados ao ensino médio em Agropecuária, em Alimentos, em Informática, em Meio Ambiente e em Química; técnicos concomitantes em Agropecuária e em Meio Ambiente. Oferece, também, o curso de bacharelado em Ciência e Tecnologia de Alimentos e de Engenharia da Computação. Conta ainda, com a oferta de cursos de educação à distância, e de extensão.

### 3.4.1 Extensão na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e o Papel da Extensão

No final de 2008, foi instituída a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, através da publicação da Lei nº 11.892 de 29 de dezembro. Também conhecida como Rede Federal, é considerada um marco na ampliação, interiorização e diversificação da educação profissional e tecnológica no país. Possui reconhecimento pela qualidade do ensino ofertado, pela diversidade de cursos e por sua relevante atuação junto à sociedade e às empresas locais, atuando no sentido de potencializar aquilo que já existe em cada região em termos de trabalho, cultura e lazer. A Rede Federal é integrante do sistema federal de ensino, vinculado ao Ministério da Educação (BRASIL, 2008a).

Em sua composição, a Rede Federal abrange as seguintes instituições, conforme conta no art. 1, da Lei 11.892/2008.

- I – Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - Institutos Federais;
- II - Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR;
- III - Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET-RJ e de Minas Gerais - CEFET-MG;
- IV - Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais; e
- V - Colégio Pedro II (BRASIL, 2008a, on-line).

A criação da Rede Federal foi parte do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, criado no final do ano de 2005, pelo Ministério da Educação por meio de sua Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec/MEC), o qual tinha o objetivo de ampliar a presença dessas instituições em todo o território nacional. A expansão teve início com a revogação do § 5º do art. 3º da Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994, por meio da publicação da Lei nº 11.195, de 18 de novembro de 2005, o qual proibia a criação de novas unidades de ensino profissional federais. O projeto buscou melhorar a distribuição espacial e a cobertura das instituições de ensino, permitindo maior acesso da população à Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no país.

O Plano de Expansão foi dividido em três fases: Fase I, Fase II e Fase III. A criação da Rede Federal aconteceu no período durante a Fase II (BRASIL, 2008a).

A fase I buscou priorizar a construção de escolas em unidades onde ainda não existiam esse tipo de instituição, e também nas periferias de grandes centros urbanos e municípios do interior. Foi previsto a criação de cinco escolas técnicas federais e quatro escolas agro técnicas federais, bem como a implantação de 33 novas unidades de ensino descentralizadas, contemplando 23 unidades da federação com a instalação de pelo menos uma instituição federal de educação tecnológica. A Fase II teve início em 2007, e teve como meta estabelecida pela Setec/MEC, dentro do período de quatro anos, a criação de mais de 150 novas instituições federais de educação tecnológica. Essas foram distribuídas nos 26 estados e no Distrito Federal, contemplando 150 municípios diferentes, os quais foram escolhidos pelo próprio MEC, mediante manifestação de interesse vindo das prefeituras municipais.

A Fase III se iniciou em 2011, e estabeleceu um projeto de criação de 208 novas unidades até 2014, com o propósito de superação das desigualdades regionais e viabilizar melhores condições para acesso a curso de formação profissional e tecnológica como ferramenta para melhoria de vida da população. Com isso, o número de instituições que era de 144 unidades foi para um total de 659 unidades, em 2018. Sendo que o previsto nas três fases eram 400 unidades. Foram construídas 500 unidades (BRASIL, 2008a).

Nessas instituições, de acordo com a Lei que instituiu a Rede Federal, a extensão foi abordada dentro de seu art. 6º, como uma das finalidades e características dos

Institutos Federais, colocando como objetivo dos Institutos desenvolver atividades de extensão em seu art. 7º (BRASIL, 2008a).

O Conselho Nacional das Instituições dos Institutos Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF), cita que a concepção que transpôs a criação dos Institutos e a constituição da Rede Federal trouxe grandes desafios, dentre eles, a transformação da educação profissional, com objetivo de promover o ensino de excelência, uma pesquisa aplicada e uma extensão voltada ao desenvolvimento científico e tecnológico, constituindo-se assim, os pilares desta nova institucionalidade (CONIF, 2013).

Dentre esses desafios, existe a questão das atividades de pesquisa e extensão, que já existiam nos antigos Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets) antes de ser instituída a Rede Federal. Mesmo já existindo a prática de tais atividades de extensão, apenas com a promulgação da Lei nº 11.892 (BRASIL, 2008a) que ficou estabelecida a obrigatoriedade da articulação entre ensino, pesquisa e extensão indissociável na educação profissional. O que levou a necessidade de se criar uma identidade para a extensão na educação profissional (SILVA; ACKERMANN, 2014).

A extensão que anteriormente tinha a característica de estender à sociedade o conhecimento produzido na universidade, na Lei de criação da Rede Federal, passa a ser voltada a atender a sociedade em suas necessidades e promover o desenvolvimento socioeconômico local e regional, respeitando o território e a cultura local existente. Isso faz com que haja necessidade de rever seu conceito diante de suas novas vertentes da lei que instituiu a Rede Federal, dentro de sua definição das finalidades e objetivos dos Institutos Federais. A referida lei conceitua os Institutos Federais como instituições de educação superior, profissional e especializada na oferta de educação profissional e tecnológica, equiparadas as universidades, acreditadoras e certificadoras de competências profissionais, com autonomia para criar e extinguir curso nos limites de suas áreas de atuação territorial e registrar diplomas dos cursos oferecidos por eles (BRASIL, 2008a).

Diante desse novo cenário, a extensão passou a ser determinada pela instituição da Rede Federal, contou com a contribuição do FORPROEXT, que segundo o I Encontro de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, em 1987, é definido

como uma instituição voltada para a articulação e definição de políticas acadêmicas de extensão, e comprometidas com a transformação social para o pleno exercício da cidadania e o fortalecimento da democracia (FORPROEXT, 1987).

Foram várias as colaborações à extensão feitas pelo FORPROEXT, dentre elas, o reconhecimento a respeito da necessidade de novos aprofundamentos nas questões de conceitos e classificações sobre a extensão.

No intuito de nortear e orientar a Rede Federal de EPCT no que tange à extensão, e baseado na escuta dos afazeres extensionistas daqueles que no dia-a-dia praticam o diálogo e a comunicação com a comunidade, o Forproext vem apresentar suas “Contribuições”, elaboradas no XIII Encontro do Fórum. O documento visa atualizar conceitos e classificações, permitindo uma melhor compreensão e organização da extensão em nossas instituições (FORPROEXT, 2015, p. 1).

Também dentre as contribuições do FORPROEXT (2015), o conceito de extensão passou a abordar a questão da interação transformadora e também a consideração da territorialidade. “A extensão é um processo educativo, cultural, político, social, científico e tecnológico que promove a interação dialógica e transformadora entre as instituições e a sociedade, levando em consideração a territorialidade”.

No mesmo documento, o FORPROEXT (2015) ratificou nos pressupostos da extensão que a interação dialógica e transformadora com a sociedade a qual contribui para o processo formativo do educando, envolve necessariamente a comunidade externa.

E extensão tem como pressuposto a interação dialógica e transformadora com a sociedade, em articulação com o ensino e a pesquisa, contribuindo para o processo formativo do educando. Envolve necessariamente a comunidade externa (FORPROEXT, 2015, p. 2).

As ações de extensão, são classificadas conforme descrição abaixo, segundo o FORPROEXT (2015):

- Programa – conjunto articulado de projetos e outras ações de extensão, preferencialmente de caráter multidisciplinar e integrado a atividades de pesquisa e de ensino, envolvendo a participação de discentes.
- Projetos – conjunto de atividades processuais contínuas (mínimo de três meses), de caráter educativo, científico, cultural, político, social ou tecnológico

com objetivos específicos e prazo determinado que pode ser vinculado ou não a um programa, envolvendo a participação de discentes.

- Curso – ação pedagógica de caráter teórico e prático, presencial ou a distância, planejado para atender às necessidades da sociedade, visando o desenvolvimento, a atualização e aperfeiçoamento de conhecimentos, com critérios de avaliação definidos.

Cursos Livres de Extensão – cursos com carga horária mínima de 8 horas e inferior a 40 horas.

Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) – também denominados Cursos de Qualificação Profissional. Esses cursos podem se apresentar de duas formas:

a) Formação Inicial – voltado para estudantes que buscam qualificação, possuem carga horária igual ou superior a 160 horas;

b) Formação Continuada – voltado para aqueles que já possuem conhecimento e atuação na área, e buscam atualização e/ou aprofundamento de conhecimentos, possuindo carga horária mínima de 40 horas.

- Evento – ação que implica na apresentação e/ou exibição pública, livre ou com clientela específica, com o envolvimento da comunidade externa, do conhecimento ou produto cultural, artístico, esportivo, científico e tecnológico desenvolvido, conservado ou reconhecido pela instituição.

- Prestação de Serviços – conjunto de ações tais como consultorias, laudos técnicos, e assessorias, vinculadas às áreas de atuação da instituição, que dão respostas às necessidades específicas da sociedade e do mundo do trabalho, priorizando iniciativas de diminuição das desigualdades sociais (FORPROEXT, 2015, p. 2-3).

Sobre as áreas temáticas da extensão, o FORPROEXT (2015) menciona que estas seguem a sistematização realizada pela Rede Nacional de Extensão (RENEX). Segundo o FORPROEXT (2012, p. 44): “o eixo Áreas Temáticas tem por objetivo nortear a sistematização das ações de Extensão Universitária em oito áreas correspondentes a grandes focos de política social”. As ações de extensão articulam a potencialização de oito temáticas: Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção e Trabalho. Abaixo a descrição e detalhamento de cada uma, conforme Resolução nº 27/2020, da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal Fluminense.

I - Comunicação: comunicação social; mídia comunitária; comunicação escrita e eletrônica; produção e difusão de material educativo; televisão universitária; e rádio universitária;

II - Cultura: desenvolvimento cultural; cultura, memória e patrimônio; cultura e memória social; cultura e sociedade; folclore, artesanato e tradições culturais; produção cultural e artística na área de artes plásticas e artes gráficas; produção cultural e artística na área de fotografia, cinema e vídeo; produção cultural e artística na área de música e dança; produção teatral e circense;

III - Direitos Humanos e Justiça: assistência jurídica; direitos de grupos sociais; organizações populares e questões agrárias;

IV - Educação: educação básica; educação e cidadania; educação a distância; educação continuada; educação de jovens e adultos; educação para a melhor idade; educação especial; educação infantil; ensino fundamental; ensino médio; incentivo à leitura;

V - Meio Ambiente: preservação e sustentabilidade do meio ambiente; meio ambiente e desenvolvimento sustentável; desenvolvimento regional sustentável; aspectos de meio ambiente e sustentabilidade do desenvolvimento urbano e do desenvolvimento rural; educação ambiental; gestão de recursos naturais e sistemas integrados para bacias regionais;

VI - Saúde: promoção à saúde e qualidade de vida; atenção a grupos de pessoas com necessidades especiais; atenção integral à mulher; atenção integral à criança; atenção integral à saúde de adultos; atenção integral à terceira idade; atenção integral ao adolescente e ao jovem; capacitação e qualificação de recursos humanos e de gestores de políticas públicas de saúde; cooperação interinstitucional e cooperação internacional na área; desenvolvimento do sistema de saúde; saúde e segurança no trabalho; esporte, lazer e saúde; hospitais e clínicas universitárias; novas endemias, pandemias e epidemias; saúde da família; uso e dependência de drogas;

VII - Tecnologia e Produção: transferência de tecnologias apropriadas; empreendedorismo; empresas juniores; inovação tecnológica; polos tecnológicos; direitos de propriedade e patentes;

VIII - Trabalho: reforma agrária e trabalho rural; trabalho e inclusão social; educação profissional; organizações populares para o trabalho; cooperativas populares; questão agrária; saúde e segurança no trabalho; trabalho infantil; turismo e oportunidades de trabalho.

As linhas de extensão, segundo o FORPROEXT (2015), seguem a sistematização realizada pela RENEX, e podem estar ligadas a qualquer uma das oito Áreas Temáticas. Elas auxiliam na especificação mais detalhada das atividades de extensão que são desenvolvidas. Segundo o FORPROEXT (2015) ao todo, são 53 linhas de extensão<sup>12</sup>.

---

<sup>12</sup> Alfabetização, Leitura e Escrita, Artes Cênicas, Artes Integradas, Artes Plásticas, Artes Visuais, Comunicação Estratégica, Desenvolvimento de Produtos, Desenvolvimento Regional, Desenvolvimento Rural e Questão Agrária, Desenvolvimento Tecnológico, Desenvolvimento Urbano, Direitos Individuais e Coletivos, Educação Profissional, Empreendedorismo, Emprego e Renda, Endemias e Epidemias, Divulgação Científica e Tecnológica, Esporte e Lazer, Estilismo, Fármacos e Medicamentos, Formação de Professores, Gestão do Trabalho, Gestão Informacional, Gestão Institucional, Gestão Pública, Grupos Sociais Vulneráveis, Infância e Adolescência, Inovação Tecnológica, Jornalismo, Jovens e Adultos, Línguas Estrangeiras, Metodologias e Estratégias de Ensino/Aprendizagem, Mídiaartes, Mídias, Música, Organizações da Sociedade e Movimentos Sociais e Populares, Patrimônio Cultural, Histórico e Natural, Pessoa com Deficiências, Incapacidades e Necessidades Especiais, Propriedade Intelectual e Patente, Questões Ambientais, Recursos Hídricos, Resíduos Sólidos, Saúde Animal, Saúde da Família, Saúde e Proteção no Trabalho, Saúde Humana, Segurança Alimentar e Nutricional, Segurança Pública e Defesa Social, Tecnologia da Informação, Terceira Idade, Turismo, Uso de Drogas e Dependência Química e Desenvolvimento Humano.

Em meio a muitas mudanças na concepção da extensão universitária, posteriormente a criação dos Institutos Federais, através da instituição da Rede Federal, percebe-se que há uma emergente necessidade em ajustar as informações a respeito de seu conceito, dimensões e formas de abordagem, com intuito de alcançar o objetivo dessas instituições. Trata-se de uma mudança em adaptar a extensão que até então era exercida em caráter universitário, a partir de então passou a ser também profissional e tecnológica.

Com isso vários documentos normativos têm sido elaborados a fim de aproximar as instituições da realidade de suas comunidades locais, criando assim um fortalecimento dessa parceria de via de mão dupla, que é a extensão universitária. De acordo com o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF, 2013), a extensão possui um grande leque de atuação o que, conseqüentemente, cria um manancial de dados, e precisa ser sistematizado, com intuito de dar visibilidade à contribuição da extensão nos contextos local, regional e nacional. No entanto, isso não significa um engessamento das ações. Ao contrário, favorecem ao estabelecimento de definições e princípios que irão subsidiar as ações de cada instituição.

Segundo o CONIF (2013, p. 13), a extensão é entendida como prática acadêmica, que busca a superação das desigualdades sociais.

A extensão, entendida como prática acadêmica que interliga a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - EPCT nas suas atividades de ensino e de pesquisa com as demandas da maioria da população, consolida a formação de um profissional cidadão e se credencia junto à sociedade como espaço privilegiado de produção e difusão do conhecimento na busca da superação das desigualdades sociais.

Conforme a Resolução nº 40 (BRASIL, 2017), do Conselho Superior (Reformulação do Estatuto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense, aprovado em 02 de março de 2015, pela Resolução nº 12), em seu art. 37, menciona as ações de extensão como um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável, o que oportuniza uma importante relação de transformação entre a instituição e a sociedade. Na mesma normativa, determina a competência da instituição em seu art. 38, mencionando que: “cabe ao

Instituto Federal Fluminense incentivar e promover o desenvolvimento de programas e projetos de extensão, articulando-se com órgãos de fomento e consignando em seu orçamento recursos para esse fim”.

A implementação das ações de extensão ocorre principalmente por meio de programas e projetos de extensão. Podem ser desenvolvidos em quaisquer das dimensões operativas da extensão, segundo Deliberação nº 15 do CENPE (Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão), de 21 de outubro de 2014. Cada projeto ou programa conta com um coordenador, ao qual compete a coordenação, o acompanhamento e supervisão da equipe envolvida e de todas as atividades do projeto.

De acordo com a Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que instituiu as Diretrizes para a Extensão Universitária da Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprovou o Plano Nacional de Educação – PNE (2014 – 2024), trouxe procedimentos que devem ser observados no planejamento, nas políticas, na gestão e na avaliação das instituições de ensino superior em todo o país (BRASIL, 2018). Dentre eles: determinação que todos os cursos de graduação ofertados regularmente deverão dedicar no mínimo 10% de sua carga horária total, às atividades de extensão. Sobre a definição da estrutura das atividades de extensão, as quais para que seja caracterizada como atividade de extensão tem que envolver a comunidade externa e promover a integração transformadora entre a instituição de ensino superior e a comunidade externa, e que sejam executadas de forma presencial as atividades de extensão. É necessário também que presem pelo princípio de indissociabilidade. Além de determinar o prazo para as instituições se adequarem às exigências da lei, até novembro de 2021.

Segundo a Resolução do CONSUP nº 27, de 28 de abril de 2020 (IFFLUMINENSE, 2020), em seu art. 2º, aborda que a extensão tem como pressuposto a ação transformadora com a sociedade, articulando com o ensino e a pesquisa, atuando a partir da multiprofissionalidade interdisciplinaridade, com vistas ao impacto formativo do educando. A norma também vem detalhando melhor a figura do coordenador dos projetos e programas de extensão, dentro do IFF, a qual menciona que essa função pode ser ocupada por servidor em exercício ou aposentado da instituição. Cada coordenador

poderá desenvolver concomitantemente, no máximo, 01 (um) programa e 02 (dois) projetos de extensão.

Os resultados dos trabalhos desenvolvidos ou em desenvolvimento dos projetos e programas devem ser apresentados, pelos seus respectivos coordenadores, nos eventos de Extensão do Instituto Federal Fluminense, com intuito de compartilhar informações sobre experiências e assuntos pertinentes a extensão na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Os coordenadores, também chamados de extensionistas, são peças importantes em todo o processo de execução das ações de extensão, pois são os responsáveis direto pela orientação dos alunos e por promover a interação integral da equipe dos projetos ou programas entre servidores e discentes, facilitando a troca de saberes. Além do coordenador, a equipe do projeto ou programa poderá ser composta por colaboradores e alunos. Conforme Resolução do CONSUP nº 27 de 28 de abril de 2020,

Art. 17. Podem integrar a equipe do programa ou projeto de Extensão, além do coordenador:  
I - Um servidor em exercício ou aposentado do IFFluminense, na condição de subcoordenador;  
II - Servidores em exercício ou aposentados do IFFluminense, na condição de membros;  
III - Colaboradores, externos à Instituição;  
IV - Estudantes regularmente matriculados no IFFluminense (IFFLUMINENSE, 2020, on-line).

Isso faz com que não seja exigido como requisito ser docente, abre oportunidade aos técnicos administrativos em educação (TAEs) para que também possam contribuir com os projetos e programas, pois podem exercer seu conhecimento atuando dentro de temáticas e linhas as quais tem destreza, fugindo um pouco do acadêmico, no sentido de valorizar outras áreas que fazem parte do dia a dia da instituição, que são essenciais para seu funcionamento, porém fora do contexto da sala de aula, o que não diminui a importância do conteúdo das disciplinas ofertadas em cada curso.

Também podemos mencionar a importância da parceria com os colaboradores que muito auxilia nos projetos e programas, eles fazem parte de uma parcela que deseja uma sociedade mais justa, buscando torna-la menos desigual ajudando a ofertar oportunidade para todos.

Os alunos são peças-chave no processo de execução das atividades de extensão, visto que eles se aproximam da realidade, tendo a oportunidade de aplicar o que é ensinado na sala de aula pelas pesquisas desenvolvidas. É o instrumento futuro sendo preparado para atuar fora da sala de aula em período ainda de formação profissional. É o indivíduo que vai ter a percepção do novo, porém de uma forma mais crítica, pois está tendo acesso ao mundo do trabalho antes mesmo de ingressar de vez na profissão. Tem a oportunidade de conhecer o mundo real de situações e lugares, muitas das vezes apenas estudados, mas que na extensão muito contribuem com seus ensinamentos práticos, vivenciados no dia a dia. Percebe-se uma grande possibilidade de expandir os conhecimentos e ter uma visão mais consciente, que pode acarretar grande influência na formação do discente, no sentido social, acadêmico e profissional.

Quanto à publicização dos projetos e programas, conforme documentos normativos internos, cabe a Pró Reitoria de Extensão de fazê-la, seja através dos meios de sistemas informatizados, revistas e redes social, o que faz com que seja importante manter tais informações sempre atualizadas, ajudando a divulgar as informações para a sociedade, bem como a busca de dados por parte de pesquisadores. Isto, pois os dados precisam estar disponíveis para serem conhecidos e estudados, mas para que isso aconteça de forma eficaz as informações precisam sempre ser atualizadas, até mesmo em virtude da prestação de contas para com a sociedade, os processos feitos pela universidade quanto ao seu papel social.

Também os arquivos dos projetos devem ser arquivados de modo que sirvam para pesquisa e análise de outros coordenadores, para o desenvolvimento de futuros projetos, e, também, para que a sociedade tenha conhecimento e se interesse em participar, ser protagonista dessas ações de extensão.

Dentre os arquivos dos projetos, estão os relatórios que são elaborados pelo coordenador. Estes têm a finalidade de avaliar periodicamente, e, no final, avaliar como está sendo a execução dele. O relatório parcial deve ser entregue 180 dias após o período de vigência da bolsa. Já o relatório final deve ser entregue em até 30 dias após o término ou cancelamento do projeto, estes ficam de posse da Diretoria de Extensão do campus. Caso o coordenador deixe de entregar o relatório final, se torna, junto com os demais membros da equipe, inadimplente e impedido de desenvolver atividades de

extensão no IFFluminense até que seja regularizada sua situação. Essa obrigatoriedade com o prazo de entrega foi implementada pela Resolução do CONSUP nº 27 de 28 de abril de 2020, em seu art. 25. Isso faz com que não haja atraso no cumprimento das obrigações por partes desses servidores, visto que o relatório final é um instrumento muito importante para análise e avaliação dos projetos implantados. Ele precisa ser feito assim que concluída a etapa de execução, para que esse possa servir de referência para os próximos projetos. Devido sua relevância dos objetivos da extensão dentro da comunidade, essas informações sobre os projetos de extensão são muito válidas como parâmetro de identidade das localidades onde são implantados, desde que considerem suas demandas para desenvolver o projeto de acordo com elas.

Isto, pois o IFFluminense tem como compromisso institucional abordar a extensão de modo sempre a atender a comunidade, e em especial os problemas sociais, de forma a dialogar com a população sobre soluções e práticas que minimizem as desigualdades, que possam promover o desenvolvimento social. Sempre dentro da noção de território respeitando as identidades culturais de cada local.

## 4 ESTUDO DE CASO DOS PROJETOS DE EXTENSÃO DO CAMPUS BOM JESUS DO ITABAPOANA

### 4.1 Visão institucional

O Instituto Federal Fluminense, dentro de suas normativas institucionais, tem como objetivo promover o desenvolvimento regional e acolher a extensão como sendo uma vertente com grande influência na disseminação do conhecimento produzido no âmbito da academia, além de solidificar a articulação com a sociedade, principalmente no atendimento as suas demandas.

A missão da instituição de acordo com a Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394 (BRASIL, 1996), no que diz respeito a finalidade da educação superior, com relação as atividades de extensão, em seu art. 43, nos incisos IV, VI e VII.

IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição (BRASIL, 1996, on-line).

Importante salientar também que a lei de criação dos Institutos Federais, equiparados as universidades, em seu art. 7º, incisos IV e V, abordam a extensão como um dos objetivos, apontando essa como sendo articuladora da educação profissional e tecnológica, com o mundo do trabalho e segmentos sociais. Além do estímulo a processos educativos que levem a geração de trabalho e renda, e à emancipação do cidadão com vistas ao desenvolvimento socioeconômico local e regional (BRASIL, 2008a).

Com a extensão, a instituição pode dinamizar processos de democratização tecnológica a todos os segmentos sociais, fortalecendo o desenvolvimento socioeconômico, cuja base está na sua expertise profissional e tecnológica. Possibilitando e fortalecendo os vínculos com a sociedade e suas demandas. O ensino e

a pesquisa, sendo articulados pela extensão, faz com que essa se torne peça fundamental na engrenagem das ações da instituição dentro da sociedade.

Com relação à importância dos projetos de extensão para a sociedade nas localidades onde são implantados, segundo a percepção da Pró-Reitora de Extensão do IFFluminense, são analisados como vitais: “o que eu posso dizer é que são vitais. (...) O papel da extensão é dialógico. Ela ouve a comunidade, ela trabalha, teoricamente, trabalha em função disso que ela ouve e aí faz uma entrega para essa comunidade” (Pró-Reitora de Extensão). E acrescenta que sem a extensão não é possível fazer esse diálogo, deixando a instituição enclausurada na produção do conhecimento, não encontrando eco para fora dos muros da instituição. Sobre a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, ela menciona que:

(...) dentro da lei dos institutos você não encontra uma frase, ou termo que a gente sempre escuta que é a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Só que a lei não fala isso porque tamanha é a simbiose entre essas áreas que não precisa falar no tema, pois o tempo todo ele faz essa associação entre eles (Pró-Reitora de Extensão).

Menciona que a experiência na vida profissional e acadêmica dos alunos que participam de projetos, independente que seja de extensão, de pesquisa ou pesquisa e inovação, é algo transformador. Quando se envolve nos projetos, o nível de transformação na vida acadêmica se expande de modo considerável.

Ele passa a ver sentido naquilo que ele está estudando na sala de aula, ele começa a integrar o conhecimento dele para a extensão. (...) é transformador no sentido da cidadania (...). A compreensão do que está acontecendo na sociedade, necessidades da sociedade e ele se apropriou daquilo e ele se torna parte daqui. Ele vira um ser político, ele tem a compreensão daquilo que está acontecendo, busca soluções para o que está acontecendo, reflete sobre aquilo, mesmo que ele não possa resolver (Pró-Reitora de Extensão).

Ainda sobre os alunos, a Pró-Reitora informa que sobre as bolsas ofertadas pela instituição, existem dois tipos: Uma que é de 12 horas, no valor de R\$ 250,00 e a outra de 20 horas que é R\$ 400,00. No total, oitenta e cinco por cento do orçamento da Extensão é utilizado na oferta de bolsas. No entanto, em períodos de contingenciamento, optou-se por ofertar mais quantidade de bolsas, sendo todas de 12 horas, pois, assim,

conseguem atender um maior número de estudantes. A entrevistada analisa que a bolsa tem um papel importante, pois muitos alunos necessitam desse recurso, e muitas das vezes ele funciona também com apoio motivacional para dar sequência aos trabalhos.

Por mais que eles consigam trabalhar com estudantes voluntários, para o estudante que está com bolsa o comprometimento é às vezes maior. Não deveria. Mas porque o dinheiro tem que ser moeda de troca para um engajamento maior? Mas às vezes vamos considerar que nossos estudantes tem uma condição social que não é muito favorecida [...]. Então para eles é significativo, é gratificante, é estimulante que ele tenha uma bolsa para trabalhar naquele projeto para se dedicar aquela carga horária ali ao longo da semana (Pró-Reitora de Extensão).

Aponta, porém, segundo sua análise, o papel secundário dado a extensão no ambiente acadêmico, quando, na verdade, o papel é de articulação.

A extensão sempre, isso eu te afirmo, ficou com papel secundário. Quando na verdade, ela tem um papel importantíssimo de articulação entre ensino e pesquisa. Então ela não trabalha sozinha. Ela trabalha se comunicando com o ensino, com a pesquisa, seja com os dois juntos, seja com a cultura... Ou seja, é justamente para fazer essa tradução para a sociedade. Então é vital no sentido que se não tiver a extensão, sucumbe muito o que está dito na nossa lei (Pró-Reitora de Extensão).

Com relação à postura dos coordenadores dos projetos em atender as demandas da comunidade, a entrevistada afirma que é necessária uma consulta prévia, para conhecer o território, e sua posterior ação. E acrescenta sobre a razão de “ser” da extensão.

Se a gente está fazendo projetos onde a gente não está fazendo essa consulta à comunidade, está muito errado. Ele não tem razão de ser. Ele só tem sentido se eu estou ouvindo o que está sendo necessário ali. Definitivamente sempre se precisa reconhecer o espaço onde está para a gente saber como pode agir (Pró-Reitora de Extensão).

Relata que algumas pessoas gostam de trabalhar na extensão por vislumbrar o fortalecimento das práxis. Nesse sentido que entra a importância de sempre que possível levá-los a compreender que estão num trabalho voltado para fora da instituição, em benefício da comunidade.

A respeito da postura dos coordenadores estarem conseguindo atender a legislação da instituição e demais documentos normativos internos, além da propalada articulação com a sociedade, a Pró-Reitora avalia positivamente, considerando o alto volume de projetos propostos.

Quanto aos projetos submetidos, estes são analisados por avaliadores externos, com um corpo de pareceristas que abarca uma multiplicidade de expertise e espaço geográfico. Os projetos devem estar vinculados aos objetivos institucionais de dinamizar o desenvolvimento regional e aprofundar a importância das práticas no fazer pedagógico.

O que aquele projeto está contribuindo para o desenvolvimento regional e o que aquele projeto está contribuindo para transformação do estudante. (...) Qual o impacto que aquele projeto vai ter tanto na formação do estudante e no desenvolvimento regional. Essas duas questões têm que ser bem observadas tanto que um projeto de extensão sempre tem que ter um estudante e ele tem que sempre retratar no projeto como que ele vai fazer o lance da comunicação, do diálogo com a comunidade (Pró-Reitora de Extensão).

Avaliando o processo sequencial dos projetos que são submetidos e aprovados, segundo a Pró-Reitora, nem sempre os extensionistas conseguem alcançar o que está previsto como objetivo final. Junto a essa dificuldade, torna-se latente a questão de tornar o extensionista consignatário da extensão, no sentido de eles serem responsáveis pelas ações que realizam na instituição, e se apropriarem das normativas vislumbrando os objetivos, e não serem avaliados dentro da ótica da “moeda de troca”, a qual irá permitir uma redução de carga horária e pontos no currículo, devidos a um projeto que foi implantado. Para amenizar isso, a entrevistada relata que os coordenadores estão sendo chamados para perto, para serem corresponsáveis por essas ações, pois não tem como fazer o acompanhamento de todos os projetos para verificar se estão cumprindo as metas. É uma conscientização para que isso seja feito da melhor forma possível. Em resumo os extensionistas conhecem e seguem as normas, mas das vezes que não seguem é porque há falhas no processo de acompanhamento.

A respeito do relatório final dos projetos de extensão, que são elaborados pelos coordenadores, a Pró-Reitora aborda o assunto relacionando esse documento como sendo parte de uma prestação de conta, pois envolve recursos financeiros e humanos

deslocados em função do projeto. Com isso, entende que não pode haver nova submissão de projeto se o anterior não foi totalmente concluído:

Tem que haver essa prestação de contas. Pois se você não está conseguindo executar o que você colocou como objetivo, tem alguma coisa errada. E se tem alguma coisa errada porque você vai seguir adiante com um novo projeto? Se você não finalizou esse? (Pró-Reitora de Extensão).

No entanto, em virtude da pandemia, alguns extensionistas ficaram dependendo de materiais que não chegaram e não conseguiram concluir seus projetos. Foi retirada essa “trava” para que pudessem submeter novos projetos, mas apenas nesse período.

Sobre a postura dos extensionista do IFFluminense como um todo, sob a visão da Pró-Reitora de Extensão, existe uma necessidade em se trabalhar os projetos de forma mais institucional.

Eu percebo que uma parte desses extensionistas compreendem o papel da extensão no instituto, o papel da extensão no modo geral. E alguns fazem projetos, que são importantes para eles, mas imbuídos de esforços quase que individuais. Eles falam assim: eu gostaria de fazer/trabalhar com reciclagem. E aí ele espontaneamente, começa a desenvolver um trabalho de extensão nesse sentido (Pró-Reitora de Extensão).

A entrevistada não considera que seja algo ruim que haja intensões genuínas de desenvolver projetos. No entanto, o que tem sido promovido, hoje, pela instituição, segundo a Pró-Reitora de Extensão, que está há nove meses na função (época da entrevista), é criar uma base.

Mas o que a gente tem promovido hoje, dentro da nossa gestão, eu chamo de base. A gente tem que criar uma base. A gente precisa trazer esse conceito da extensão, da importância da extensão e começar a fazer articulações. A gente precisa ter temas e a extensão tem temas que ela trabalha. Tem uma diretriz nacional que possui 8 temas... cultura por exemplo educação, meio ambiente e saúde. Então a gente precisa organizar essas submissões, esses pensares, esses projetos. Tem que articular melhor esses projetos para que eles não aconteçam de modo esporádico, espontâneo. E aí o perigo do espontâneo é que hoje eu tenho interesse, eu vou fazer. Amanhã não tenho interesse. E o que a gente precisa é deixar esses projetos mais institucionalizados. Mais dentro das intenções institucionais. É essa base que a gente tá querendo criar. (Pró-Reitora de Extensão).

A entrevistada destaca o encontro dos extensionistas, promovido para que esses coordenadores se comuniquem, permitindo assim potencializar as ações da extensão em diversos locais. Mencionou também que está sendo desenvolvido um projeto político pedagógico da extensão, onde será retratado a intensão da extensão. Por mais que cada campus tenha sua característica própria, o Instituto como um todo tem a sua.

(...) é como se fosse um mosaico ali. Um pouquinho de um, um pouquinho de outro, e isso vai constituindo uma identidade institucional. Então a gente quer fazer um documento que fale qual o papel da extensão dentro do nosso instituto. Qual a institucionalidade dali? E por conta desta institucionalidade, o que eu vou fazer? Vou trabalhar essencialmente com editais? Às vezes eu sinto que a extensão está muito voltada para editais e projetos. E a extensão é mais do que isso. Ela é programa, eventos, atividades de extensão como um todo (Pró-Reitora de Extensão).

Sobre a contribuição dos projetos de extensão para a comunidade em geral, no aspecto socioeconômico, a Pró-Reitora se posiciona a respeito, como sendo muito importante. Fala do quanto é importante a academia poder se aproximar da comunidade, no sentido de melhorar as perspectivas financeiras de um empreendedor, ou de um produtor rural, vislumbrando propor melhorias de alguns aspectos que possam ser possíveis. Uma transformação social vai se articulando aos aspectos econômicos e gerando qualidade de vida para os sujeitos da ação.

Sobre a divulgação das atividades de extensão que acontecem na instituição, a Pró-Reitora de Extensão menciona que para muitas pessoas a extensão é apenas um acessório. E, hoje, no máximo, ela é difundida.

A diferença entre difusão da extensão e divulgação é que quando você faz difusão é quando a gente faz a Mostra de Extensão, quando a gente faz o Caderno da Extensão, isso é difusão. Quando eu falo para um outro extensionista, é difusão. Quando eu faço uma pesquisa, faço um artigo e falo para um outro pesquisador, é difusão.

A divulgação é quando eu torno isso entre aspas, vulgar. Quando eu torno isso popular. Então divulgar é tornar popular. E isso a gente não está fazendo com a população, com a comunidade... a sociedade não sabe o que é extensão e o que ela faz. Claro que o produtor rural, quando o campus, os projetos, se aproximam dele, ele sabe. Mas e o resto da sociedade sabe o que está sendo feito. (Pró-Reitora de Extensão).

A entrevistada ainda relata que existe uma preocupação com a divulgação da extensão. Visto que o portal do Instituto que, hoje, é o principal meio de visibilidade da instituição, está com informações de 2016. Embora haja outras mídias, o portal é o mais utilizado, segundo um estudo feito pela Comunicação da instituição. Com isso, a necessidade de se manter sempre atualizado. Sobre as informações contidas no portal da instituição, as quais acabam por não deixar de forma clara os dados com as temáticas dos projetos, entende que é preciso definir melhor, pois não está claro por conta de vários preenchimentos que são feitos na hora da submissão dos projetos, e isso acaba por dificultar o entendimento do público em geral, quando acessam as informações sobre os projetos.

Há a intenção, por parte da Pró-Reitoria de Extensão, de elaborar uma revista eletrônica direcionada a extensão de forma lúdica, utilizando uma terminologia própria para o pequeno produtor, para os comerciantes, para alunos e professores, donas de casa, para que saibam o que está sendo feito na instituição.

Pois a extensão tem um papel dialógico que pressupõe a comunicação. E você só consegue se comunicar quando sua linguagem for algo que o outro entenda. Então não adianta eu fazer uma publicação de um artigo que essa pessoa não vai entender ela só vai entender quando aquilo dali está traduzido isso é a divulgação. (Pró-Reitora de Extensão).

Quanto a conseguir atender as demandas da comunidade dentro daquilo que o instituto propõe como sendo os objetivos e finalidade da instituição, a entrevistada menciona que é difícil opinar a respeito, pois existem projetos que atendem e são pontuais. Entretanto, com relação ao número de projetos que são desenvolvidos, ainda é pequeno, perto do número de servidores existentes na instituição. Entende a necessidade de potencializar os trabalhos, visto que, em sua avaliação, atende pouco a sociedade.

Na visão da Pró-Reitora, nos projetos de extensão, as oportunidades a serem mantidas são: a iniciativa dos servidores em fazer um projeto, e, outro ponto, é o fato de ter estudantes envolvidos. Além disso, analisa como necessidade a ser superada a questão de ter projetos pouco articulados com o projeto político pedagógico da instituição.

Os projetos ficam pulverizados e a gente não consegue fazer um trabalho de médio e longo prazo de atendimento à sociedade. A gente não consegue fazer um projeto de longo e médio prazo de desenvolvimento regional. É quase que o servidor ou coordenador de projeto está fazendo aquilo para ele mesmo, para o currículo dele. Não estou dizendo que são todos. Uma grande parte trabalha dessa forma. (...) como quando você joga uma pedra no formigueiro e sair todos dispersos... todos espalhados. (Pró-Reitora de Extensão).

Conclui que a instituição tem trabalhado para trazer a extensão onde ela deve estar, que é como princípio pedagógico para o estudante. Independente do orçamento ter sido reduzido, a extensão não é só recurso. Ao solidificar uma base para a extensão, o objetivo é criar documentos norteadores sobre a extensão, apropriar as condições dos coordenadores de projeto, estimular as pessoas a submeter projetos de extensão.

Ressalta sobre a importância de projetos de planejamento, fazendo com que esse valor de capital, e de recursos humanos empregados no trabalho desenvolvido, não fique perdido, não encontrando um eco naquilo que está sendo feito. Na medida do possível, é necessário fazer com que haja uma reflexão da realidade, considerando os anseios da sociedade a qual se está envolvido, em prol do desenvolvimento regional.

#### **4.2 Projeto 1: Diagnóstico inicial das boas práticas de fabricação (BPF) de panificadoras do município de Bom Jesus do ITABAPOANA – RJ**

O referido projeto teve como objetivo avaliar as condições higiênico sanitárias, diagnosticando e verificando a adequação de cinco panificadoras frente às “Boas Práticas de Fabricação”, no município de Bom Jesus do Itabapoana, onde foi aplicada uma lista de verificação (*checklist*), proposta na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 275 de 21 de outubro de 2002<sup>13</sup>. As atividades foram desenvolvidas pelos alunos do curso superior de Ciências e Tecnologia de Alimentos, com supervisão/orientação por docente do curso, através de observação direta e indagação aos funcionários e proprietários, o qual permitiu avaliação dos procedimentos realmente adotados em cada estabelecimento,

---

<sup>13</sup> Dispõe sobre o Regulamento Técnico de Procedimentos Operacionais Padronizados aplicados aos Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Alimentos e a Lista de Verificação das Boas Práticas de Fabricação em Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Alimentos. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/inspecao/produtos-vegetal/legislacao-1/biblioteca-de-normas-vinhos-e-bebidas/resolucao-rdc-no-275-de-21-de-outubro-de-2002.pdf/view>. Acesso em: 30 maio 2021.

com pelo menos duas visitas em cada um. De acordo com os dados obtidos, a equipe apresentaria às panificadoras, em desacordo com a legislação, seus resultados, sugerindo as estratégias de intervenção para melhorias de panoramas sanitários dos estabelecimentos, oferecendo capacitação a seus colaboradores, de acordo com a RDC nº 275 de 21 de outubro de 2002. (Portal do IFFluminense). O projeto foi desenvolvido no ano de 2015<sup>14</sup>.

#### 4.2.1 O projeto de extensão pela perspectiva do Coordenador

##### 4.2.1.1 Construindo o projeto

Segundo o coordenador, a motivação para elaborar a proposta do projeto e desenvolvê-lo foi com base na percepção do dia a dia do comércio da cidade, pois como tem conhecimento na área de panificação, visualizou uma possibilidade de melhoria, teve a intenção de proporcionar ensinamento e levar algo que pudesse agregar a qualidade da produção no comércio da cidade, com relação às boas práticas de fabricação. “Você vai vendo, e como eu sou professora de cereais, eu fui aplicar aquilo com que eu trabalho, que é com padarias, restaurantes e etc. E a gente dever reverter isso para a população” (Coordenador – Projeto 1). E, ainda, acrescenta que a ação acadêmica por meio da extensão foi uma oportunidade de vislumbrar o mundo das práxis e solidificar redes de contato entre acadêmica e sociedade, ou seja, trabalhar a vinculação entre o que está sendo abordado na sala de aula e sua aplicabilidade no ambiente produtivo. É importante salientar que esse movimento necessita de uma análise apurada do tecido social a qual este conhecimento está sendo incorporado. Esse é o principal meio de compartilhar com a sociedade aquilo que é produzido no espaço acadêmico pedagógico, de modo a materializar a pesquisa, e assim proporcionar melhorias para os diferentes ambientes.

A vinculação entre teoria e prática dinamiza a necessidade de observações mais ampla e extremamente sensível à realidade social observada. Essa vinculação de modo algum deve hierarquizar os campos de ação, pois esse mecanismo pode gerar

---

<sup>14</sup> Segundo informação do portal do IFFluminense. Disponível em: <https://portal1.iff.edu.br/extensao-e-cultura/projetos-de-extensao/projetos-na-area-de-tecnologia-e-producao>. Acesso em: 28 jun. 2020.

deforquidades em seu objetivo final. Esse processo pode ser observado na motivação do pesquisador ao identificar a existência de uma carência no campo de ação proposto pelo projeto visando a comunidade, em que observou que foi “uma necessidade mesmo de ver que as pessoas não têm conhecimento”. Continua sua análise indicando que não houve nenhuma pesquisa prévia dentro da comunidade onde o projeto foi implantado. “Não cheguei a fazer esse estudo anterior, não. Foi minha observação mesmo” (Coordenador – Projeto 1).

Percebe-se que a construção do projeto se desenvolveu com base no interesse do extensionista em dinamizar a rede de compartilhamento de saberes, tanto os que são produzidos no ambiente acadêmico profundamente articulado a área de atuação docente, quanto aos conhecimentos nativos. Essa vinculação dinamiza os territórios articulados entre os saberes e ações, que se colocam como ponto central da extensão acadêmica, alinhado benéficos mútuos entre os atores envolvidos.

#### 4.2.1.2 Territórios e redes: tecendo conhecimentos

O projeto em questão foi implantando na zona urbana, com foco na área comercial do município de Bom Jesus do Itabapoana, buscando atuar na área de abrangência em que estão localizadas padarias e panificadoras. De acordo com a percepção do docente responsável, um dos pontos positivos do projeto é sua formatação de ação e seu baixo custo – contando com a estrutura fornecida pela instituição e o fornecimento de bolsas. A importância do projeto sedimenta-se no fato de que o campo de atuação da vigilância sanitária local está mais voltada a emitir alvará, não oferecendo orientações sobre a forma e a importância das boas práticas de tais procedimentos exigidos por legislação, conforme foi constatado em um projeto de extensão feito anteriormente a esse. “No ano anterior, a gente fez um projeto de extensão com um trabalho em torno de vigilância sanitária, segundo a RDC 275/2002 que é da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), que é a legislação sobre boas práticas” (Coordenador – Projeto 1).

É a extensão produzindo conhecimento e este sendo efetivado no confronto com a realidade, em constante interação entre a teoria e a prática.

Uma vez conhecida essa realidade o objetivo do projeto, segundo o coordenador, foi fazer um *checklist* e observar como estavam sendo feitos os processos de produção nesses comércios, a títulos de orientações, nos casos em que não tivessem da forma correta. Foi incluso a oferta de treinamento aos colaboradores ao final do projeto, pois, de acordo com a percepção do coordenador 1, “você vai observando que as padarias estão ok, mas senti a necessidade de trabalhar com treinamento, pois percebi que faltou isso”. A necessidade de diálogo com a realidade local associado à demanda observada, nem sempre subtrai as dificuldades na implementação dos projetos de extensão. Diante dessa constatação, foi possível observar na fala do docente uma análise positiva com relação ao engajamento institucional, e uma análise negativa relacionada à resistência por parte dos sujeitos da ação em participar do projeto.

Mesmo diante de uma melhoria que estava sendo proposta, nem todos observaram ganhos em sua participação no projeto. Na percepção do coordenador, embora o campus Bom Jesus do Itabapoana seja reconhecido por todos na cidade, muitas pessoas não têm o conhecimento do que realmente é feito, e no que ele pode estar auxiliando a comunidade.

Mesmo o município tendo características de região agrícola, o comércio é muito expressivo economicamente, e o projeto estaria auxiliando a produção no comércio local, oferecendo melhor condições para atender a comunidade, seja na qualidade do produto fabricado, seja na qualificação da mão de obra, e, conseqüentemente, nas mudanças sociais e econômicas.

#### 4.2.1.3 Ações desenvolvidas e a Participação

As ações desenvolvidas são os elementos que sedimentam a práxis, favorecendo tanto a atuação docente, quanto enriquecendo a formação discente, fortalecendo, assim, os pilares do conhecimento. Observando esse processo, pode-se identificar as dificuldades de efetivação, principalmente o baixo engajamento dos sujeitos da ação e colocando na cena analítica a importância de se observar esse processo de modo mais cuidadoso, e pontos dinamizadores da ação com forte apoio institucional.

Embora o surgimento da extensão no Brasil tenha ocorrido no contexto legal de 1931, com o Decreto nº 19.851 que criou o “Estatuto das Universidades Brasileiras”, se apresentando como organismo da vida social da Universidade, esse retorno dado à sociedade ainda é desconhecido. É nesse movimento de retorno que devemos analisar os desvios e as dificuldades de diálogo. Para o coordenador uma das maiores dificuldades assenta-se no fato da comunidade não ter conhecimento do que é a extensão, possuindo como desdobramento natural um engajamento fraco ou inexistente. Pode-se perceber que existe uma grande dificuldade em executar algo ainda pouco conhecido. Importante salientar, também, a necessidade, de cada vez mais, a ciência ganhar os territórios extramuros, fortalecendo a ponte com a sociedade pelo prisma das práticas.

Aqueles que aceitaram participar do projeto perceberam, de alguma forma, a importância das ações propostas. Percebeu-se que a maior receptividade ao projeto aconteceu em padarias de bairro, pois, segundo a percepção do coordenador, os comércios do centro não tinham muita coisa a ser apontada. Em sua maioria, eram poucas observações a serem feitas, mas as de bairro precisaram de mais orientações, pois algumas coisas não estavam adequadas, conforme exige a legislação. Dessa forma, foi dado todo o suporte juntamente com os discentes, para que o comércio de bairro pudesse atender a comunidade com as mesmas opções de qualidade que os comércios do centro.

Então percebe-se a importância da extensão para essa camada mais empobrecida da sociedade. Embora a sociedade como um todo tenha demandas a serem atendidas, as que tem maior dificuldade em conseguir solucionar seu problema são as camadas carentes, que sobrevivem distantes dos centros.

Segundo o coordenador, os comerciantes reclamaram da falta de assistência por parte da vigilância sanitária do município, que apenas indicam o que é para ser feito, mas não dizem como fazer e nem o porquê. No entanto, observou-se, nesse período do projeto, que quando foi dada a oportunidade aos comerciantes de aprender e entender, nem todos aceitaram.

Sobre o treinamento oferecido, foi relatado que “apenas um que conseguimos fazer o treinamento, mas o proprietário não quis pagar ninguém e nem pagar horas

extras. Ele mesmo que fez o curso” (Coordenador – Projeto 1). Percebe-se que mesmo sendo ofertada a oportunidade de treinamento adequado e de forma gratuita, não houve interesse por parte dos comerciantes. Importante observar que o treinamento era um dos pontos que o coordenador havia identificado em sua percepção que seria importante ser trabalhado nesses comércios. Mesmo sendo discutido sobre vários horários de modo que fosse possível trabalhar com os colaboradores, não conseguiram chegar a um consenso, e o treinamento ficou restrito a uma pessoa.

Eles não quiseram parar a produção, mesmo a gente dizendo que era 40 minutos, e que poderia ser depois das 17 horas. (...) na verdade em algumas, seriam 2 horas de treinamento, pois tinham mais coisas para falar. Tentamos deixar dividido em 2 dias de 40 minutos e mesmo assim, não quiseram. Não quiseram parar, nem quiseram ouvir. Fizemos o que a vigilância sanitária faz. Eles continuam reclamando, mas não aceitam ajuda. (Coordenador – Projeto 1).

Essa resistência por parte dos comerciantes também foi uma realidade percebida num outro projeto de pesquisa feito posteriormente a esse, por uma aluna do campus, seguindo a mesma linha, porém abrangendo restaurantes e lanchonetes, segundo relato do coordenador, concluindo que:

Então é a gente pensar uma forma como instituição, de ensinar o que é extensão e que só tem a contribuir. Levar a instituição para fora das portas. É a gente ter esse trabalho de ver como fazer isso para a coisa fluir (Coordenador - Projeto 1).

Sugere como instituição, trabalhar a conscientização sobre a extensão, justificando que um dos estabelecimentos que desistiu de continuar no projeto tinha grau de parentesco muito próximo de um aluno do campus, e mesmo assim não tinha conhecimento do que era a extensão.

No término do período do projeto, foi impresso uma cartilha e entregue nos estabelecimentos como forma de orientação, para que repassassem aos colaboradores para que eles adequassem sua produção as boas práticas produtivas. Não era o que foi planejado, mas foi o que foi possível fazer, segundo o coordenador.

Acrescenta, ainda, que quando se é questionado sobre alguma coisa, no caso do projeto que falava sobre boas práticas de fabricação, mesmo não tendo sido possível

concluir como o esperado, que seria o treinamento, entende-se que esse pequeno passo já foi algo que serviu como um alerta para despertar a curiosidade em se analisar como esses procedimentos estão sendo feitos nos estabelecimentos.

#### 4.2.2 A Comunidade: onde o ensino e a pesquisa se concretizam

##### 4.2.2.1 Perfil da população beneficiada com os projetos

Ao traçar um perfil da população que participou desse projeto, tem-se que, no geral, são empresários de padarias e panificadoras do centro da cidade e de bairros. Alguns com bastante experiência no mercado, sendo referências na cidade já há algum tempo, e outros iniciando suas atividades no ramo de panificação. Quanto ao número de funcionários, as localizadas no centro contam com um número maior que as de bairro. Sendo que a segunda conta com apenas o proprietário e um funcionário. O dono também exerce a função de padeiro. Ambos os proprietários residem na cidade onde está instalado seu estabelecimento. Os clientes dos estabelecimentos do centro são em geral de localidades próximas e de bairros distantes. Ao passo que as de bairro, atendem mais a população do próprio bairro. Ainda competem com as padarias do centro, quando não conseguem ofertar ao cliente produtos buscados. Geralmente, fabricam produtos mais comuns, os quais são mais buscados pela clientela local. Já as de centro contam com uma maior variedade, servindo também outros produtos, tendo em vista a necessidade de atender a um público mais variado que vem de outras localidades, abrangendo diversas classes.

##### 4.2.2.2 A Participação social

Segundo os participantes do projeto que foram entrevistados, Proprietários 1 (padaria de bairro) e 2 (padaria do centro), mencionaram que tiveram conhecimento do projeto através do contato dos próprios alunos e coordenador do instituto. Eles foram até os estabelecimentos e apresentaram a proposta aos donos e estes aceitaram participar. Aqui, é notória a importância dessa comunicação para com a sociedade, no sentido de

ofertar oportunidade e conhecer mais a comunidade, ao mesmo tempo em que faz a junção da teoria com a prática, através dos projetos de extensão.

Quanto à motivação que levou a participar do projeto, podem ser percebidas duas linhas distintas, considerando o fato da localidade dos estabelecimentos e também a experiência de cada uma: uma foi com intensão de adquirir conhecimento, pois estava começando no ramo da panificação, conforme relato do Proprietário 1: "(...) foi o interesse em somar valores, pois éramos novos no mercado de panificadoras, e termos conosco um grupo de estudantes da faculdade querendo nos ajudar a somar valores, nos interessou participar do projeto".

A outra linha justifica-se pelo intuito dos proprietários em colaborar, além da esperança de o projeto acrescentar conhecimentos, conforme mencionou o Proprietário 2.

Ambos os Proprietários tiveram a percepção que o projeto conseguiu atender aquilo que se propôs perante a visão deles, e também como sociedade. Afirmaram que participaram de todas as atividades desenvolvidas pelo projeto.

Observa-se a importância do diálogo entre sociedade e a instituição, no sentido de estreitar os laços e uma ter o conhecimento sobre a outra, para que uma possa expor suas necessidades, e que a outra possa estar ofertando algo para que possa lhe atender.

#### 4.2.2.3 Os Impactos na realidade da comunidade

Sendo a extensão a materialização do ensino e da pesquisa para com a sociedade, foi questionado aos entrevistados sobre o projeto ter conseguido atender algumas demandas que realmente existiam na localidade. Segundo o Proprietário 2, menciona "acho que não...". Já o Proprietário 1, menciona que sim.

Com certeza atendeu sim, porque nós éramos na época a única panificadora, e eles nos abriram os olhos para atender a comunidade carente de panificadora e com isso ajudou bastante nesse sentido aí. (...) o projeto também ensinou sobre armazenamento dos produtos, sobre os produtos que têm mais saída, os produtos que agregam venda no mercado. Nessa parte aí atendeu bastante. (...), pois estava bem carente de produtos que comprava de um dia pra o outro, vencidos... Então eles nos abriram os olhos nesse sentido aí, e nos ajudou bastante. E o projeto atendeu todas as idades, pois oferecer produtos de qualidade não é só pra um, mas sim para todos (Proprietário 1).

Com isso, a importância em se conseguir identificar uma necessidade/problema para estar sendo proposto algo que seja capaz de proporcionar melhorias dos beneficiários dos projetos, e conseguir aproximar mais o aluno da realidade ao seu redor, tendo que se deparar com problemas e situações reais as quais fazem parte do dia a dia.

Em ambas as empresas, os proprietários tiveram a percepção da contribuição do projeto para seu comércio, desde a adequação das vestimentas dos colaboradores, até a importância em se produzir os produtos com maior qualidade e durabilidade, além do armazenamento dos produtos, orientações em questões estruturais e até mesmo noções empresariais, dentre outros. Percebe-se que nesse projeto, mesmo com a percepção do coordenador de que não conseguiu finalizar o projeto, pelo ponto de vista de ambos os entrevistados, houve contribuições.

Foi perguntado aos donos dos comércios se eles participariam de outros projetos. Segundo o Proprietário 2, ele não participaria, pois disse que não é algo rotineiro deixar que outras pessoas entrem em certas áreas do comércio, principalmente na área de produção. Mais uma vez, ressalta-se a importância em se divulgar o que é a extensão e qual o seu propósito, para que, assim, seja algo aceito. Já o Proprietário 1, fala que participaria de outros projetos, e, acrescenta, ainda, sobre as mudanças na visão do seu comércio com relação a comunidade.

Sim. Com certeza. Pois abriu nossa visão. Hoje nós participamos de outro projeto aqui na nossa comunidade, o "Terra Nossa", que é o time de futebol das crianças em três faixa etária. A maioria dos projetos que existem ou existiam no bairro, estamos sempre presentes. Participamos como patrocinadores e também ajudando pessoalmente, com a mão na obra junto com eles. Então o projeto abriu nossa visão empresarial no bairro. E até hoje a gente tenta ajudar a comunidade nessa parte aí (Proprietário 1).

Com isso, vemos a importância de a extensão ser levada, principalmente, as classes populares, no sentido de conseguir proporcionar a transformação social. A mudança que aconteceu na padaria, refletiu ao redor e fez com que as pessoas mudassem sua percepção, tendo maior visibilidade sobre a realidade e a importância em se mudar, para transformar o seu redor.

Segundo a percepção do Proprietário 1, sobre a importância dos projetos na comunidade, relata como algo que agrega e potencializa o desenvolvimento, principalmente dos médios e pequenos empreendedores locais.

Eu creio que assim como a gente veio para esse mercado de panificadora sem conhecimento, muito também que estão no mercado hoje, não tem esse conhecimento. Então se houvesse mais projetos desse com grupo que venha agregar a nós, sugestões empresariais, isso abre nossa mente de uma tal maneira... pois o IFF vem com alto conhecimento não só como empresário, mas no ramo de panificadora. Isso deu uma visão empresarial a gente que vocês não têm noção! Pois eles vêm com uma disponibilidade incrível para nos ajudar a crescer. Então eu creio que se tivesse mais projeto desse aqui em Bom Jesus, muitos que trabalham no ramo de panificadora, padaria... a mente deles ia abrir de tal maneira, que seria de grande valor agregado. Se tivesse mais projetos em Bom Jesus, seria ótimo, com certeza (Proprietário 1).

Com isso, percebe-se o reconhecimento da comunidade envolvida, que recebeu o projeto, apontando melhorias sociais e econômicas, conseguindo reproduzir na sociedade a cultura de interagir e colaborar. Ao mesmo tempo, percebe-se que existe uma carência maior em atender as classes populares, visto que nelas se encontram os maiores problemas, os menores recursos e uma maior quantidade de beneficiários, os quais irão receber o reflexo de tais transformações. Nesses casos, os pequenos empresários, muitas das vezes só contam com o apoio do Estado, e não conseguem andar sozinhos por muito tempo. Nem sempre o auxílio chega até eles a tempo. Nesse ponto, entra a extensão para auxiliar essa classe. Não que seja sua função fazer o que é dever do Estado, mas exerce sua função social, devolvendo para a sociedade o que é produzido.

#### 4.2.3 A visão dos discentes nos projetos de extensão

##### 4.2.3.1 Participação e Formação

Segundo o relato da aluna, que na época cursava a graduação em Ciências e Tecnologias de Alimentos, foi importante a participação no projeto, pois sempre teve interesse em atuar na área de fiscalização, e com isso viu uma oportunidade em aumentar o aprendizado na parte prática.

Com relação à participação no projeto, a aluna avalia de forma positiva, haja vista os ganhos no campo da aplicabilidade do conhecimento adquirido em sala de aula.

A gente percebe no final da graduação que é bom pra coisas futuras que a gente vai fazer. Conta como pontos obviamente, pela questão de participar. Foi em uma área que eu me interessava, que era a área de legislação. Pois como cientista de alimentos que a gente se forma lá no IFF, o curso oferece várias áreas para atuação. Tem a área acadêmica, profissional.... A gente pode fazer muita coisa. Foi uma oportunidade de mais ou menos de ver como essa parte funcionava. De colocar em prática aquilo que a gente via na sala de aula. Às vezes aquilo que a gente estuda é meio abstrato. Me ajudou também em questão de desenvoltura (Aluna do Projeto 1).

Percebe-se que o conhecimento adquirido foi colocado em prática pelos alunos, que receberam a oportunidade de vivenciar a realidade não conhecida dentro da sala de aula. Isso faz com que o profissional que está sendo formado, já comece a conhecer o campo de trabalho, antes mesmo de se formar. O aprendizado ganha um maior significado, no sentido de permitir um maior conhecimento na área de atuação, despertando um maior interesse. Tanto, que a aluna deu sequência na área de alimentos, cursando um mestrado.

Foi perguntado à aluna sobre a importância do projeto no desempenho profissional.

Profissionalmente, o aprendizado de saber chegar até a pessoa e conversar de modo que entendesse que não estava impondo nada a eles ou que ia fazer mal a eles; trabalhar com outra pessoa; pude perceber mesmo a aplicação na prática da teoria aprendida na sala. Na teoria a gente acha que tem que ser uma coisa muito elaborada ou que vai ser muito difícil (...), e muitas vezes, não é. O projeto mostrou isso. Até na questão de desenvolver escrita e leitura. Porque tem que escrever o artigo depois. O resumo para os congressos. Tem que dar um retorno para instituição. E também na questão de pessoal de ter que falar com eles, de ter que apresentar o trabalho... ajudou muito (Aluna do Projeto 1).

Essas habilidades adquiridas, as quais são mencionadas pela aluna, faz com que os profissionais já cheguem ao mercado com uma visão concreta da realidade, estando melhor preparados.

#### 4.2.3.2 Avaliação e Percepções

Com relação a viabilidade do projeto na comunidade, segundo a percepção da aluna, mencionou que algumas padarias se mostraram interessadas em aprender, pelo fato de que não recebiam ninguém para dar orientações de como fazer.

Então eu via essa carência por parte deles que precisavam saber de algumas coisas. As dúvidas que eles perguntavam a gente conseguiu suprir. E a gente conseguiu levar para eles o que eles não sabiam (Aluna do Projeto 1).

Não se sabe ao certo se é pelo fato de se tratar de uma cidade pequena no interior que esse tipo de apoio às pequenas empresas é escasso, conforme relatos dos comerciantes. Os alunos conseguiram ter essa percepção da falta de orientação, não apenas de orientação sobre as boas práticas de fabricação, como também sobre os projetos de extensão. Um dos fatos mencionados pela aluna, o qual retrata a falta de conhecimento sobre a extensão, pode ser percebido na dificuldade em ser recebida pelas panificadoras.

Não sei se é porque eles não tem muito conhecimento de que coisas desse tipo acontecem no IFF... Porque em cidades universitárias isso (extensão) é mais disseminado inclusive. Falta a população ter mais conhecimento desses projetos de extensão (Aluna do Projeto 1).

Essa experiência da aluna relacionada à falta de compreensão da população quanto ao que é a extensão, e quais são seus propósitos, também se repetiu em outro projeto de extensão que ela participou posteriormente. Nesse outro, houve também resistência para permitir a entrada dos alunos nos locais, sendo algo que precisa ser mais divulgado, para tal resistência ser superada.

Outra observação da aluna foi quanto ao fato de não apenas mostrar os comerciantes o que não estava de acordo com as boas práticas, mas de dar o retorno sobre instrumentalizar a forma correta. Assim, entende-se que essa é a percepção dos futuros profissionais que atuarão no mercado, já tendo a chance de observar e vivenciar

as dificuldades da sua área de atuação, além de terem a oportunidade de levarem para a comunidade o ensino e a pesquisa, através da extensão.

### **4.3 Projeto 2: Avaliação das boas práticas de fabricação de derivados lácteos em agroindústrias familiares do município de Guaçuí-ES**

Esse projeto foi desenvolvido em propriedades rurais processadoras de derivados lácteos, formais e não formais do município de Guaçuí-ES. Teve como foco a identificação dessas propriedades rurais, a caracterização do perfil do produtor, o registro de dados para controle sanitário dos animais de produção leiteira, a aplicação de questionário e aplicação de *checklist* para caracterizar o processo produtivo. Tais procedimentos permitiriam fazer uma avaliação preliminar das condições higiênico-sanitárias dos estabelecimentos de produção envolvidos no trabalho, bem como a avaliação das Boas Práticas Agropecuárias (BPA) na obtenção do leite e Boas Práticas de Fabricação (BPF) dos produtos lácteos, considerando as etapas relativas à cadeia produtiva do leite, atribuindo qualidade higiênica e sanitária aos produtos elaborados. (Portal do IFFluminense)<sup>15</sup>.

#### 4.3.1 O projeto de extensão pela perspectiva do Coordenador

##### 4.3.1.1 Construindo o projeto

A motivação em elaborar a proposta do projeto e desenvolvê-lo, foi com base em algumas experiências passadas do coordenador, o qual mencionou que possui uma linha de pesquisa de extensão própria, oriunda de outros projetos.

Todo pesquisador já tem um perfil, uma característica. E eu gosto muito de trabalhar com propriedades rurais, de melhoria da condição higiênica do leite, boas práticas de fabricação de derivados lácteos que é um dos objetivos principais desse projeto (Coordenador – Projeto 2).

---

<sup>15</sup> Segundo informação do portal do IFFluminense. Disponível em: <https://portal1.iff.edu.br/extensao-e-cultura/projetos-de-extensao/projetos-na-area-de-tecnologia-e-producao>. Acesso em: 28 jun. 2020.

Segundo o coordenador, esse projeto faz parte do histórico de muitos projetos já implantados em outras localidades próximas, no estado do Espírito Santo, como Alegre, Bom Jesus do Norte, Apiacá, São José do Calçado e Jerônimo Monteiro. Sendo a aluna participante do projeto residente em Guaçuí, foi implantado também lá, dando sequência a algo que já existia na região, porém em outras localidades, abrangendo aqueles que já produziam alguns produtos e não aqueles que apenas tiravam o leite. Relatou que a forma de atuação desse projeto foi por meio de visitas realizadas pela aluna nas propriedades.

Foi feita uma visita nas propriedades, uma conversa direta com os proprietários sobre essas boas práticas e já fazia toda a orientação de assessoria técnica para eles. Não chegou a ser montado o curso. Já ia é nas casas. Por problema de logística dela e do proprietário, marcava o dia e a hora, ia até a propriedade dele e fazia assessoria. Pegava o fluxograma dele e apontava o que tinha de ser feito em determinada etapa (Coordenador – Projeto 2).

Ele ainda relatou que o intuito do projeto foi de prestar orientação com relação as boas práticas de fabricação e higiene, mas sempre respeitando e identificando as vocações regionais de cada localidade, de modo a preservá-las. Pelo fato do coordenador, por sua vez, se identificar em trabalhar com a qualidade do leite em propriedades rurais, proporcionou aos moradores a oportunidade de conseguir também a certificação do selo arte<sup>16</sup> dos produtos fabricados por eles.

#### 4.3.1.2 Territórios e redes: tecendo conhecimentos

O projeto teve sua implantação na zona rural do município de Guaçuí, localizada no interior do estado do Espírito Santo, onde se concentra grande número de pequenos produtores de leite. Com isso, abrangeu um público típico da linha de pesquisa do coordenador, que é sobre práticas de fabricação de derivados lácteos. O objetivo do projeto era de contribuir para que os produtores adquirissem boas práticas, aumentando

---

<sup>16</sup> É um certificado que assegura que o produto alimentício de origem animal foi elaborado de forma artesanal, com receita e processo que possuem características tradicionais, regionais ou culturais. A adoção de boas práticas agropecuárias e de fabricação por parte dos produtores artesanais, além do cumprimento dos requisitos sanitários estabelecidos e inspecionados pelo poder público, garantem a identidade, a qualidade e a segurança do produto. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/producao-animal/selo-arte/publicacoes/SELOARTEv2.pdf>. Acesso em: 22 maio 2021.

a qualidade dos seus produtos, e conseqüentemente aumentar as vendas, buscando a todo o momento valorizar e resguardar a importância da cultura local, vislumbrando a interlocução e um nicho de mercado potencializado.

O que é mais importante que seja ressaltado é sempre respeitar as características da região que faz aquele produto. A gente não quer desrespeitar isso. Acompanhar como eles faziam e introduzir algumas noções de boas práticas, alguma noção de higiene dentro do próprio sistema deles de produção, sem eles precisarem modificar grandes coisas. (...) sempre respeitar e principalmente identificar as vocações regionais de cada localidade e preservar isso (Coordenador – Projeto 2).

Destaca-se aqui dois pontos importantes: a importância em poder apresentar aos alunos esse modo de fabricação dos produtos, praticados por pequenos produtores, existente há tanto tempo, que sobrevive e se mantém da forma tradicional, com base em informações passadas de geração para geração. É algo que vem sendo construído à medida que vem existindo ao longo do tempo, tendo todo um histórico familiar. Outro ponto é, ao mesmo tempo, conseguir levar até essas famílias uma oportunidade de melhoria da produção, com pequenos ajustes no sistema produtivo, utilizando-se da tecnologia.

Segundo o coordenador, de acordo com sua experiência, nem todos os pequenos produtores acreditam, e por isso, não seguem o que é proposto nos projetos. A introdução de novos saberes é sempre uma das maiores dificuldades encontradas em todos os projetos, não de modo incondicional ou hierárquico, mas de modo complementar, enriquecendo os saberes culturais já existentes nesses territórios rurais.

A maior dificuldade que o meio técnico pode ter no campo é quebrar paradigmas. E isso é notório.... e a situação configura de pai para filho, de avô que sempre ter feito desse jeito... então é aquele tradicionalismo, empirismo que não tem aplicação tecnológica (Coordenador – Projeto 2).

A comunidade da zona rural é, na maioria das vezes, muito receptiva e acolhedora. Mas segundo a percepção do coordenador, quando se trata de propor mudanças, existe uma resistência em aceitar o novo, devido às barreiras impostas pelo tradicionalismo (compreendido pelo pesquisador como a permanência de paradigmas nos contornos da sociabilidade rural), que dificultam a incorporação tecnológica.

(...) o problema maior do pequeno produtor é esse tradicionalismo, que é essa barreira dos paradigmas e a mão de obra escassa, falta de tecnologia... por medo as vezes de investir em algo que ele desconhece, e perder dinheiro e não conseguir retorno, ele acaba ficando ultrapassado e fica a margem do processo. Se ele tem falta de mão de obra, e o cara que não aceita opinião, que só faz daquele jeito, não tem como investir em tecnologia na terra dele (Coordenador – Projeto 2).

O coordenador menciona que essa postura é bem comum no interior, pois ficam inseguros e desconfiados, preferindo seguir o modo tradicional que já conhecem.

Quanto à percepção da comunidade envolvida sobre esse projeto, o coordenador informou que não teve mais contato com nenhum dos participantes. Mas que em visita posterior a essa localidade, através de conversas e conhecendo mais a comunidade, percebeu que em média, apenas 20 por cento acataria as orientações, hipoteticamente falando, e atribuiu isso a questão dos paradigmas culturais.

Com base nessa percepção do coordenador com relação ao projeto, é possível identificar que existe uma grande importância em conseguir fazer o pequeno produtor ter confiança na instituição, e vê-la como parceira. Deve-se haver uma forma de fazer com que entendam que existe essa proposta de apoio para eles. Deve-se cultivar uma confiança que ainda não existe por parte deles, fazendo com que compreendam o comprometimento da instituição com as partes menos favorecidas, através principalmente da extensão.

Segundo o coordenador, quanto às parcerias, ele menciona que estas também foram fortalecidas, criando um vínculo mais intenso entre os produtos na comunidade da zona rural. As vendas saíram da comunidade, ganharam as feiras municipais e estão se expandindo, pois os produtos adquirem uma maior qualidade e acabam despertando o interesse do público num mercado mais amplo. Sendo também o município em questão, cidade do interior, foi muito viável a implantação desse projeto na região, que interagiu com uma das principais atividades da localidade, que é a produção de leite pela agricultura familiar. Até então, não havia esse tipo de orientação aos pequenos produtores da região.

#### 4.3.1.3 Ações desenvolvidas e a Participação

As dificuldades do projeto assentam-se na aceitação das orientações que vislumbram as “boas práticas”. Essa aceitação também se impõe frente à autocrítica necessária ao considerar as “boas práticas”, ou seja, necessidade de valorização dos conhecimentos que estão sob a tutela do tradicional e a vinculação do novo, que não potencialize pontos de atritos ou negação. A postura do “levar conhecimento novo, negando o existente” pode gerar hierarquias de saber e afastar os sujeitos da ação, pois não é apenas chegar até o pequeno produtor e falar sobre algo da tecnologia, propor mudanças e passar as orientações. É algo que demanda um tempo maior. Portanto, o primeiro passo é observar como é a comunidade, ter um diálogo, e tentar perceber a necessidade dela. Devido a sua experiência nessa linha de pesquisa, o coordenador menciona que a situação do pequeno produtor no Brasil é algo semelhante em todo o território.

(...) a situação do pequeno produtor no Brasil de um modo geral ela é amplamente conhecida. Ele vive em situação difícil e muitas das vezes à margem de falta de qualquer assistência técnica. Não que os governos, seja ele municipal, estadual ou federal, deixem de atender. Não é isso. (...) a gente vê muita ação, mas o que eu vejo o que eu pude perceber e identifiquei como um diagnóstico de situação, assim foi a primeira impressão que eu falei... Tem que fazer um diagnóstico para receber a disposição da pessoa em te receber pra ver se realmente ela quer sua ajuda. Ou ele vai te apresentar um problema ou você vai identificar um problema (Coordenador – Projeto 2).

Embora tenha experiência com trabalhos anteriores sobre o pequeno produtor de leite, ele reconhece que existe a necessidade de ter essa prévia nas localidades antes de propor melhorias, através da implantação dos projetos.

Nesse projeto em específico, a aluna que participou, sendo moradora na cidade de Guaçuí, onde foi implantado o projeto, já tinha feito previamente o levantamento de todos os pequenos produtores da localidade. Então, de certa forma, houve um levantamento quantitativo sobre essas famílias com características típicas da agricultura familiar. No entanto, não se pode considerar que esse tenha sido um estudo ou pesquisa para saber qual a opinião das demandas da região a serem atendidas. Pode-se considerar que pelo conhecimento do coordenador, em estudos anteriores, foi viável, no

sentido de ser algo próximo, dentro daquilo que fora visto anteriormente em outras regiões com as mesmas características.

O coordenador avalia que a inexistência de políticas sociais mais incisivas, próximas à realidade rural, vem provocando um aprofundamento das carências socioeconômicas percebidas. Para ele, uma rede de políticas sociais poderá minimizar os níveis de carências, e com isso confiar no que está sendo ofertado, assegurando um retorno para os pequenos produtores de base familiar das ações propostas. Acrescenta, ainda, sobre o papel da extensão, que ensina, aprende e trabalha em favor da comunidade.

É a extensão tem esse verdadeiro papel de levar esse conhecimento, trazer o que eles têm para nós, para a nossa realidade. Para que a gente, dentro da realidade deles, conhecendo a realidade deles, trabalhar em favor” (Coordenador - Projeto 2).

Essa realidade da comunidade é algo que tem que sempre ser estudado, analisado e revisto. Em virtude das mudanças que sempre acontecem em todos os lugares, e embora se mostrem mais amplas e dinâmicas na zona urbana, ela também acontece na zona rural. Com isso a importância em se conhecer suas demandas para melhor atender, dentro daquilo que realmente é necessário. Para que também seja ofertado aos alunos que estão se formando um aprendizado real, para entender e vivenciar essas mudanças, fazendo com que consigam atender tais necessidades à medida que vão acontecendo. Daí a importância em se atualizar.

Foram feitos alguns apontamentos pelo coordenador, no sentido de propor melhorias para as atividades da extensão, com relação ao tempo, acompanhamento e divulgação. O tempo para uma aproximação do pequeno produtor é pequena, porque antes de tudo é necessário um período para sensibilizá-los; percebe a necessidade de acompanhamento, e sugere que haja retorno a localidade, independente do resultado do projeto; além de uma maior divulgação dos resultados dos projetos, para que as pessoas fiquem sabendo o que está sendo desenvolvido e possa interagir e participar, através do portal do IFFluminense. Acrescenta, ainda, que mais importante que a iniciativa é o resultado.

Com base nesse apontamento, percebe-se a importância de se averiguar os impactos dos projetos nas comunidades. Dessa forma, é necessário contribuir para que seja possível identificar como tem sido realizada as atividades de extensão, quais têm sido seus reflexos dentro das comunidades onde tem disso implantadas, fazendo os ajustes necessários e propondo melhorias.

#### 4.3.2 A Comunidade: onde o ensino e a pesquisa se concretizam

##### 4.3.2.1 Perfil da população beneficiada com os projetos

O público abrangido pelo projeto foram membros das famílias que trabalham com a agroindústria familiar, nas comunidades da zona rural do município de Guaçuí, como Córrego das Pedras, Comunidade de Nossa Senhora Aparecida, dentre outros. Em média, têm idade superior aos quarenta anos, e ensino fundamental incompleto. São pessoas que anteriormente trabalhavam como lavradores nessas localidades, e alguns já tinham uma pequena produção de produtos derivados do leite, mas não tinham recebido nenhum treinamento anterior sobre boas práticas de fabricação de produtos produzidos por eles. Ao todo, o projeto abrangeu seis agroindústrias familiares, sendo três formais, legalizadas com serviço de inspeção municipal e três informais.

##### 4.3.2.2 A Participação social

Segundo a beneficiária do projeto entrevistada dessa comunidade, ficou sabendo sobre o projeto na igreja da localidade, e foi motivada a participar pelo fato de que já trabalhava com a produção de queijo e vislumbrou uma oportunidade de ampliar ainda mais o seu conhecimento. Relatou também, sobre manter a forma de produção orgânica que já vinha utilizando desde muito tempo.

Porque quero uma coisa bem caseira. Meus produtos não têm nada de conservas. É tudo feito assim como o meu pai fazia antigamente. É tudo natural, não tenho nada de conservantes nas minhas coisas. A maioria das coisas também, alguém me passou, eu fui colocando na prática do meu jeito de fazer e do meu jeito de fabricar também (Beneficiária do Projeto 2).

Com relação à importância do projeto para a vida da entrevistada, relatou que conseguiu atender aquilo que se propôs, no sentido de levar conhecimento para as pessoas. Mencionou que com o projeto conseguiu aumentar sua produção de queijo. E com a pasteurização melhorou muito a qualidade do queijo.

Com isso, conseguiram ver a melhoria que foi proporcionada através do projeto. O fato de aumentar a qualidade e a produção reflete na expansão dos negócios, o que, conseqüentemente, aumentou a renda da família, permitindo uma melhor condição financeira.

Para mim foi muito importante porque eu consegui manter minhas filhas na faculdade. Porque mesmo elas fazendo pela federal todas três, tenho que manter o aluguel e comida delas. E eu consegui graças a Deus. (...) nossa vida mudou depois que eu fiz o curso (Beneficiária do Projeto 2).

Com a percepção da beneficiária do projeto mencionada acima, percebe-se a importância econômica que esse projeto proporcionou para essa família.

Com relação à contribuição social, o fato de ser feito conforme o ensinado, sendo constatado por eles que funciona, o processo passa a ser padrão. Isto é, deixa de ser feito da forma antiga, e adota esse novo modo, adaptado ao que já era feito, sendo abraçado como a forma adequada a ser realizada. Nesse processo, pode-se perceber a articulação da teoria com a prática. “Não consigo mais fazer queijo sem pasteurizar. Pode ser uma pequena quantidade que eu tenho que pasteurizar. A qualidade do queijo melhorou muito, recebo muitos elogios sobre todos os meus queijos” (Beneficiária do Projeto 2). Percebe-se o retorno do reconhecimento pelo produto fabricado, que melhora a autoestima e contribui muito como motivação para continuidade no modo de fabricação.

#### 4.3.2.3 Os Impactos na realidade da comunidade

O projeto contou com a parceria do Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (INCAPER), que atuava de modo incisivo na dinamização do projeto. Essa parceria foi importante, pois a INCAPER, por sua própria natureza institucional, atuava de modo mais próximo as demandas da comunidade, pois muitas

das vezes, a universidade não consegue fazer tal observação. Por outro lado, demonstra a importância em estar presente e mais próximo da comunidade, para que, assim, seja possível criar esse diálogo, conhecer a localidade e as pessoas, conseguindo perceber suas necessidades e oportunidades.

Embora a zona rural do município de Guaçuí tenha muitos pequenos produtores de leite, através do relato da beneficiária, percebe-se os impactos social e econômico do projeto nessa família, proporcionado o aumento da produção depois de seguir as orientações.

Eu já fazia queijo na época que era pouca coisa, mas eu produzia alguma coisa. Trabalhei um tempo na roça com meu marido e ele começou a mexer com boi tirando leite e eu comecei a fazer queijo. Comecei fazendo 2 queijos por dia. Quando eu cheguei a fazer a obra aqui em casa de pasteurizar o leite e fazer tudo corretamente como era para fazer, eu fazia uns 16 queijos por dia só. Hoje eu faço 50. Hoje eu produzo muita coisa. Produzo requeijão massa cozida, queijo frescal, queijo ricota, manteiga, mas tudo pouco. Porque quero uma coisa bem caseira (Beneficiária do Projeto 2).

Importante ressaltar, também, a preocupação do produtor em manter a cultura do modo de fabricação, dando sequência a uma história do cultivo familiar, que foi passado de geração para geração. A cada uma delas é acrescentado um pouco mais da própria identidade da pessoa, mas resguardando a origem. Essa localidade é responsável por grande parte de produtos produzidos pelas agroindústrias familiares da região.

Segundo a beneficiária, nem todos que participaram do projeto colocaram em prática o que foi passado, mas tem a convicção de que o aprendizado também seria válido para a região, se seguissem.

Para mim foi muito bom! E eu acho que as pessoas que não fizeram como eu fiz, se elas tivessem feito como eu fiz, para o nosso município teria sido muito melhor. Mas a maioria não quis fazer. (...) quem ficou realmente fazendo queijo por aqui são três pessoas depois do curso. (...) Aqui na região já está abrindo mais fábricas iguais a minha. Já tem mais fábricas por perto. Só não sei se eles fizeram cursos, mas tem bastante fábrica familiar na nossa região (Beneficiária do Projeto 2).

O fato de estar abrindo mais fábricas na localidade, pode, de alguma forma, ter sido influenciado pela decisão dessas três pessoas de seguir os ensinamentos do projeto, os quais conseguiram obter um melhor resultado para seus produtos. Com isso, houve o

despertar de interesse de outros produtores locais em se investir na produção, e em produzir dentro do que foi ensinado, seguindo as boas práticas de fabricação, em que agrega mais valor à produção e permite expandir seus negócios, de acordo com as exigências legais.

Observa-se que esse projeto de extensão é uma oportunidade para quem tem o interesse de dinamizar seus negócios com a incorporação de novas técnicas produtivas, e, com isso, conseguir um avanço que traz benefícios, não só para o pequeno produtor, mas também para os consumidores locais, para o município como um todo, e também para toda a região.

É a extensão conseguindo proporcionar a transformação social e econômica, dando oportunidade para essas famílias aumentarem sua renda, e, conseqüentemente, ter uma vida melhor e mais digna. Permite também, que a instituição de ensino esteja cumprindo seu papel social de levar o conhecimento produzido para a sociedade de modo compartilhado e dialógico.

#### 4.3.3 A visão dos discentes nos projetos de extensão

##### 4.3.3.1 Participação e Formação

Esse projeto contou com apenas uma aluna do Curso de Tecnologia de Alimentos, que na época do projeto, trabalhava na Secretaria de Agricultura do município de Guaçuí. Segundo relatos da aluna, ela já trabalhava com os pequenos produtores de agroindústria, e já conhecia todo o trabalho deles. Tal fato a motivou a fazer o projeto que estava dentro de sua área de atuação, pois também tinha formação como Técnica Agrícola, pelo IFFluminense campus Bom Jesus do Itabapoana. Como ela já trabalhava com esse grupo, resolveu aplicar o projeto nessas agroindústrias.

A aluna menciona que a participação no projeto teve grande importância para sua vida profissional.

Ajudou a aprender muito com eles também. Porque às vezes a gente tá lá no curso superior e aprende tanta teoria e a prática mesmo a gente não aprende. E com eles eu pude acompanhar a rotina deles, todo o processo direitinho, para

estar colaborando com eles. E eles me ajudando na minha vida profissional. E ver o quanto às vezes tem uma deficiência técnica em relação a eles e falta um pouco mais de assistência técnica (Aluna do Projeto 2).

Pode-se perceber o comprometimento em dar ao aluno a oportunidade de vivenciar o contato com a parte prática do ensino, pois somente nessa “sala de aula” que acontecerá o aprendizado da parte prática, como ela realmente ocorre.

Segundo a aluna, ela participou assiduamente e diretamente do projeto, pois tinha contato direto e contínuo com as famílias. Acrescentou que esse contato foi muito bom, pois eles a ajudaram profissionalmente, agregando valor a profissão dela, com aprendizado de pequenas técnicas que eles utilizavam também.

A gente vai com o intuito de colocar em prática tudo aquilo que a gente aprendeu, só que na verdade a gente acaba aprendendo mais com eles do que colocando em prática. Nesse compartilhamento de informações a gente aprende muito com eles (Aluna do Projeto 2).

A aluna mencionou sobre haver deficiência técnica em relação aos pequenos produtores na região. Essa percepção demonstrar a importância em se ter na formação do estudante esse tipo de experiência, de contato direto com a comunidade, pois os alunos, além de fazerem parte dela como cidadãos, são futuros profissionais. Com isso, conseguem ter a consciência de algumas necessidades da sociedade, de forma antecipada, a ponto de, quando se formarem, terem uma visão mais consciente do território, por já haver essa experiência na identificação do problema previamente. Dessa forma, conseguem buscar soluções mais eficazes.

A aluna relatou que fez o acompanhamento de todo o processo de fabricação, e pode conhecer todas as dificuldades existentes, o que agregou muito profissionalmente para ela. Os produtores, por sua vez, tiveram o olhar de uma pessoa de fora, o que fez toda a diferença, pois, segundo a aluna, foram feitas várias observações técnicas durante o acompanhamento da rotina. Ela aprendeu várias técnicas utilizadas pelos pequenos produtores, que a teoria não ensinou.

Quanto a forma de abordagem feita aos membros das agroindústrias que não são legalizadas, a aluna relatou a importância em saber se comunicar com as informais, no

sentido de mostrar que não existe pretensão de mudar nada e nem de exigir a legalização.

Eu cheguei e apliquei todo o checklist, conversamos, ponderamos o que seria certo e o que seria errado e aí deixei a proposta. Não cheguei com aquela forma de querer mudar tudo e querer fazer acontecer. É importante respeitar a cultura deles (Aluna do Projeto 2).

De acordo com a percepção da aluna sobre o modo de se aproximar dos pequenos produtores, pode-se perceber a importância em demonstrar que não há interesse em impor algo. Mesmo que o produtor esteja fazendo de modo informal, não é função da instituição se portar de forma impositiva, muito menos coercitiva. Isso tem que ser demonstrado nos primeiros contatos, pois existe uma necessidade de sentir confiança e segurança por parte da comunidade em relação à universidade. A proposta em se fazer da forma correta e dentro da legalidade devem ser apresentadas ao pequeno produtor, mas de forma gradual, à medida que forem conquistando a confiança deles, e que eles forem compreendendo o objetivo da extensão, mas não de forma arbitrária.

Ainda mencionou que é muito importante fazer pesquisa com esses pequenos produtores, pois são muitos na região, e que às vezes ficam um tanto abandonados desse contato direto com a universidade. Avaliou que foi um grande avanço, eles terem chegado aonde chegaram, principalmente os que decidiram se legalizar, pois tiveram que enfrentar bastante burocracia, mas insistiram em se legalizar. Com isso, conseguiram ampliar o seu mercado a partir de então. Daí a importância da pesquisa, a qual tenta contribuir com informações sobre esses impactos sociais e econômicos.

Segundo a percepção da aluna, o projeto auxiliou na questão do turismo rural; proporcionou uma maior visibilidade da agricultura familiar no município, e também proporcionou maior credibilidade para os consumidores em adquirir os produtos fabricados pelos beneficiários do projeto.

Com isso, percebe-se a contribuição desse trabalho feito pela aluna, sob a orientação do coordenador do projeto, e como foram importantes os resultados dele na região. Nesse caso em específico, foi apenas uma aluna que trabalhou com o projeto e não recebeu bolsa, utilizando as informações do projeto para desenvolver a monografia do curso.

#### **4.4 Projeto 3: Transferência de tecnologia agro sustentável para agricultura familiar da comunidade de serrinha município de Bom Jesus do Itabapoana – RJ**

O projeto foi desenvolvido com produtores agrícolas do distrito da Serrinha, em Bom Jesus do Itabapoana. Sendo a agropecuária na região Noroeste Fluminense caracterizada pelos baixos índices de produtividades das lavouras agrícolas e pela falta de alternativa de produção, tanto em Bom Jesus do Itabapoana, em todo Norte e Noroeste Fluminense, o consumo de produtos agrícolas são importado de outras regiões. O projeto contou com o emprego de diversas técnicas de cultivo voltadas para o bom uso do solo, manejo adequado da nutrição mineral, irrigação, controle de pragas e doenças, podas de formação, condução e frutificação, colheita, processamento de frutos e comercialização considerados essenciais para o retorno econômico dessas atividades. Teve o intuito de levar essas técnicas que, embora de domínio acadêmico e da assistência técnica, nem sempre são utilizadas em sua plenitude pelos produtores. Com isso, foi oferecido uma alternativa de produção e fonte de renda para os agricultores do vale do Itabapoana, em especial o distrito da Serrinha (PORTAL IFF, 2021).

Contudo, o Projeto foi desenvolvido posteriormente em outras duas localidades da região, onde o Coordenador, juntamente com outro servidor, desenvolveu um novo projeto, mas com a mesma essência inicial de utilizar as técnicas de análise e correção do solo que foi feito no distrito Serrinha. Foram os projetos de “Produção de mudas de café de qualidade para pequenos agricultores”, dando ênfase ao uso de técnicas no cultivo da cultura de café nas localidades da comunidade de Arraial Novo, no distrito de Calheiros, em Bom Jesus do Itabapoana-RJ, e no distrito de Bonsucesso, em Apiacá – ES, segundo o coordenador.

#### **4.5 Projeto 3.1: Produção de mudas de café de qualidade para pequenos agricultores**

O projeto teve como objetivo produzir mudas de café arábica de qualidade para os agricultores familiares da comunidade de Arraial Novo, município de Bom Jesus do Itabapoana – RJ e Apiacá ES (Bom Sucesso), formar profissionais para contribuir no

setor de produção de café, e inserir os estudantes da instituição nas atividades do projeto. Para ambas as comunidades foram planejadas a produção de 30.000 mudas para cada uma. As sementes para a produção das mudas foram obtidas de produtores credenciados ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). As mudas foram produzidas em recipiente adequado, e a semeadura realizada nos recipientes em maio de 2018, com entrega das mudas para transplante aos produtores, previstas para dezembro de 2018 e março de 2019.

O café é considerado uma bebida típica do Brasil, sendo consumida por um terço da população mundial. O Brasil é o maior produtor de cafés do mundo, com 30% a 40% da produção mundial, e também o segundo maior consumidor. A região Noroeste do Rio de Janeiro e Sul Capixaba vem sendo fortemente ocupado pela agricultura cafeeira. Dessa forma, o município de Bom Jesus do Itabapoana e Apiacá tem apresentado importância econômica para os estados na produção do café. Por isso, se observou uma necessidade de produzir mudas de qualidade, e melhorar o acesso do produtor a esse tipo de produto que muito contribui na ampliação da produtividade. O projeto teve o intuito de proporcionar estímulo em melhorar o parque cafeeiro nas regiões desses estados, de modo que o produtor rural pudesse adquirir mudas de qualidade, e, conseqüentemente, melhorar sua renda econômica.<sup>17</sup>

O projeto implantado na localidade da comunidade de Arraial Novo, no distrito de Calheiros, em Bom Jesus do Itabapoana – RJ, teve como foco a produção de mudas de café de qualidade para os pequenos produtores, contou com parceria do Instituto Federal Fluminense *Campus* Bom Jesus do Itabapoana, com a Prefeitura de Bom Jesus do Itabapoana e com a Associação de produtores de Arraial Novo, sendo o coordenador do Projeto 3.

Já o projeto implantado na localidade do distrito de Bonsucesso, em Apiacá- ES, também teve como foco a produção de mudas de café de qualidade para pequenos produtores, além de contar com parceria do Instituto Federal Fluminense *Campus* Bom Jesus do Itabapoana e Prefeitura de Apiacá. Sendo que nessa localidade, além da

---

<sup>17</sup> Resumo do projeto, segundo dados do Portal do IFFluminense. <https://portal1.iff.edu.br/nossos-campi/bom-jesus-do-itabapoana/extensao-e-cultura/producao-de-mudas-de-cafe-qualidade-para-pequenos-agricultores>. Acesso em: 10 maio 2020.

produção de mudas de qualidades, foram ensinadas técnicas de colheita de melhor qualidade, onde um grupo de produtores abraçou a ideia e começaram a produzir café de qualidade também na região, além de cultivar as mudas de café de qualidade. Posteriormente, tornou-se um curso FIC (Formação Iniciação Continuada) de cafeicultura, ministrado por servidores do campus Bom Jesus do Itabapoana, segundo o coordenador do Projeto 3.

#### 4.5.1 O projeto de extensão pela perspectiva do Coordenador

##### 4.5.1.1 Construindo o projeto

Segundo o coordenador, esse projeto se iniciou na Serrinha, motivado pelo fato de já haver uma facilidade para ofertar a extensão ao produtor rural, pela própria convivência do coordenador do projeto com a população da zona rural. Ainda, mencionou o fato de se tratar de uma região mais agrícola, composta por inúmeros pequenos produtores rurais, e o campus trabalhar com esse tipo tecnologia desenvolvida na instituição já há alguns anos. Com isso, foi observada a necessidade em oferecer ao pequeno produtor algo para dar oportunidade de mudança, na forma de propor melhorias no cultivo de suas terras.

E aí foram várias vertentes: A análise de solo puxava a questão da correção com calcário, adubação, uma muda de melhor qualidade e assistência no dia a dia, momento a momento, semana a semana ao lado do produtor. (...) o projeto surgiu com o intuito de ajudar, de se aproximar e de atender. Ver tanta fertilidade do solo que existe por aqui, com o Rio Itabapoana cortando a região toda e ser uma localidade utilizada apenas para criação de gado (Coordenador - Projeto 3).

Também acrescentou que foi motivado pela realidade da agricultura familiar presente nas localidades escolhidas para o desenvolvimento do projeto, e por eles não possuírem acesso fácil a novas tecnologias, nem a oportunidade de mudanças para melhorias na sua produtividade.

Percebe-se a extensão sendo a ponte de interação entre a instituição e a comunidade. Mesmo não havendo uma consulta à comunidade sobre suas demandas, pelo simples fato da convivência com os pequenos produtores da região, foi possível

identificar essa carência na zona rural, ainda que não tenha sido feita nenhuma pesquisa ou estudo prévio sobre a demanda apontada pela população. Essa aproximação da instituição com a comunidade é de suma importância, tanto para a formação dos alunos, para que se tornem indivíduos sensíveis para lidar com a realidade ao seu redor, quanto para que a instituição possa estar atendendo a sociedade dentro daquilo que ela demanda.

#### 4.5.1.2 Territórios e redes: tecendo conhecimentos

O projeto foi implantado no interior de um dos distritos do município de Bom Jesus do Itabapoana (Serrinha), onde o coordenador percebeu a viabilidade no sentido de estar auxiliando os pequenos produtores que ali residiam. A Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER-RJ) já desenvolvia ações na região em parceria com a prefeitura municipal, mas sem desdobramentos efetivos na diversificação produtiva. Foi nessas reuniões que foi feita a apresentação do projeto para a população. Dessa forma, podemos observar o comprometimento da extensão com a classe mais empobrecida, ofertando oportunidade, por meio da educação profissional e tecnológica pela instituição.

De acordo com o extensionista, se trata de uma localidade composta por grande número de produtores com pequena porção de terra, mas que desconheciam outras possibilidades de fazer uso do solo, a não ser a de pastagem. Sendo que a região possui terra fértil, mas não tinha as oportunidades de se desenvolver outras atividades.

A realidade dessa localidade onde foi implantado o projeto, relatada pelo coordenador, é que os beneficiários do projeto tinham características de pessoas que priorizava o saber popular.

(...) esses produtores eram pessoas mais fechadas em aceitar essa tecnologia. E por eles estarem de repente com mais idade, eles estavam guardando só o tempo de se aposentar e talvez mudar dali. Eles não iam ficar mais com a terra. (Coordenador - Projeto 3).

Chegaram a participar, mas não houve grande interesse em dar sequência às atividades que foram passadas. Interessante mencionar sobre o interesse em participar ou não dessa parceria entre instituição e comunidade, pois não se sabe ao certo o que

levou esse comportamento por parte dessa comunidade. Entretanto, é importante sempre levar até o conhecimento das pessoas as atividades desenvolvidas pela instituição. Não tem como as pessoas saberem se não é divulgado, isso acaba por deixar insegurança para quem não tem conhecimento do que é feito na instituição e como ela pode auxiliar a comunidade.

Além da localização que *“era uma serra um pouco fora da localidade da Serrinha”* (Coordenador - Projeto 3), que dificultava o acesso da equipe do projeto até essa comunidade, o coordenador mencionou também que teve algumas dificuldades. Os beneficiários não conseguiram avançar, e o projeto seguiu apenas por um tempo, mas não foi concluído. Foi levado para outras localidades.

Eles não conseguiram avançar porque também a gente se esbarrou no ponto negativo, a falta de acesso até a comunidade, como chegar até lá.... talvez a gente tinha que pegar o nosso carro mesmo para poder ir até lá. e faltou esse apoio. Então, nós resolvemos mudar isso para outras regiões, foi Arraial Novo e Bonsucesso. Talvez a facilidade de asfalto, a facilidade de chegar um pouco mais rápido... e esses produtores também serem mais aberto... e isso foi bem aceitável. (Coordenador - Projeto 3).

Mesmo assim, a percepção dele sobre o projeto na comunidade da Serrinha é que foi válido, pois as pessoas acreditaram que estava sendo levada até elas algo importante, e que de alguma forma iria auxiliá-las. Então foi dado outro direcionamento a ideia inicial do projeto que seguiu para outras localidades, porém com a mesma essência. Dessa vez contou com a parceria de outros.

Segundo o coordenador, a essência desse projeto foi implantada em outras duas localidades: Arraial Novo, no distrito de Calheiros, em Bom Jesus do Itabapoana – RJ, e no distrito de Bonsucesso, em Apiacá – ES, com um novo projeto: Produção de mudas de café qualidade para pequenos agricultores. Sendo que, na primeira localidade, o projeto que se iniciava com a análise do solo estava voltado a atender a comunidade com mudas de café de qualidade a um preço acessível. A segunda, que também seguiu a linha da análise de solo e também mudas de café de qualidade, ainda contou com oferta de técnicas de produção de café de qualidade.

O coordenador mencionou que, em ambas as regiões, os projetos eram voltados a dar assistência a pequenos produtores de café. Os dois projetos tiveram uma boa

aceitação da comunidade, pois até então não tinham esse suporte e conseguiram uma oportunidade de melhorar sua produção, utilizando-se da tecnologia oferecida pela instituição. É possível vermos a importância da extensão, no sentido de dar apoio a região, atendendo a comunidade da zona rural que, às vezes, fica um pouco esquecida, não sendo vista, mas que representa tanto como qualquer outra profissão dentro da sociedade, e muita das vezes se veem sozinhos e sem apoio.

De acordo com a fala coordenador, houve uma ampliação de parcerias, onde envolveu prefeituras, instituições do governo (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), ofertou bolsa aos alunos), grandes produtores de café da região, o IFFluminense campus Bom Jesus do Itabapoana e também as próprias comunidades, tudo em prol do desenvolvimento de cada uma das regiões. Relatou que em Bonsucesso, o projeto da muda de café de qualidade, teve uma aceitação tão grande que se transformou em curso de Formação de Iniciação Continuada (FIC) de Cafeicultura. Atualmente, a localidade produz café de 87 pontos de qualidade. “É a oferta de tecnologia, em nível de agricultura familiar, dando respaldo para as famílias crescerem financeiramente em termos de estrutura de serviços, em conhecimento e também em busca de coisas melhores para eles”. (Coordenador do Projeto 3).

Verifica-se a importância de se conhecer a região, os pontos potenciais que podem ser explorados e melhor conseguir auxiliar a população local. Quando faz a junção do ensino e da pesquisa com o saber popular, consegue-se somar os conhecimentos e produzir um melhor resultado. Um apresenta seu conhecimento adquirido de forma prática através do seu trabalho, se educando na prática e garantindo seu sustento. O outro, por sua vez, leva até a sociedade o que foi desenvolvido na pesquisa, por meio do ensino, utilizando-se da extensão para dialogar com a comunidade.

Esse projeto foi algo que potencializou muito a produção de café de qualidade na região, por meio de técnicas e apoio aos pequenos produtores rurais. Com isso, essas comunidades da zona rural obtiveram acesso a um conhecimento tecnológico que, até então, não eram conhecidos, nem utilizados por eles. Em contrapartida, os alunos tiveram a oportunidade de adquirir maior conhecimento profissional, em virtude de já se familiarizar com a realidade antes mesmo de se formar.

#### 4.5.1.3 Ações desenvolvidas e a Participação

Do ponto de vista do coordenador, a maior dificuldade encontrada na realização dos projetos foi em termos de apoio, pois, segundo ele, faltou esse amparo por parte da instituição para estar atendendo a comunidade. Muitas das vezes, faltavam veículos disponíveis para ir às localidades, devido à outra viagem marcada para outras finalidades. Também o fato de não ser possível levar esse produtor a grandes eventos, para fazer parcerias, conhecer outros produtores, divulgar mais os produtos deles, pois eles não podem utilizar carro oficial, em virtude de não serem autorizados para tal. Às vezes, os servidores que arcam com os custos de algumas despesas. Relatou também a questão da divulgação, como sendo pequena. Mesmo assim, com tantas dificuldades, os avanços acontecem, tanto no projeto da Serrinha, como também nos outros, oriundos do desdobramento deste para outras localidades.

Com relação às dificuldades relatadas pelo extensionista, percebe-se que elas estão relacionadas a questão do investimento financeiro, que é considerado por ele, insuficiente para atender as demandas para um melhor desempenho dos projetos e maior ajuda para a comunidade.

Segundo o coordenador, o projeto na localidade de Arraial Novo, ainda conta com viveiro de mudas de café de qualidade que atende vários pequenos produtores de café da região, fornecendo mudas de qualidade a um preço muito acessível. No entanto, essas mudas são ofertadas, após a terra ter sido analisada, e com as correções necessárias para o cultivo. Com isso, é possível se desenvolver produtos de qualidade, com um custo menor, e dar oportunidade ao pequeno produtor de ampliar suas vendas.

Em Bonsucesso, o coordenador menciona que também houve grande avanço em virtude de produção de café de qualidade, que também se deu início com a ideia da análise de solo, e que conseguiram melhorar a qualidade desse produto. Alguns deixaram de ser empregados e estão cultivando o café na própria terra. Alcançaram um patamar de qualidade inovador na região, passando a vender uma saca de café que era vendida a R\$ 250,00 para algo em torno de R\$ 1.500,00. O curso FIC de qualidade de muda de café foi criado mediante o sucesso desse projeto de extensão, segundo informações do coordenador, pois houve grande interesse por parte da sociedade e da

instituição em dar continuidade. Entretanto, apenas alguns dos participantes deram continuidade aos ensinamentos do curso. Esse comportamento é algo comum, pois, muita das vezes, os produtores querem ver o resultado das ações para ter certeza de que funciona. Para isso acontecer, geralmente demanda um tempo.

A gente deveria ter uma base técnica [...] talvez não seja o papel da escola. Mas acredito que sim. Pois estamos formando técnicos com base eu pudesse dar esse apoio, que pudesse dar essa assistência ao produtor. E a escola ainda está um pouco atrasada com relação a isso. Daí a gente tem que sair mais para as comunidades, a gente tem que levar essas informações para o produtor, levar tecnologias. (Coordenador do Projeto 3).

Pode-se observar que a mudança que aconteceu nessas localidades foi pegar o que já existia e propor/oferecer melhorias, mas sem tirar a essência, respeitando a cultura do local. O cultivo do café na localidade dessa região já existe há muitos anos, e a novidade foi na forma de cultivo, e também no modo de processo da colheita e produção do café, que passou a ser de qualidade. Observa-se que faltava esse apoio técnico e tecnológico para os produtores. Não foi feito nada novo, apenas foi aprimorado. Importante ressaltar que não é função da extensão fazer o papel do Estado, tampouco tem recurso para tal ação, mas o comprometimento com a responsabilidade social para com a comunidade está elencado dentre suas razões de existir.

#### 4.5.2 Comunidade: onde o ensino e a pesquisa se concretizam

##### 4.5.2.1 Perfil da população beneficiada com os projetos e o curso FIC

Identifica-se que o perfil da população entrevistada que participou dos projetos e do curso FIC foram indivíduos na faixa de idade entre 37 e 45 anos, com grau de escolaridade, em sua maioria, com nível fundamental, mas também abrangeu indivíduo com escolaridade de nível médio. A maior parte com ocupações características da zona rural, como lavrador e cafeicultor. Quanto ao gênero, houve certa dificuldade em se analisar o percentual de cada um, visto que muitas das vezes, um dos cônjuges participava, mas o conhecimento era levado para casa e passado para o outro, de forma que se pode considerar que ambos participaram. O que não participou presencialmente,

foi para ficar adiantando os trabalhos da família. Não é por opção de participar ou não do projeto e do curso, mas, sim, com intensão de melhor proveito do tempo. O aprendizado era colocado em práticas pelo casal, e algumas vezes pela família inteira, e foram somando as forças, conhecimento e dividindo as tarefas, conforme mencionado pelo Beneficiário 4. Houve caso em que uma parte da família participou do projeto, e outro membro participou do curso FIC, mas, de forma geral, o público masculino teve uma participação maior que o feminino, com um percentual de 62,5%.

Interessante mencionar o quanto essas pessoas aproveitaram essa oportunidade, a ponto de um se dispor a fazer o serviço do outro, para que adquirissem maior conhecimento para suas lavouras de café. Isso faz com que seja visto o interesse em aprender, aproveitando uma oportunidade que até então essa localidade não existia.

#### 4.5.2.2 A Participação social

A participação nos projetos e no curso FIC, em geral foi motivada pela busca por melhorias, para aproveitar a oportunidade de aprendizado que estava sendo proposta. Principalmente na zona rural ainda falta esse apoio mais intenso, e orientação aos pequenos produtores. Como a maioria já trabalhava na área rural, enxergou uma oportunidade de aprimorar seus conhecimentos naquilo que já estavam acostumados a fazer e tirar seu sustento.

Dos participantes entrevistados, todos participaram assiduamente em todas as atividades desenvolvidas durante o período do projeto. Então se percebe o interesse grande, principalmente quando se trata da zona rural, em estar adquirindo conhecimento. Embora a participação tenha sido representativa dentro das comunidades, no que diz respeito à presença nos ensinamentos, nem todos dão sequência. Apenas uma minoria colocou em prática o que foi ensinado, e algumas pessoas que não seguiram o conteúdo passado, muitas das vezes desestimulavam aqueles que queriam seguir, conforme relatou o Beneficiário 4, que “muitos chamou nós de doidos, disso, daquilo... por fazer esse café que dá mais trabalho. Sim, dá mais trabalho, talvez... Mas a renda é lucrativa”.

Com isso, percebe-se que falta também o empenho dos pequenos produtores em dar sequência ao aprendizado, e conseguirem expandir seu negócio para que possam

ter maior representatividade, até mesmo para solicitar recursos dos entes governamentais, também para conseguir mais apoio para a atividade cafeeira da região. No entanto, sabe-se que existem muitas dificuldades em dar sequência aos ensinamentos em alguns projetos.

Embora as informações adquiridas no projeto e no curso sejam muito importantes para melhorar o processo produtivo, tem que haver também o interesse por parte dos produtores, pois, nesse caso, em específico a orientação recebida, incluía o uso de equipamentos, que até então alguns produtores não tinham. Eles tiveram que se adaptar, conforme relata o Beneficiário 2.

O maior desafio é que eu não tinha onde fazer o terreiro suspenso para secar o café, não tinha esteira para pegar o café... faltava os equipamentos. (...) Aí vimos a antena parabólica parada e nosso filho teve a ideia de pegar a antena parabólica para usar como terreiro. Eu peguei o sombrite e coloquei por cima da antena. Colhi o café despolpado e coloquei em cima da antena e isso foi um pé na estrada para quem não tinha onde secar o café e teve uma ideia dessas tão boa. E nós fizemos e depois da antena, não tínhamos ontem despolpar o café. Nós ficávamos esfregando nessas caixas de engradado tipo de cerveja que tem os furinhos. A gente ia esfregando até sair as bandinhas. Foi muito trabalhoso, mas hoje é gratificante. E fomos fazendo até que uma hora a gente vai conseguir um recurso melhor para a gente está manuseando... (Beneficiário 2).

Essa adaptação foi o maior desafio relatado pelo Beneficiário 2, para colocar em prática o aprendizado do curso, mas se percebe que foi superado mediante o conhecimento popular, diante de uma situação que somente vista na realidade do dia a dia. Nesse caso, em especial, a ideia partiu do filho do beneficiário. Daí a importância em se valorizar o conhecimento empírico, desde a juventude.

Não é prudente atribuir uma responsabilidade ou mesmo comprometimento à comunidade em se investir em algo que não conhecem. Por isso, a necessidade de uma maior divulgação para que o pequeno produtor tenha conhecimento das ações feitas pela instituição, principalmente através da extensão.

#### 4.5.2.3 Os Impactos na realidade da comunidade

Houve uma percepção por quase todos os entrevistados que os projetos e o curso FIC atenderam alguma demanda da região, mesmo afirmando que não houve consulta

prévia a comunidade. Considerando a realidade da zona rural de uma cidade pequena, os projetos conseguiram captar a essência da realidade de cada local e ofertar oportunidades, dentro daquilo que a população entendeu ser algo importante.

De acordo com o Beneficiário 1, foi relatado a importância em ter participado do projeto: “aprendi muito a praticar a cafeicultura e desenvolver várias técnicas de manejo que me ajudou no profissional e a ensinar os trabalhadores que me ajudam também” (Beneficiário 1). Ainda, acrescentou que “muitas coisas às vezes eram feitas a reveria. Foi ensinando o passo a passo para fazer uma boa qualidade e produtividade boa”. (Beneficiário 1). Conforme relato do Beneficiário 2, com relação a conseguir atender aquilo que foi proposto no projeto, ele menciona que foi mais do esperavam.

Na verdade, foi até mais do que a gente esperava. E se todos aqui tivesse feito o que foi ensinado, tinham conseguido alcançar o que a gente conseguiu, que foi produzir nosso café de qualidade com 87 pontos. E hoje é levado para fora. (Beneficiário 2).

Quanto a contribuição do projeto para a vida do Beneficiário 2, ele menciona sobre a melhoria financeira, obtida depois da participação no projeto.

Deixamos de ser empregados e temos nosso próprio negócio. E nossa renda aumentou, quase que 90 por cento. E hoje além do produto, a gente também tem ganho financeiro dando orientações a outros produtores que nos procuram. Todos tiveram oportunidade, mas não acreditaram. De uma turma de 45 alunos, apenas 2 seguiram as orientações. (Beneficiário 2).

Em sua maioria, a expectativa da comunidade envolvida com relação ao projeto e ao curso, foi alcançada de maneira muito significativa. De acordo com a percepção do Beneficiário 3, as contribuições do projeto para a comunidade foram ampliação do conhecimento na área, agregação de valores à atividade cafeeira e melhoria na qualidade de vida dos produtores rurais. Ainda, mencionou sobre o fato de a região ter conseguido adquirir conhecimento e técnicas para começar a produzir café de qualidade.

O Beneficiário 4 mencionou que, na época, não existia treinamento e nenhum tipo de curso oferecido anteriormente que abordasse esse assunto de café de qualidade na região. Com isso, nota-se a importância dessa aproximação para com a comunidade, pois não tem como saber das demandas se não houver esse contato rotineiro.

Com relação à visão da comunidade como ponto a ser revisto, foram relatados uma maior divulgação dos produtos, falta de assistência técnica e a necessidade de um acompanhamento após o término do projeto.

Os professores do IFF não abandonaram a gente eles estão juntos todos os dias, manda mensagem pergunta como que tá, querem ver nosso desempenho e a aula é contínua. Não parou. A gente manda fotos, eles nos incentivam (...) quero que eles continuem do nosso lado para nos dar apoio. Apoio moral, apoio no trabalho... pois senão a gente desanima e eles passam força para gente. Acaba que você se sente animado e faz. (...) o pessoal daqui não tá acostumado com isso. Eles falam assim: "é... larga disso! Isso vai dar louco para vocês"... E isso pode acabar fazendo a gente pensar para o outro lado. E aí o IFF vem e continua incentivando. E hoje nós estamos no mercado. (Beneficiário 4).

Embora o Beneficiário 4 tenha relatado que já existe esse acompanhamento, e que é muito importante, o Beneficiário 1 mencionou que só houve o projeto, e depois não teve mais esse seguimento de apoio.

Deveria ter mais assistência de técnicos que não temos. O que temos é quando vem assim um projeto e ensina. Mas também é só no dia depois também vai embora e acabou. Depois não vem ninguém pra ver nada, pra fazer nada e nem pra perguntar com tá (...) seria bom ter o acompanhamento do IFF, pelo menos um pouco, depois que acabar o projeto. E ver como estão andando as coisas. (Beneficiário 1).

O Beneficiário 3 fala sobre a necessidade de uma maior divulgação da atividade do cafeicultor na região, e menciona a questão da produção do café de qualidade na comunidade, pois entende que essa foi uma importante contribuição do projeto para a região.

Percebe-se a importância da parceria do IFFluminense com a comunidade, no sentido de apoio técnico e também motivacional, principalmente em virtude das características da população da zona rural, que muitas das vezes se sentem isolados e não reconhecidos pelos seus esforços na sociedade. Ressalta-se a importância desse amparo, tanto no sentido de dar sequência ao aprendizado, como também para acompanhar as atividades, tornando possível identificar novas demandas que vão surgindo com o passar do tempo.

### 4.5.3 A visão dos discentes nos projetos de extensão

#### 4.5.3.1 Participação e Formação

A aluna que participou do projeto, pelo curso Técnico em Agropecuária, mencionou que teve interesse no projeto em virtude de sua pretensão de seguir carreira na área, pelo fato de seus pais trabalharem com plantio de café, e, com isso, conseguir melhorar as técnicas na propriedade da família. Não recebeu bolsa, pois já tinha outro aluno no projeto quando ingressou. Assim, percebe-se a importância da extensão para os alunos, não só pelo aprendizado na escola, mas também como sociedade no sentido de oportunizar a formação mais completa dos profissionais. Nesse caso em específico, a aluna não era da graduação, mas, sim, de curso técnico. Não sendo algo restrito apenas aos alunos da graduação, a ampliação da criação dos Institutos Federais tornou possível o diálogo com a sociedade, possibilitando maior assistência à comunidade.

Sobre a importância do projeto para sua formação, a aluna mencionou sobre ter seu próprio viveiro de mudas de café.

Foi muito importante e é até hoje. Porque eu tenho muita vontade de trabalhar com viveiro de produção de mudas. E como eu já trabalhei com a parte de cafeicultura, desde encher a sacolinha até entregar a muda ao produtor, eu já tenho uma noção agora de como vou produzir as minhas mudas. Então era algo que eu precisava mesmo para fazer o meu próprio viveiro depois. (Aluna do Projeto 3.1).

Sobre a experiência relacionando o ensino e a pesquisa sendo colocados em prática através das atividades do projeto de extensão, a aluna relata sobre a importância da prática, para melhor associar a teoria ensinada.

Quando a gente só estuda na sala de aula, a gente tem um pouco de dificuldade para entender quando vai pegar na prática. Agora quando você já pega direto na prática e tem um conhecimento teórico você consegue desenvolver muito mais lá na prática com o professor falando ou uma pessoa que tem conhecimento (Aluna do Projeto 3.1).

A extensão sendo vista também como método complementar de aprendizagem, no sentido de proporcionar um melhor entendimento do conteúdo, quando teoria e prática andam juntas.

Quanto a observação da aluna sobre a contribuição dela para com a comunidade do projeto, relatou que conseguiu levar o conhecimento da variedade de mudas e sobre a importância da análise de solo antes de qualquer etapa da cultura. O aprendizado adquirido foi com relação à técnica de plantio das mudas de café pelos produtores da região, onde eles conseguiam plantar muitas mudas em pouco tempo.

#### 4.5.3.2 Avaliação e Percepções

Quanto a questão da viabilidade do projeto na comunidade, a aluna mencionou que não havia a oferta de mudas de qualidade nas proximidades, e as pessoas não tinham condições para adquirirem.

Porque antes aqui não tinha produção de mudas. Então as pessoas tinham que buscar fora e muitos não tinham condições de ir buscar ou talvez não tinham dinheiro para pagar um carro para ir buscar e tendo aqui fica mais fácil eles pegarem e plantar nas suas propriedades (...) e com um preço mais em conta. (Aluna do Projeto 3.1).

A visão da aluna sobre a importância do projeto na sua formação, destaca que foi conseguir levar tecnologia para os produtores, mudar a visão deles sobre o cultivo do café e proporcionar uma maior produtividade.

(...) pois muitos produtores plantavam, mas plantavam uma variedade que produziam muito pouco. Ou senão plantava, mas não fazia análise de solo, não fazia uma calagem, não fazia uma adubação foliar.... E isso fazia com que a produção fosse muito pouco. E por estar produzindo muito pouco, ele já estava desanimando com a cultura do café. E muitos estavam migrando para a cidade. Com essa tecnologia que chegou, os produtores viram que não muda a forma que eles estavam fazendo. E o que estava faltando era conhecimento. Aí quando o projeto chegou, muitas pessoas esperou a muda sair e plantou nova variedade juntamente com assistência técnica aqui da região, produziu muito mais e hoje as pessoas estão muito felizes com o projeto aqui. (Aluna do Projeto 3.1).

Percebe-se a influência do projeto no comportamento das pessoas com relação à decisão de permanência no campo, quando se tem oportunidades. Embora sejam

pessoas muito esforçadas com trabalho braçal, durante grande parte do dia, às vezes, o conhecimento que possuem não é o suficiente para se manterem no mercado. Isto, pois grandes produtores já têm acesso a muitas tecnologias, equipamento de alta qualidade, recurso para investimentos e ampla mão de obra, fazendo com que seja uma concorrência desleal, no sentido de visar grandes lucros para alguns e questão de sobrevivência de outros. Sem um amparo, o pequeno produtor fica à mercê do mercado, e muita das vezes não tem quem estenda a mão, pois não possui algo que seja interesse de investimento por grandes empresários, como se fosse num grande centro da zona urbana. Por isso, a importância do comprometimento dos Institutos Federais de levar tecnologia à população mais empobrecida da sociedade, em busca de proporcionar o desenvolvimento regional.

Segundo a percepção da aluna, o projeto transformou sua vida, e permitiu que ela adquirisse muitas informações nesse período, as quais irá levar, para o resto da vida, o aprendizado que obteve. Ainda acrescenta que esse projeto deveria atender a outras comunidades também, e, com isso, abrir oportunidades a outros alunos para participarem e adquirirem mais conhecimento: “(...) quem participa do projeto, recebe muito mais informação do que um aluno que fica lá só dentro de sala” (Aluna do Projeto 3.1).

Com base no entendimento da aluna, que passou pela experiência de participar do projeto, mais ofertas de vagas para alunos extensionistas significa oportunidade para mais alunos adquirirem maior aprendizado, e, conseqüentemente, permitir uma maior oferta de assistência a outras comunidades. Nem sempre esses alunos ganham bolsa, embora alguns dependam de ajuda financeira para mesmo se manterem na escola, outros são voluntários, desempenham sua função nos projetos a fim de adquirir conhecimento e aproveitar o momento para adquirir conhecimento prático. Então é um ponto a se questionar, sobre uma maior oferta de vagas ofertadas nos projetos de extensão como voluntários, e que não fiquem atreladas a recurso financeiro disponível.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação teve por objetivo analisar os impactos socioeconômicos dos projetos de extensão do IFFluminense campus Bom Jesus do Itabapoana, na área de Tecnologia e Produção, tendo em vista a finalidade dos Institutos Federais, sendo eles equiparados as universidades, mostrando ser relevante pesquisar sobre esses impactos nas localidades, onde tem sido implantado os projetos de extensão, sobretudo pelo fato de um dos objetivos da instituição consistir na emancipação do cidadão, na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional. Buscou-se analisar se essa iniciativa tem sido significativa aos olhos das comunidades envolvidas nos projetos de extensão.

Segundo a percepção das comunidades beneficiadas, esses projetos têm conseguido proporcionar melhorias financeiras, sociais e econômicas. Estão conseguindo, também, atender as expectativas e demandas da localidade, fazendo com que haja mudanças positivas na vida das pessoas e ao seu redor, sendo mais evidenciadas como importantes na fala das comunidades da zona rural.

Constatou-se que os projetos são bem aceitos e valorizados nas comunidades da zona rural, embora também tenha sido reconhecido como muito importante na fala de um dos empresários participantes do projeto 1. Ao observar as motivações e incentivos por parte dos proponentes dos projetos, percebe-se uma necessidade maior em atender a comunidade da zona rural. Mesmo que nem todos os beneficiários deem continuidade ao aprendizado, eles têm interesse em participar, pois são poucas as oportunidades de conseguirem melhorar seus negócios. Essa análise sedimenta-se nas características do pequeno produtor local com forte composição de mão de obra familiar e dificuldades na aquisição de crédito, além do baixo grau de escolaridade. Esse quadro fortalece a importância dos projetos de extensão no alinhamento de movimentos emancipatórios para esse grupo social.

Mesmo não tendo sido feita consulta prévia a comunidade para que esta apontasse suas demandas, os extensionistas conseguiram, de certa forma, seja através do convívio com a comunidade ou de sua experiência na área que já atuam, identificar alguma carência e auxiliando a população.

Na zona rural, foi identificado que existe uma carência de acompanhamento continuado as comunidades, após o término do período dos projetos, porque com o passar do tempo, acabam por ficar desmotivados. Existe uma carência social, antes da financeira, conforme foi relatado pelo Coordenador do projeto 2. Tendo em vista que estamos vivendo numa época em que pouquíssimas pessoas não fazem o uso de celular, a comunicação se tornou mais fácil. Com isso, esse acompanhamento não precisava necessariamente ser presencial, podendo ser uma mensagem via aplicativo *WhatsApp*, envio de fotos, documentos, reportagens para incentivar, divulgar eventos e outras funcionalidades. É possível fazer esse acompanhamento com o produtor rural, mesmo que esse não tenha sinal próximo a sua casa, pois ele consegue encontrar um local adequado para fazer contato periodicamente, e isso faz toda a diferença para eles.

Certificou-se que existe essa necessidade de se manter a conexão com o produtor rural para que eles se sintam amparados, que sejam motivados e que tenham a segurança de que a instituição está ali como parceira, cumprindo seu papel social, e o mais importante, que essa parceria seja contínua, e não apenas limitada ao período de existência do projeto.

Com relação ao cumprimento da legislação e documentos regulatórios normativos internos, não se pode afirmar que todos os projetos estão cumprindo as determinações, visto que falta um maior acompanhamento por parte da instituição nas atividades executadas no decorrer do período do projeto, mas isso ocorre por conta do grande volume de projetos aprovados em consonância com o número de servidores para fazer tal acompanhamento. Para tentar amenizar essa questão, a Pró-Reitoria de Extensão tem se empenhado na conscientização dos extensionistas, sobre a importância da extensão e também sobre a importância em se seguir as devidas determinações, os firmando como consignatários da extensão na instituição.

Com relação ao relatório final, que também consta dentro das normativas internas da instituição, que é de atribuição dos coordenadores, atualmente existe uma condição que caso não seja entregue o mesmo, o extensionista e os demais membros da equipe ficam na condição de inadimplentes e impedidos de nova submissão do projeto, até que regularize a situação.

Tal determinação consta na Resolução do CONSUP nº 27, de 28 de abril de 2020, no artigo 25 (IFFLUMINENSE, 2020). Na mesma resolução, é retratado no artigo 22, a responsabilidade e competência da coordenação/diretoria do campus, onde foi implantado o projeto, de manter tais documentos atualizados com cópias dos relatórios arquivados. Conclui-se que essa Resolução veio contribuir no sentido de fazer um bloqueio, com intuito de incentivar que elaborem o relatório final, visto que ele representa uma prestação de contas, tanto para a comunidade, como também para a instituição. Além do fato de ser o documento que irá demonstrar o resultado do projeto, relatando se os objetivos foram alcançados, servindo de parâmetros para novos projetos a serem desenvolvidos. Importante ressaltar, que os projetos de extensão selecionados para o estudo de caso nessa pesquisa, foram realizados anteriormente a vigência da resolução, não ocorrendo o referido impedimento de nova submissão de projetos, razão pela qual nem todos faziam a entrega desse documento. Além disso, pelo fato desses projetos terem acontecidos há algum tempo, não foi possível ter acesso ao relatório final através dos coordenadores, e nem da diretoria do campus. Isso foi uma dificuldade para o desenvolvimento da pesquisa.

Os projetos de extensão, que foram objetos de estudo de casos da pesquisa, interagiram com os segmentos e com as atividades econômicas e/ou sociais relacionados a eles, e pela percepção, não só da comunidade, como também dos alunos e coordenadores, conseguiram disseminar um maior conhecimento na região, pelo fato de abordarem algo característico de cada localidade, e, dentro do possível, proporem melhorias naquilo que já existia, com objetivo de desenvolvimento na região. Apesar dessa percepção positiva constatada sobre a interação dos segmentos com as atividades econômicas, a Pró-Reitoria de Extensão está estruturando bases normativas para consolidar parâmetros para extensão junto a instituição, e, assim, buscando elaborar normativas que consigam conscientizar sobre o conceito da extensão, evitando que os projetos sejam feitos de forma esporádica. Dessa forma, os extensionistas irão criar seus projetos mediante orientações constantes nessa base, que irá nortear as classificações, abordando aquilo que realmente seja necessário e que esteja interligado com a realidade da comunidade, respeitando o projeto político pedagógico da instituição.

Analisando de outro ângulo, com relação a disseminar o conhecimento na região, é algo que depende de interação e decisão dos beneficiários dos projetos, uma vez que alguns deram sequência ao aprendizado do projeto, e outros não. Não é o caso de julgar ou identificar os impeditivos de cada um, mas considerar o fato de que houve a postura da instituição de cumprir sua missão social, de levar até eles o conhecimento, de modo a tentar auxiliá-los de alguma forma. Então é possível considerar que houve a disseminação do conhecimento, por aqueles que deram sequência, e também pelos que não seguiram, pois foi ensinado a todos os interessados. No entanto, sobre colocar o aprendizado na prática, é algo particular, sendo posterior ao que foi ensinado pela instituição. Sobre essa decisão dos beneficiários, a instituição pode exercer influência, mas não pode ser responsabilizada individualmente, visto que a instituição não pode assumir o papel de tutela do Estado pelas pessoas. As atividades de extensão são importantes para a sociedade, mas a instituição não pode ser responsabilizada pelas lacunas deixadas pela ação governamental.

Em relação a essa postura do beneficiário, no entanto, principalmente na zona rural, de não seguir os ensinamentos propostos nos projetos, é algo mais complexo, e não é viável julgar o porquê de não fazerem. Além disso, não foi possível entrevistar esses beneficiários que participaram dos projetos e não deram sequência ao que foi ensinado. O que pode ser observado é que pode estar relacionado à questão cultural, principalmente no território rural, que visa manter a tradição “do fazer produtivo” como forma de perpetuação entre as diferentes gerações. Ainda, por existir uma carência social, no aspecto de falta de uma parceria da instituição para com eles, de sentirem inseguros e sem uma rede ampla de apoio. Fica, todavia, um apontamento de assunto a ser abordado em pesquisas futuras, para melhor compreensão da situação e tentar trabalhar em prol de solucionar tais impedimentos.

Ao analisarmos as oportunidades que devem ser ressaltadas e necessidades que precisam ser revistas, as quais foram identificadas durante a execução e nos resultados dos projetos de extensão, de acordo com a percepção dos entrevistados, constatou-se que os projetos como um todo foi algo que proporcionou benefícios sociais e econômicos à população. E apontados como oportunidades, os entrevistados mencionaram o fato de envolver alunos representa um ensejo de aprendizado para eles, pois permite conviverem

com a realidade do entrevistado. Foi apontado, também, a oportunidade de aprendizado que foi levada até a comunidade, tanto na zona rural como na urbana.

Outro ponto positivo foi o fato de os coordenadores serem pessoas muito dispostas a ajudar de alguma forma, de possuírem experiência naquilo que foi ensinado, e terem o comprometimento de levar até a sociedade o ensino e a pesquisa, através da extensão, orientando os alunos. Ressaltam que o simples fato de se criar um projeto, já consideraram uma conquista, pois significou o interesse do extensionista em pensar algo para determinada localidade.

Quanto às necessidades apontadas pelos entrevistados, como ponto mais comum, é que existe uma necessidade muito grande em divulgar mais sobre a extensão, de modo que toda a sociedade tenha conhecimento de sua existência e saiba de sua finalidade. Nesse processo podemos indicar alguns dos motivos pelo qual alguns indivíduos não aceitaram participar, e também o motivo de outros não darem sequência ao aprendizado. Tal realidade está associada a uma colocação feita pelo coordenador do projeto 1, como uma das dificuldades em se fazer o projeto de extensão, em que não se tem o conhecimento sobre o assunto.

Outro apontamento visto como necessidade é sobre ter um acompanhamento posterior ao período do projeto, visto que, principalmente, na zona rural, existe uma carência maior. De acordo com o relato do beneficiário 4, que tem esse acompanhamento até hoje, menciona que só conseguiu dar sequências no modo que foi ensinado, por causa desse acompanhamento. E que não conseguiu seguir sem esse apoio técnico por partes dos coordenadores e professores envolvidos no projeto. Já dentro de outra observação feita, mas seguindo a mesma ideia, foi mencionado sobre um tempo maior para trabalhar os projetos nas comunidades, e com esse acompanhamento esse tempo se estenderia, fornecendo mais qualidade a ação proposta.

Sobre as necessidades, ainda, foi mencionado sobre a possibilidade de uma assistência técnica por parte da instituição para ser ofertada para com a comunidade, o que é algo viável, visto que o campus Bom Jesus do Itabapoana possui cursos técnicos em áreas as quais podem estar fazendo esse atendimento via parcerias, até mesmo sem estar atrelado a nenhum projeto, intensificando esse diálogo em que ambos teriam um maior conhecimento entre si.

Há uma preocupação por parte dos extensionistas de um maior engajamento da administração da instituição com relação às ações de extensão, levando em conta a característica dos Institutos Federais que vem da época de formação das escolas técnicas, sendo mais reconhecido como um trabalho de ensino extensionista do que propriamente de universidade. A comunidade precisa que se mantenha essa postura para não fugir do perfil da instituição, que tanto é importante para a população. Foi mencionada, ainda, uma falta de apoio financeiro por parte do campus, para melhor atender os beneficiários dos projetos e não terem que gastar os com os próprios recursos para estar atendendo a comunidade.

Encerrando as necessidades apontadas, foi sugerido levar os projetos existentes para outras localidades, a fim de promover esse auxílio a outras comunidades. Assim, aumentar o quantitativo de vagas que são ofertados para os alunos, para que seja possível dar oportunidade para que mais discentes participem de projetos de extensão, pois isso vai acrescentar muito a vida acadêmica e profissional deles.

Quanto à questão de conseguir aumentar o número de alunos participando nos projetos, não necessariamente tem que estar relacionado ao aumento de projetos, podem ser abertas mais oportunidades de participar de forma voluntária nos projetos. Isso já é uma realidade na instituição, pois tem alunos que participam dos projetos sem receber bolsa. De acordo com duas das alunas entrevistadas, que participaram de dois dos projetos dessa pesquisa, o que motivou a participarem foi o interesse em adquirir conhecimento, e isso foi obtido de forma muito satisfatória. De fato, é visível que há um interesse maior por parte dos alunos quando envolve recurso financeiro, mas associam a um entendimento que estão executando um trabalho, e em contrapartida há um retorno em pecúnia.

Não sendo indiferente quanto à percepção da realidade da população de alunos da instituição, em que muitos são carentes e alguns até dependem desse valor das bolsas para se manterem na escola, há sim uma necessidade de se ofertar bolsas para esses alunos. No entanto, essa sugestão é uma oportunidade a mais alunos de terem essa experiência no aprendizado, ofertando mais vagas sem remuneração.

O resultado da pesquisa foi considerado satisfatório em identificar os impactos socioeconômicos dos projetos de extensão implantados na região do campus Bom Jesus

do Itabapoana, visto que foi possível constatar que eles trouxeram efeitos positivos às comunidades envolvidas, conseguindo proporcionar melhorias para as pessoas e também para a região, promovendo o desenvolvimento nessas localidades, ofertando oportunidade de melhores condições de vida para as comunidades.

Importante ressaltar algumas dificuldades encontradas no decorrer da pesquisa, tais como: Falta de acesso ao material dos projetos, em virtude de mudança de gestão no referido período da pesquisa; as informações sobre os projetos de extensão de forma não muito clara no portal do IFFluminense, deixando uma falha no entendimento dos leitores; o cenário do COVID como um todo, principalmente criando no sentido de criar nova uma realidade sobre a necessidade de distanciamento. Nisso o planejamento de entrevistar um número maior de envolvidos não foi possível se concretizar. E foi necessário utilizar algumas ferramentas como o WhatsApp, como meio de comunicação mesmo com algumas pessoas que não tinham habito de utilizar tal recurso, gerando grande dificuldade em conseguir dados com alguns dos entrevistados da zona rural; Como os projetos já aconteceram há algum tempo atrás, alguns membros da comunidade as vezes, tiveram dificuldades em se lembrar dos fatos e acontecimentos da época dos projetos; E também a dificuldade em fazer contato com alguns dos alunos dos projetos, visto que as entrevista sendo feitas através do *Google Meet*, propiciou de certa forma uma limitação com relação aos que residem em zona rural. E mesmo tentando contato várias vezes, houve caso que o aluno não atendeu ao convite de dar entrevista. E ainda o fato de fazer parte do quadro de servidores da instituição onde foi feito a pesquisa, faz com que em alguns momentos seja difícil desempenhar o papel de pesquisadora, quando se é parte do objeto de pesquisa.

Estando o campus Bom Jesus do Itabapoana localizado em um município do interior, e sendo parte de um local onde desde a época do antigo Colégio Agrícola, é visto como uma referência no município. Isso faz com que seja importante que se tenha conhecimento sobre a percepção da comunidade com relação a esse diálogo, que é a extensão, sendo representada na pesquisa, pelos projetos de extensão.

Embora a percepção da comunidade envolvida seja de que os projetos tenham contribuído com as realidades vislumbradas, conclui-se que há pontos que podem ser melhorados no sentido de atender de modo mais pontual as comunidades, e uma maior

quantidade de alunos de forma institucionalizada. Primeiramente, deve haver uma maior divulgação das ações de extensão na localidade para que seja algo conhecido, despertando o interesse da comunidade em participar e buscar a instituição como parceira, apresentando seus anseios e demandas. Além de terem conhecimento do que vem sendo desenvolvido na instituição, e o quanto ela é capaz de estar atendendo as demandas da comunidade. Com essa aproximação, torna possível um contato maior entre a instituição e a sociedade, não ficando apenas limitado ao tempo de existência do projeto. É algo que tem que ser contínuo e próximo.

Também não deve ser motivado pelo simples fato de redução de carga horária ou pontos no currículo. Tem que haver uma conscientização sobre o comprometimento, sobre as ações de extensão desenvolvidas na instituição no sentido de propor melhorias para com a sociedade e dentro daquilo que eles apresentem como sendo demanda. Nos projetos escolhidos para estudo de caso, mesmo não tendo sido feito essa análise prévia, de acordo com a percepção da maioria dos beneficiários, proporcionou melhorias sociais e econômicas. Por outro lado, o fato de não identificar previamente os anseios pela visão da sociedade, pode deixar de abordar outras demandas que talvez seja mais urgente ou que seja algo que atinja um número maior de pessoas, por isso, é interessante ouvir, analisar e agir.

A escuta sensível, também é importante para que seja feito na comunicação entre os próprios extensionistas dos campi do Instituto. Dessa forma, pode ser possível implantar em outras localidades, algum projeto que já esteja acontecendo em algum campus. É o compartilhar experiências e somar resultados, ter uma visão mais institucional sobre as atividades de extensão, desenvolvidas, com planejamento de longo prazo, visando o desenvolvimento regional conforme a Pró-Reitora de Extensão, sobre a questão de os projetos estarem mais relacionados com o projeto político pedagógico da instituição.

Os projetos de extensão podem ser retratados como sendo a junção de interesse da instituição que os servidores desenvolvam projetos de extensão de forma institucionalizada; da necessidade da comunidade em ser atendida e o interesse dos alunos em aplicar o conhecimento adquirido na sala de aula.

Desse modo, associar esses interesses relacionando-os com as demandas e tornando algo mais próximo, de forma que um consiga falar e o outro consiga ouvir, entender e colocar em prática. Isso, tanto da comunidade para a instituição, como também da instituição para a comunidade. Tem que existir esse pacto de ambos os lados dos envolvidos na extensão, onde todos se conheçam, se ajudem e juntos seja possível promover melhores condições para a sociedade, contribuindo para o desenvolvimento regional.

## REFERÊNCIAS

BELLINGIERI, J. C. Teorias do desenvolvimento Regional e Local: Uma revisão bibliográfica. **Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE**, Salvador, v. 2, n. 37, p. 6-34, 2017. Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/viewFile/4678/3228>. Acesso em: 8 dez. 2020.

BIG HOTEL – BOM JESUS DO ITABAPOANA. Disponível em: <http://bighotelbomjesus.blogspot.com/2012/07/localizacao-da-cidade-de-bom-jesus-do.html>. Acesso em: 8 dez. 2020.

BORGES, C. M. **Desenvolvimento Local e Avaliação das Políticas Públicas**: Análise de viabilidade para construção de um índice de desenvolvimento local para o município de São José do Rio Preto. 2007. 219 f. Dissertação (Mestrado em Administração de Organizações) – Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2007. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/96/96132/tde-23072007-094047/publico/ClaudiaMoreiraBorges.pdf>. Acesso em: 8 dez. 2020.

BRANDÃO, A. C. **Território e Desenvolvimento**: as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas-SP: Editora Unicamp, 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 19 abr. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909**. Brasília: Câmara dos Deputados, 1909. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 4 dez. 2020.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996**. Brasília: Ministério da Educação, 1996.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968**. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, 1968. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html#:~:text=Dados%20da%20Norma-,LEI%20N%C2%BA%205.540%2C%20DE%2028%20DE%20NOVEMBRO%20DE%201968,m%C3%A9dia%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAsncias.&text=1%C2%BA%20O%20ensino%20superior%20tem,de%20profissionais%20de%20n%C3%ADvel%20universit%C3%A1rio>. Acesso em: 6 jul. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 19.851 de 11 de abril de 1931.** Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao sistema universitário, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados. Brasília: Câmara dos Deputados, 1931. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 19 abr. 2020.

BRASIL. **Lei nº 4.024 de 20 dezembro de 1961.** Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Câmara dos Deputados, 1961. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-normaatualizada-pl.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 6.495 de 30 de junho de 2008.** Institui o Programa de Extensão Universitária - PROEXT. Brasília: Ministério da Educação, 2008b. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6495.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6495.htm). Acesso em: 4 dez. 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília: Ministério da Educação, 2008a. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm). Acesso em: 11 abr. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. INEP - Instituto nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira INEP. **O Plano de Desenvolvimento da Educação: Razões, princípios e programas.** Brasília: Ministério da Educação, 2008c. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/485287/O+Plano+de+Desenvolvimento+da+Educa%C3%A7%C3%A3o+raz%C3%B5es%2C+princ%C3%ADpios+e+programas/3c6adb19-4c2e-4c60-9ccb-3b476bed9358?version=1.6>. Acesso em: 7 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior. **Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018.** Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. Brasília: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: [https://www.in.gov.br/materia//asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808](https://www.in.gov.br/materia//asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808). Acesso em: 7 set. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 6.095 de 24 de abril de 2007.** Estabelece diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFET, no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica. Brasília: Presidência da República, 2007. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6095.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6095.htm). Acesso em: 7 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Uma visão do campus avançado**. Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras. Fundação Projeto Rondon. Departamento de Documentação e Divulgação. Brasília, DF: Ministério da Educação e Cultura, 1980. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002223.pdf>. Acesso em: 2 nov. 2020.

BRASIL. **História de Bom Jesus do Itabapoana**. Bom Jesus do Itabapoana: Prefeitura, 2016. Disponível em: [https://bomjesus.rj.gov.br/site/nossa\\_historia-pagina-1-2-1](https://bomjesus.rj.gov.br/site/nossa_historia-pagina-1-2-1). Acesso em: 6 jul. 2020.

BRASIL. Instituto Federal Fluminense. Centro de Documentação Digital. **Resolução nº 40, de 22 de dezembro de 2017**. Rio de Janeiro: IFF, 2017. Disponível em: <http://cdd.iff.edu.br/documentos/resolucoes/2017/resolucao--40>. Acesso em: 6 jul. 2020.

BUARQUE, S. J. C. **Construindo o Desenvolvimento Local Sustentável: Metodologia de Planejamento**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002. Disponível em: [https://www.academia.edu/28979969/Construindo\\_o\\_Developolvimento\\_Local\\_Sustentavel\\_Metodologia\\_de\\_Planejamento](https://www.academia.edu/28979969/Construindo_o_Developolvimento_Local_Sustentavel_Metodologia_de_Planejamento). Acesso em: 8 dez. 2020.

CAPELLA, A. C. N. **Formulação de Políticas**. Brasília: Enap, 2018.

CENTRO DE MEMÓRIA - IFF Bom Jesus do Itabapoana. Bom Jesus do Itabapoana, 5 de outubro de 2016. Facebook: [centrodememoria-IFF-BomJesus](https://www.facebook.com/Centro-de-Memoria-IFF-Bom-Jesus-do-Itabapoana-786910344751756/photos/pcb.993926397383482/993872960722159/). Disponível em: <https://www.facebook.com/Centro-de-Memoria-IFF-Bom-Jesus-do-Itabapoana-786910344751756/photos/pcb.993926397383482/993872960722159/>. Acesso em: 23 jan. 2021.

CONIF - Conselho Nacional das Instituições Federais de Educação profissional e Tecnológica. **Extensão Tecnológica - Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. Cuiabá, MT: CONIF/IFMT, 2013.

CORREIA, O. V. **A extensão universitária no Brasil: um resgate histórico**. São Cristóvão, SE: Ed. USF; Fundação Oviêdo Teixeira, 2000.

COTANDA, F. C. *et al.* Processos de pesquisa nas Ciências Sociais: uma introdução. *In*: PINTO, C. R. J.; GUAZZELLI, C. A. B. **Ciências Humanas: Pesquisa e método**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

CRUB - CONSELHO DE REITORES DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS. Sobre o CRUB. **CRUB**, 1966. Disponível em: <http://www.crub.org.br/home-example-5/>. Acesso em: 1 nov. 2020.

CRUZ, J. L. V. da. Emprego, crescimento e desenvolvimento econômico: notas sobre um caso regional. **Boletim Técnico do Senac**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, p. 28-39,

2003. Disponível em: <https://www.bts.senac.br/bts/article/view/527>. Acesso em: 8 dez. 2020.

DALLABRIDA, V. R.; AGOSTINI, C. Desenvolvimento Local e Regional em Questão: uma Compreensão a Partir do Enfoque de uma “Economia Política Neogramsciana” do Desenvolvimento Contemporâneo. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, v. 7, n. 14, p. 9-41, jul./dez. 2009.

DIAS, F. Constituição de 1988: legislação máxima vigente no Brasil. **Educa+ Brasil**, 2000. Disponível em: <https://www.educamaisbrasil.com.br/enem/historia/constituicao-de-1988>. Acesso em: 30 nov. 2020.

FERNANDES, P. H. C. F. O Urbano Brasileiro a partir das pequenas cidades. **Revista Eletrônica Geoaraguaia**, Barra do Garças-MT, v. 8, n.1, p. 13-31. jan./jun. 2018. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/geo/article/view/6981>. Acesso em: 3 jan. 2021.

FERRAZ, A. C. da C. A Autonomia Universitária na Constituição de 05.10.1998. **Revista da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo**, set. 1998. Disponível em: <http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/revistaspge/revista/tes5.htm>. Acesso em: 1 dez. 2020.

FIRJAN - Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. **Índice Firjan de Desenvolvimento - Bom Jesus do Itabapoana – RJ**. Rio de Janeiro: FIRJAN, 2016. Disponível em: <https://www.firjan.com.br/ifdm/consulta-ao-indice/ifdm-indice-firjan-de-desenvolvimento-municipal-resultado.htm?UF=RJ&IdCidade=330060&Indicador=1&Ano=2016>. Acesso em: 4 jan. 2021.

FIRJAN - Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal. Bom Jesus do Itabapoana – RJ: (ano 2016). **FIRJAN**, 2018. Disponível em: <https://www.firjan.com.br/ifdm/consulta-ao-indice/ifdm-indice-firjan-de-desenvolvimento-municipal-resultado.htm?UF=RJ&IdCidade=330060&Indicador=1&Ano=2016>. Acesso em: 25 jun. 2021.

FORPROEXT - Fórum Nacional de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Documento Final do I Encontro de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras – 1987. *In*: GARRAFA, Volnei. **Extensão: a universidade construindo saber e cidadania**. Relatório de atividades 1987/1988. Brasília: Ed. UnB, 1987.

FORPROEXT - Fórum Nacional de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. **Indicissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e a flexibilização curricular: Uma visão da extensão**. Porto Alegre: UFRGS; Brasília: MEC/SESu, 2006. Disponível em:

[http://www.uemg.br/downloads/indissociabilidade\\_ensino\\_pesquisa\\_extensao.pdf](http://www.uemg.br/downloads/indissociabilidade_ensino_pesquisa_extensao.pdf). Acesso em: 5 jul. 2020.

FORPROEXT - Fórum Nacional de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. **Extensão Universitária: Organização e Sistematização**. Belo Horizonte, 2007. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Organizacao-e-Sistematizacao.pdf>. Acesso em: 5 jul. 2020.

FORPROEXT - Fórum Nacional de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus: FORPROEXT, 2012. Disponível em: [http://www.proexc.ufu.br/sites/proexc.ufu.br/files/media/document//Politica\\_Nacional\\_de\\_Extensao\\_Universitaria\\_-FORPROEX-\\_2012.pdf](http://www.proexc.ufu.br/sites/proexc.ufu.br/files/media/document//Politica_Nacional_de_Extensao_Universitaria_-FORPROEX-_2012.pdf). Acesso em: 6 dez. 2020.

FORPROEXT - Fórum Nacional de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. *In: FORPROEX – CONTRIBUIÇÕES*, 13., 2015, Brasília. **Anais** [...] Brasília: FORPROEXT, 2015. Disponível em: <https://www2.ifmg.edu.br/portal/extensao/arquivos-1/Forproextcontribuicoesparaapoliticaeextensaodaredefederaldeeducacaoprofissionalc ientificaetecnologica2015.pdf>. Acesso em: 6 dez. 2020.

FORPROEXT - Fórum Nacional de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. **O Plano Nacional de Extensão Universitária**. Manaus: FORPROEXT, 2016. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Plano-nacional-de-extensao-universitaria-editado.pdf> . Acesso em: 4 dez. 2020.

FRIGOTTO, G. *et al.* (org.). **Educação, Crise do Trabalho assalariado e do desenvolvimento: teorias em conflito**. Petrópolis: Vozes, 2013.

FRIGOTTO, G. (org.). **Educação e crise do trabalho: Perspectivas de final de século**. Petrópolis: Vozes, 1998. (Coleções Estudos Culturais em Educação).

FRIGOTTO, G. **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**. Relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2018. Disponível em: [https://proen.ifes.edu.br/images/stories/Institutos\\_Federais\\_de\\_Educa%C3%A7%C3%A3o\\_Ci%C3%A7%C3%A2ncia\\_e\\_Tecnologia\\_-\\_Rela%C3%A7%C3%A3o\\_com\\_o\\_Ensino\\_M%C3%A9dio\\_Integrado\\_e\\_o\\_Projeto\\_Soci et%C3%A1rio\\_de\\_Desenvolvimento.pdf](https://proen.ifes.edu.br/images/stories/Institutos_Federais_de_Educa%C3%A7%C3%A3o_Ci%C3%A7%C3%A2ncia_e_Tecnologia_-_Rela%C3%A7%C3%A3o_com_o_Ensino_M%C3%A9dio_Integrado_e_o_Projeto_Soci et%C3%A1rio_de_Desenvolvimento.pdf). Acesso em: 6 dez. 2020.

FUNDAÇÃO CEPERJ - Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro. **Séries Históricas**. Rio de Janeiro: Fundação Histórica/ Séries Históricas, 2019. Disponível em:

[http://arquivos.proderj.rj.gov.br/sefaz\\_ceperj\\_imagens/Arquivos\\_Ceperj/ceep/dados-estatisticos/series-historicas/index.html](http://arquivos.proderj.rj.gov.br/sefaz_ceperj_imagens/Arquivos_Ceperj/ceep/dados-estatisticos/series-historicas/index.html). Acesso em: 25 jun. 2021.

GADOTTI, M. **Extensão universitária: para quê?** São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2017. Disponível em:

[https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o\\_Universit%C3%A1ria\\_-\\_Moacir\\_Gadotti\\_fevereiro\\_2017.pdf](https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o_Universit%C3%A1ria_-_Moacir_Gadotti_fevereiro_2017.pdf). Acesso em: 5 jul. 2020.

GIORGI, M. C.; ALMEIDA, F. S. de. Ensino profissional no Brasil: diálogos com a Ditadura Militar. **OPIS**, Catalão, v. 14, n. 1, p. 262-281, 18 set. 2014. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/index.php/Opsis/article/view/29000>. Acesso em: 9 out. 2020.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 4. ed. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982. Disponível em: <https://cesarmangolin.files.wordpress.com/2010/02/gramsci-os-intelectuais-e-a-organizacao-da-cultura1.pdf>. Acesso em: 9 ago. 2020.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais - O princípio Educativo**. Jornalismo. 2. ed. Tradução Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GURGEL, R. M. **Extensão Universitária Comunicação ou domesticação?** São Paulo: Cortez Editora, 1986.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Tabelas complementares – Estimativas da População 2020**. **IBGE**, 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-detalle-de-midia.html?view=mediaibge&catid=2103&id=4053>. Acesso em: 4 jan. 2021.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Bom Jesus do Itabapoana. Panorama. **IBGE**, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/bom-jesus-do-itabapoana/panorama>. Acesso em: 4 jan. 2021.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Bom Jesus do Itabapoana. Panorama. **IBGE**, 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/bom-jesus-do-itabapoana/panorama>. Acesso em: 4 jan. 2021.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Bom Jesus do Itabapoana. Panorama. **IBGE**, 2019. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/bom-jesus-do-itabapoana/panorama>. Acesso em: 4 jan. 2021.

INCROCCI, L. M. de M. C.; ANDRADE, T. H. N. de. O fortalecimento da extensão no campo científico: uma análise dos editais ProExt/MEC. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 33, n. 1, p. 189-214, 2018. Disponível em:

<https://www.scielo.br/pdf/se/v33n1/0102-6992-se-33-01-187.pdf>. Acesso em: 3 dez. 2020.

IFFLUMINENSE - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FLUMINENSE. **Resolução n.º 27, de 28 de abril de 2020**. Aprova a Regulamentação das Atividades de Pesquisa, Extensão e Inovação do Instituto Federal Fluminense. Rio de Janeiro: IFFluminense, 2020. Disponível em: <http://cdd.iff.edu.br/documentos/resolucoes/2020/resolucao-22>. Acesso em: 7 set. 2020.

IFFLUMINENSE - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FLUMINENSE. **Deliberação Cenpe nº 15, de 21 de outubro de 2014**. Aprova as diretrizes da ação extensionista no IFFluminense. Rio de Janeiro: IFFluminense, 2014. Disponível em: <http://cdd.iff.edu.br/documentos/deliberacoes/cenpei/2014/deliberacao-cenpe-no-15-de-21-de-outubro-de-2014>. Acesso em: 11 abr. 2020.

KELNIAR, V. C.; LOPES, J. L.; PONTILI, R. M. A teoria do capital humano: revisitando conceitos. *In: ENCONTRO DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA*, 8., 2013, Curitiba. **Anais** [...]. Curitiba: EPCT, 2013. [http://www.fecilcam.br/nupem/anais\\_viii\\_epct/PDF/TRABALHOS-COMPLETO/Anais-CSA/ECONOMICAS/05-Vckelniartrabalhocompleto.pdf](http://www.fecilcam.br/nupem/anais_viii_epct/PDF/TRABALHOS-COMPLETO/Anais-CSA/ECONOMICAS/05-Vckelniartrabalhocompleto.pdf). Acesso em: 16 dez. 2020.

KUENZER, A. Z. Desafios teórico metodológicos da relação trabalho-educação e o papel social da escola. *In: FRIGOTTTO, G. (org.). Educação e crise do trabalho: perspectiva de final de século*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. cap.1, p. 55-92.

LEONÍDIO, L. F. da S. **História do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras – FORPROEXT (1987-2012)**. 2017. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/25316>. Acesso em: 2 nov. 2020.

LIRA, B. C. **O passo a passo do trabalho científico**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

MELO NETO, J. F. de. Produção acadêmica. **Livros e Textos em Extensão Universitária**. João Pessoa: UFPB, 2014. Disponível em: [https://issuu.com/acclleopoldina/docs/volume\\_3\\_-\\_producao\\_academica\\_vo/43](https://issuu.com/acclleopoldina/docs/volume_3_-_producao_academica_vo/43). Acesso em: 22 out. 2020.

NACIF, R. B. **As universidades e a sociedade: uma reflexão sobre a extensão universitária**. 2011. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/17035/ROBERTO%20BRESSAN%20NACIF.pdf;jsessionid=14FD5B0079F5D2822D31D1E896472516?sequence=1>. Acesso em: 28 out. 2020.

NOGUEIRA, M. das D. P. Avaliação da extensão universitária práticas e discussões da comissão permanente de avaliação da extensão. *In*: NOGUEIRA, M. das D. P. (org.). **A construção da Extensão Universitária no Brasil**. Trajetórias e desafios. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013. p. 27-50. Disponível em: [https://www.ufmg.br/proex/renex/images/avalia%C3%A7%C3%A3o\\_da\\_extens%C3%A3o\\_livro\\_8.pdf](https://www.ufmg.br/proex/renex/images/avalia%C3%A7%C3%A3o_da_extens%C3%A3o_livro_8.pdf). Acesso em: 19 abr. 2020.

NOGUEIRA, M. das D. P. (org.). Extensão Universitária: diretrizes conceituais e políticas. *In*: FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS 1987 – 2000, 1., 2000. **Anais [...]** Belo Horizonte: PROEX/UFMG, 2000. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/1987-I-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2020.

NOGUEIRA, M. das D. P. **Políticas de Extensão Universitária Brasileira**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. 135 p.

PACHECO, E. (org.). **Institutos Federais uma revolução na educação profissional e tecnológica**. São Paulo: Moderna, 2011. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/insti\\_evolucao.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/insti_evolucao.pdf). Acesso em: 19 abr. 2020.

PACHECO, E.; PEREIRA, L. A. C.; SOBRINHO, M. D. Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: limites e possibilidades. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 16, n. 30, p. 71-88, 2010. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/3568>. Acesso em: 19 abr. 2020.

PEREIRA, F. L. **50 anos do CTAIBB e a efeméride a ser celebrada**. Rio de Janeiro: IFFluminense, 2020. Disponível em: <http://portal1.iff.edu.br/nossos-campi/bom-jesus-do-itabapoana/noticias/50-anos-do-ctaibb-e-a-efemeride-a-ser-celebrada>. Acesso em: 25 jan. 2021.

PEREIRA, L. A. C.; CRUZ, J. L. V. da. Os Institutos Federais e o desenvolvimento regional: Interface possível. **Holos**, Natal, v. 4, p.1-18, dez. 2019. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/7992/pdf>. Acesso em: 8 dez. 2020.

PORTAL IFF. **Pró - Reitoria de Extensão e Cultura**. Programas e Projetos - 2013, 2014 e 2015. Rio de Janeiro: IFF, 2021.

PREFEITURA DE BOM JESUS DO ITABAPOANA. **Estudos técnicos e planejamento para a universalização do abastecimento de água e esgotamento sanitário**. Bom Jesus do Itabapoana: Prefeitura, 2019. Disponível em: [http://www.rj.gov.br/consultapublica/documentos/Grupo\\_4\\_-\\_Planos\\_Municipais\\_de\\_Saneamento/Planejamento\\_Universalizacao\\_-\\_Bom\\_Jesus\\_de\\_Itabapoana.pdf](http://www.rj.gov.br/consultapublica/documentos/Grupo_4_-_Planos_Municipais_de_Saneamento/Planejamento_Universalizacao_-_Bom_Jesus_de_Itabapoana.pdf). Acesso em: 23 jan. 2021.

RABELO, F. L.; MOREIRA, E. Lugares de memória de Bom Jesus do Itabapoana: a recuperação do patrimônio imaterial do município a partir de registros orais e visuais. *In: ENCONTRO REGIONAL SUDESTE DE HISTÓRIA ORAL*, 10., 2013, Campinas. **Anais** [...] Campinas: ERSHO, 2013. Disponível em: [https://www.sudeste2013.historiaoral.org.br/resources/anais/4/1372613388\\_ARQUIVO\\_LugaresdeMemoriadeBomJesusdoItabapoana\\_FernandaRabeloeEduardoMoreira.pdf](https://www.sudeste2013.historiaoral.org.br/resources/anais/4/1372613388_ARQUIVO_LugaresdeMemoriadeBomJesusdoItabapoana_FernandaRabeloeEduardoMoreira.pdf). Acesso em: 23 jan. 2021.

RAMOS, M. N. **A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação?** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006. Disponível em: <http://www.andreaserpauff.com.br/arquivos/disciplinas/didatica/2017/A%20pedagogia%20das%20competencias-autonomia%20ou%20adapta%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 15 set. 2020.

RIO DE JANEIRO (Estado). Secretaria de Estado do Ambiente. **Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica de Bom Jesus do Itabapoana**. Rio de Janeiro: SEA, 2015. Disponível em: <http://www.inea.rj.gov.br/wp-content/uploads/2019/01/Bom-Jesus-do-Itabapoana.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2021.

SANTOS, M. **O retorno do território**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia e uma geografia crítica**. 6. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004a.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. São Paulo: Editora USP, 2004b.

SANTOS, B. de S. Da Ideia da Universidade à Universidade de Ideias. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, [S. l.], n. 27/28, p. 11-62, jun. 1989. Disponível em: [http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/Da\\_ideia\\_de\\_universidade\\_RCCS27-28.PDF](http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/Da_ideia_de_universidade_RCCS27-28.PDF). Acesso em: 15 set. 2020.

SAVIANI, D. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. *In: FERRETI, C. et al. (org.). Novas Tecnologias, Trabalho e Educação*. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 147-164. Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/92437870/Saviani-O-trabalho-como-principio-educativo-frente-as-novas-tecnologias>. Acesso em: 14 set. 2020.

SILVA, M. G. da; ACKERMANN, S. R. Da extensão universitária à extensão tecnológica: os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e sua relação com a sociedade. **Revista Extensão Tecnológica**, Blumenau, n. 2, p. 9-18, 2014.

SILVA, C. J. R. **Institutos Federais Lei 11.892, de 29/12/2008 - comentários e reflexões**. Brasília: IFRN, 2009. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=3753-lei-11892-08-if-comentadafinal&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=3753-lei-11892-08-if-comentadafinal&Itemid=30192). Acesso em: 1 jul. 2021.

SOUSA, A. L. L. **A história da extensão universitária**. Campinas: Alínea, 2000.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão de literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, 2006. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/j/soc/a/6YsWyBWZSdFgfSqDVQhc4jm/?format=pdf&lang=pt>.  
Acesso em: 1 jul. 2021.

TCE-RJ - Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro. **Estudos socioeconômicos**. Rio de Janeiro: TCE, 2016. Disponível em:  
<http://www.rioinvest.rj.gov.br/docs/estudos-socioeconomicos/bom-jesus-do-itabapoana.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2021.

VALQUEZ-BARQUERO, A. Crescimento endógeno o desarrollo endógeno? **Cuadernos Del Claeh**, Montevideo, n. 1, p. 78-79, 1987.

VIEIRA, A. B.; ROMA, C. M.; MIYAZAKI, V. K. Cidades médias e pequenas: uma leitura geográfica. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, v. 1, n. 29, p. 135-155, 2007. Disponível em:  
<https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/7415>. Acesso em: 4 jan. 2021.